

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDRÉIA VILCZAK

**AGRICULTURA FAMILIAR E A PRODUÇÃO DE FUMO: ESTUDO DE CASO DOS
FUMICULTORES CONTRATADOS PELA SOUZA CRUZ EM PRUDENTÓPOLIS-
PR**

CURITIBA
2016

ANDRÉIA VILCZAK

**AGRICULTURA FAMILIAR E A PRODUÇÃO DE FUMO: ESTUDO DE CASO DOS
FUMICULTORES CONTRATADOS PELA SOUZA CRUZ EM PRUDENTÓPOLIS-
PR**

Dissertação de Mestrado apresentada para
obtenção do título de Mestre em Geografia
pela Universidade Federal do Paraná, na
Linha de Pesquisa – Produção e
Transformação do Espaço Urbano-Regional.

Orientação: Prof. Dr. Luis Lopes Diniz Filho

CURITIBA
2016



MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR CIÊNCIAS DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



PARECER

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia reuniram-se para a arguição da Dissertação de Mestrado, apresentada pela candidata **ANDRÉIA VILCZAK** intitulada **"AGRICULTURA FAMILIAR E A PRODUÇÃO DE FUMO: ESTUDO DE CASO DOS FUMICULTORES CONTRATADOS PELA SOUZA CRUZ EM PRUDENTÓPOLIS/PR"** para obtenção do grau de Mestre em Geografia, do Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná Área de Concentração Espaço, Sociedade e Ambiente, Linha de Pesquisa Produção e Transformação do Espaço Urbano e Regional.

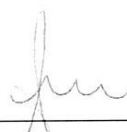
Após haver analisado o referido trabalho e argüido o (a) candidato (a), são de parecer pela APROVAÇÃO da Dissertação.

Curitiba, 25 de abril de 2016.

Nome e Assinatura da Banca Examinadora:


Prof. Dr. Luis Lopes Diniz Filho - orientador


Prof. Dr. Danilo Volochko - PPGGEO/UFPR


Prof. Dr. Sergio Fajardo - UNICENTRO

Dedico este trabalho à minha família e aos fumicultores do município de Prudentópolis/PR que influenciaram no desenvolvimento deste trabalho. Aos fumicultores pela paciência e colaboração nas pesquisas de campo com dados que foram fundamentais para retratar sua realidade.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. Luis Lopes Diniz Filho pela sua atenção, compreensão e também pelas suas valiosas considerações no processo de desenvolvimento dessa pesquisa, sendo um exemplo de profissional.

À minha família, em especial aos meus pais, Carlos e Ana, aos meus irmãos, Amilton e Adriana que sempre apoiaram no período de realização da dissertação. Ao meu sobrinho Benício pela alegria que traz a todos nós, ao Ian que estará chegando nas próximas semanas. Agradeço também a minha cunhada e cunhado pelo apoio.

Aos amigos e familiares, Ana Márcia, Adriana, Noeli, Rogério, Edna, Elisangela, Milena, Eliana, Paulo, Maria, entre outros, que de alguma forma contribuíram para que esse trabalho fosse finalizado. Obrigada a todos vocês pelo companheirismo.

Aos professores Dr. Sergio Fajardo e Dr. Danilo Volochko pelas valiosas contribuições à pesquisa.

Aos colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, como também a secretária Adriana Cristina de Oliveira e ao Luiz Carlos Zem, pelo apoio em questões burocráticas durante o período do mestrado.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior) pelo auxílio através da bolsa de estudo.

À Adriana Kutzmy e Gabriela Strechar pela atenção e por acompanhar nos trabalhos de campo realizados com os fumicultores do município de Prudentópolis/PR.

E por fim, agradeço a todos os fumicultores que participaram das entrevistas de campo. A todos meu agradecimento.

RESUMO:

O presente trabalho visa analisar os resultados obtidos pela agricultura familiar no cultivo do fumo, levando em consideração as razões econômicas pela opção em produzir a cultura. Desse modo, o estudo de caso dos fumicultores de Prudentópolis-PR fornece subsídios para a avaliação crítica dos dois principais paradigmas de estudo do agro na geografia rural e ciências afins, ou seja, o paradigma da agricultura familiar e da agricultura camponesa. Para tanto, utilizou-se de revisões bibliográficas de autores que trabalham nas distintas linhas paradigmáticas, como também da caracterização dos agricultores familiares produtores de fumo através do uso de fontes secundárias (Censos agropecuários), além da aplicação de questionários para um universo de sessenta fumicultores contratados pela empresa Souza Cruz em Prudentópolis. A partir das revisões bibliográficas e dos dados obtidos no estudo de caso, levantou-se a hipótese de que o paradigma da agricultura camponesa não é adequado para explicar a realidade estudada.

Palavras chave: Agricultura Familiar, Fumicultura, Abordagens Paradigmáticas.

ABSTRACT:

The aim of this study is to analyze the results obtained by family farming in the cultivation of tobacco, considering the economic reasons for the choice to produce the crop. Thus, the case study of Prudentópolis-PR tobacco growers provides subsidies for the critical evaluation of the two main paradigms of agro studies in rural geography and related sciences, that is, the paradigm of family farming and peasant farming. For this purpose, bibliographic reviews of authors working in different paradigmatic lines were used, as well as the characterization of family farmers tobacco growers through the use of secondary sources (Census of agriculture), and the application of questionnaires to a group of sixty tobacco growers hired by Souza Cruz company in the city of Prudentópolis. From the literature review and the obtained data in the case study, we raised the hypothesis that the paradigm of peasant farming is not suitable to explain the studied reality.

Keywords: Family farming, Tobacco Farming, Paradigmatic Approaches.

LISTA DE SIGLAS

AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil

BAT - British American Tobacco

CBFF – Companhia Brasileira de Fumo em Folha

DERAL - Departamento de Economia Rural

EMATER – Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social);

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento

SINDITABACO – Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - MUNICÍPIOS PARANAENSES QUE PRODUZEM FUMO EM FOLHA.	46
Figura 2- LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	59
FIGURA 3 - VILA DE SÃO JOÃO DO CAPANEMA (1896) – ATUAL MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS/PR.	60
FIGURA 4- LOCALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE FUMO DE PRUDENTÓPOLIS-PR POR LOCALIDADES.	62
FIGURA 5 - DECLIVIDADE DO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS/PR	63
FIGURA 6 - PRODUÇÃO DE FEIJÃO EM TERRENOS INCLINADOS NA LOCALIDADE DE BARRA DA AREIA – PRUDENTÓPOLIS-PR.	64
FIGURA 7–A DINÂMICA DA CADEIA PRODUTIVA DO FUMO A PARTIR DOS PRODUTORES DA SOUZA CRUZ DO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS/PR.	78
FIGURA 8 - LOCALIZAÇÃO APROXIMADA DAS LOCALIDADES EM QUE RESIDEM OS FUMICULTORES ENTREVISTADOS	79
FIGURA 9 - PROPRIEDADE DIVERSIFICADA COM A PRODUÇÃO DE SOJA E FUMO	90
FIGURA 10 - PROPRIEDADE DIVERSIFICADA COM A PRODUÇÃO DE FUMO, SOJA E ERVA-MATE	91
FIGURA 11 - CRIAÇÃO DE GALINHAS E PLANTAÇÃO DE REPOLHO PARA AUTOCONSUMO DA FAMÍLIA	92
FIGURA 12 - FOLHAS DE FUMO NAS ESTUFAS COM SISTEMA DE SECAGEM ELÉTRICO – LINHA DEZEMBRO.	94
FIGURA 13 - SISTEMA DE COSTURA DO FUMO USADO NAS ESTUFAS TRADICIONAIS	94
FIGURA 14 - MODELOS DE ESTUFAS PARA SECAGEM DO FUMO	95
FIGURA 15 - CASAS FEITAS COM A RENDA DO FUMO – LINHA MARCONDE E LINHA BARRA VERMELHA.	96
FIGURA 16 - BENS ADQUIRIDOS COM A RENDA DO FUMO – COMUNIDADE DE LINHA MARCONDES E LINHA BARRA VERMELHA.	97
FIGURA 17 - TRATORES E CARRETAS ADQUIRIDOS POR MEIO DO PRONAF	99
FIGURA 18 - MODOS DE TRANSPORTAR O FUMO DA LAVOURA PARA A ESTUFA	100
FIGURA 19 - FAMÍLIAS TRABALHANDO NAS LAVOURAS DE FUMO	102

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA ÁREA, PRODUÇÃO E NÚMERO DE FAMÍLIAS NA REGIÃO SUL DO BRASIL	39
TABELA 2 - DOMÍNIO DA REGIÃO SUL NA PRODUÇÃO DE FUMO BRASILEIRO	41
TABELA 3 - IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO FUMO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL DO BRASIL NA SAFRA 2012/2013	42
TABELA 4 - O BRASIL E A FUMICULTURA MUNDIAL: SAFRA 2011/2012.....	42
TABELA 5 - ÁREA E PRODUÇÃO DO FUMO NOS PRINCIPAIS NÚCLEOS REGIONAIS DO PARANÁ	46
TABELA 6 - PARTICIPAÇÃO NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (VBP) POR TIPO DE RENDA DA AGRICULTURA FAMILIAR E RENDA MONETÁRIA LÍQUIDA ANUAL POR TIPO DE AGRICULTOR FAMILIAR - BRASIL – 2006.....	48
TABELA 7 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PRODUÇÃO REGIONAL – REGIÕES DO BRASIL - 2006.....	50
TABELA 8 - COMPARATIVO DA PRODUTIVIDADE POR HECTARE ENTRE FAMILIARES E NÃO FAMILIAR – BRASIL E REGIÕES - 2006.....	51
TABELA 9 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DE PRODUÇÃO DE PRODUTOS DA LAVOURA TEMPORÁRIAS E PERMANENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR – BRASIL 2000.....	52
TABELA 10 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DE PRODUÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL DA AGRICULTURA FAMILIAR – BRASIL 2006	53
TABELA 11 - POPULAÇÃO OCUPADA (PO) AGRÍCOLA SEGUNDO GRUPAMENTO DE ATIVIDADES AGRÍCOLAS – REGIÃO SUL – 2012.....	54
TABELA 12 - DISTRIBUIÇÃO TOTAL DOS OCUPADOS EM ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS POR CONDIÇÃO DE POBREZA (2010).....	55
TABELA 13 - FAMÍLIAS QUE TEM PELO MENOS UM MEMBRO QUE MIGROU PARA CIDADE	84
TABELA 14 - PERÍODO DE TEMPO QUE O MEMBRO RESPONSÁVEL PELO ESTABELECIMENTO TRABALHA NA ATIVIDADE FUMAGEIRA	85
TABELA 15 - MOTIVOS PELA OPÇÃO DA PRODUÇÃO DE FUMO.....	86
TABELA 16 - QUANTIDADE DE PÉS DE FUMO PLANTADOS PELOS PRODUTORES ENTREVISTADOS.....	87
TABELA 17 - CONDIÇÃO DE ACESSO À TERRA DOS FUMICULTORES ENTREVISTADOS.....	88
TABELA 18 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO SOMENTE AS TERRAS PRÓPRIAS DOS FUMICULTORES.....	88
TABELA 19 - PRINCIPAIS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS COMERCIALIZADAS PELOS FUMICULTORES	89
TABELA 20 - PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E CRIAÇÃO DE ANIMAIS PARA O AUTOCONSUMO DA PROPRIEDADE.....	91

TABELA 21–PRESENÇA DE ESTUFA ELÉTRICA PARA SECAGEM DO FUMO NOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES	93
TABELA 22– BENS DE CAPITAL ADQUIRIDOS COM A RENDA DO FUMO ...	95
TABELA 23 - ACESSO AO PRONAF (CUSTEIO E/OU INVESTIMENTO).....	98
TABELA 24 - CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA NA PRODUÇÃO DE FUMO	101
TABELA 25 - DESVANTAGENS DE PRODUIR FUMO	103
TABELA 26 - CONDIÇÃO DAS FAMÍLIAS EM RELAÇÃO À LEITURA DE CONTRATOS.....	104

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE FUMO EM FOLHA.....	36
QUADRO 2 - FATURAMENTO DO SETOR FUMAGEIRO NO BRASIL	44
QUADRO 3 - MUNICÍPIOS PARANAENSES QUE SE DESTACAM NA PRODUÇÃO DE FUMO: SAFRA 2013/14	47
QUADRO 4 - ATIVIDADES E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DOS OCUPADOS EM ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS (2010).	56
QUADRO 5 - PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS PRODUZIDAS EM PRUDENTÓPOLIS-PR	65
QUADRO 6- PRODUÇÃO ANIMAL DO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS/PR	66
QUADRO 7 - PIB DO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS POR SETOR.....	66
QUADRO 8 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR TIPO DE AGRICULTOR FAMILIAR - PRUDENTÓPOLIS/PR - 2006.....	71
QUADRO 9- NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS FAMILIARES CUJOS PROPRIETÁRIOS RESIDEM E TRABALHAM NO PRÓPRIO ESTABELECIMENTO - PRUDENTÓPOLIS/PR – 2006.....	72
QUADRO 10 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS RURAIS POR GRUPO FAMILIAR NA PRODUÇÃO DAS CULTIVARES DE FUMO, FEIJÃO E SOJA – PRUDENTÓPOLIS/PR.....	72
QUADRO 11 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS FAMILIARES QUE POSSUEM TRATORES.....	74
QUADRO 12 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS FAMILIARES QUE USAM AGROTÓXICOS.....	75
QUADRO 13 - ESCOLARIDADE FEMININA DE ACORDO COM A FAIXA ETÁRIA DOS MEMBROS DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS E QUE RESIDEM NA UNIDADE DE PRODUÇÃO.....	81
QUADRO 14 - ESCOLARIDADE MASCULINA DE ACORDO COM A FAIXA ETÁRIA DOS MEMBROS DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS E QUE RESIDEM NA UNIDADE DE PRODUÇÃO.....	82
QUADRO 15 - NÚMERO TOTAL DE MEMBROS POR FAMÍLIAS ENTREVISTADAS E QUE RESIDEM NAS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO DE FUMO.	84

QUADRO 16 - PRESENÇA DE REPASSES SOCIAIS (BOLSA FAMÍLIA E APOSENTADORIA) NAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS.....	102
QUADRO 17 - SAÚDE E PRODUÇÃO DE FUMO DOS MEMBROS DA FAMÍLIA ENTREVISTADAS	103
QUADRO 18 - EXPECTATIVAS DAS FAMÍLIAS EM PERMANECER NA ATIVIDADE FUMAGEIRA.....	105

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES DO FUMO BRASILEIRO	45
GRÁFICO 2 - PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS PRODUZIDAS EM PRUDENTÓPOLIS E SUAS RECEPTIVAS RENDAS	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – OS PARADIGMAS DA AGRICULTURA CAMPONESA E DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS INTERPRETAÇÕES TEÓRICAS	19
1.1 ABORDAGENS LIGADAS AO PARADIGMA DA AGRICULTURA CAMPONESA	19
1.2 ABORDAGENS LIGADAS AO PARADIGMA DA AGRICULTURA FAMILIAR	23
1.3 CONCEITO DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE DERIVADOS DESSAS ABORDAGENS	27
CAPÍTULO II – OS AGRICULTORES FAMILIARES E A PRODUÇÃO DO FUMO EM ESCALA COMERCIAL NO BRASIL.....	32
2.1. RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA PRODUÇÃO DO FUMO E SUA INSERÇÃO EM ESCALA COMERCIAL NO BRASIL	32
2.2. AGRICULTURA FAMILIAR E A PRODUÇÃO DE FUMO NO BRASIL.	47
CAPÍTULO III - FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DE PRUDENTÓPOLIS E A CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO.....	58
3.1 - FORMAÇÕES DO TERRITÓRIO DE PRUDENTÓPOLIS E A AGRICULTURA FAMILIAR.....	58
3.2 - CARACTERIZAÇÕES DOS PRODUTORES RURAIS FAMILIARES DE PRUDENTÓPOLIS.....	69
CAPÍTULO IV – ESTUDO DE CASO: CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS/PR CONTRATADOS PELA EMPRESA SOUZA CRUZ COMO FORNECEDORES DE FUMO	76
4.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS FUMICULTORES.....	78
REFERÊNCIAS.....	113
ANEXOS	2

INTRODUÇÃO

De acordo com a FAO (2011), o Brasil é o segundo maior produtor mundial de fumo, sendo que essa produção encontra-se concentrada nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, alimentando uma cadeia produtiva com envolvimento de 2,5 milhões de pessoas, o qual inclui setores como a produção, transporte, comercialização, industrialização, distribuição e exportação (AFUBRA, 2011).

No município de Prudentópolis, a atividade fumageira tem grande relevância econômica principalmente para a agricultura familiar, uma vez que os dados do Censo Demográfico de 2010 mostram que 54% da população residem na área rural, existindo um número maior de unidade de produção familiar em detrimento das unidades patronais de produção.

A produção de fumo em Prudentópolis é realizada somente nas regiões Central e Sul do município devido ao clima e topografia dos solos favoráveis à cultura. Outro fator que também ocasiona a atração para a fumicultura é a possibilidade de usufruir de pequenas áreas de terras, deixando disponível o excedente da propriedade para outras atividades que somem na geração de renda.

Nesse sentido o objetivo da pesquisa é analisar os resultados obtidos pela agricultura familiar com essa cultura e as razões econômicas de sua opção pelo fumo. Portanto, uma contribuição desse estudo de caso é fornecer subsídios para a avaliação crítica dos dois principais paradigmas de estudo do agro na geografia rural e ciências afins.

Para a realização do presente trabalho foi fundamental através das abordagens sobre a agricultura familiar e camponesa avaliar se realmente existe uma oposição entre agricultor familiar e o agronegócio no caso do setor fumageiro, uma vez que o fumo é uma *commoditie* de exportação e a produção é realizada por pequenos produtores. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os paradigmas da agricultura familiar e da agricultura camponesa na geografia rural e áreas de pesquisa afins com a finalidade de identificar os conceitos de território e territorialidade derivados desses paradigmas. Foram feitas também uma caracterização dos produtores rurais familiares de Prudentópolis mediante o uso de

fontes secundárias (Censos Agropecuários e outras) e uma pesquisa de campo, mediante a aplicação de questionário, com o fim de caracterizar os produtores rurais desse município contratados pela empresa Souza Cruz como fornecedores de tabaco.

Nesse sentido, buscou-se metodologicamente envolver técnicas de base qualitativa, sendo que esse tipo de abordagem se caracteriza por “analisar e interpretar os dados, refletir e explorar o que eles podem propiciar” (OLIVEIRA, 2010). A pesquisa quantitativa também faz parte deste estudo, uma vez que traz algumas técnicas que possibilitam a busca de informações e dados mais amplos, muitas vezes impossíveis de serem alcançados somente pelo pesquisador como, por exemplo, aqueles dados disponibilizados pelos órgãos públicos como EMATER (Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural); IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social); IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e DERAL (Departamento de Economia Rural). O método quantitativo considera que tudo é quantificável, ou seja, significa traduzir opiniões e informações em números que serão classificados e analisados.

Os métodos qualitativos e quantitativos não se excluem. Embora difiram quanto à forma e à ênfase, os métodos qualitativos trazem como contribuição ao trabalho de pesquisa uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos. Pode-se distinguir o enfoque qualitativo do quantitativo, mas não seria correto afirmar que guardam relação de oposição (POPE; MAYS, 1995, p.42).

Sendo assim, no início do desenvolvimento do presente estudo foi realizada uma entrevista com questões semiestruturadas (em anexo) para um grupo de dez fumicultores contratados pela empresa Souza Cruz e que estão na atividade fumageira há mais de dez anos. Esse público foi escolhido intencionalmente a partir dos dados da localização das propriedades dos associados da empresa no município de Prudentópolis. Recorreu-se a esse método, pois, os dados obtidos em campo eram necessários para poder avaliar as abordagens ligadas ao paradigma da agricultura camponesa e da agricultura familiar e que não poderiam ser obtidos através de fontes secundárias.

Posteriormente foi realizada uma entrevista com perguntas semiestruturadas (em anexo) para o instrutor técnico da Souza Cruz, já que o mesmo representa a

empresa no município. Essa entrevista teve como objetivo analisar o ponto de vista da empresa sobre a atividade fumageira na localidade.

Ao verificar que em Prudentópolis a produção de fumo acontece somente na região Central e Sul devido ao relevo mais inclinado da região norte, foi interessante ir até essa região com topografia mais acentuada para analisar os tipos de cultivos que são realizados. O objetivo desse trabalho de campo foi principalmente o de conhecer a realidade das famílias do município não inseridas na cultura do fumo com visitas a realizar futuras pesquisas sobre a agricultura familiar. Assim, dado o caráter complementar e exploratório desse trabalho, a coleta de informações se deu por meio de conversas informais.

Nos meses de novembro e dezembro de 2015, foi realizada outra entrevista com perguntas semiestruturadas (em anexo) para uma amostragem de sessenta fumicultores contratados pela Souza Cruz. As perguntas feitas nessa entrevista estão relacionadas basicamente a dados socioeconômicos das famílias, os quais juntamente com dados mais gerais do censo agropecuário, permitem conhecer o perfil desses fumicultores. Portanto, as informações referentes a essas entrevistas apresentam-se mais detalhadas no capítulo IV.

Nesse sentido, as entrevistas constituem técnicas alternativas para coleta de dados não documentados sobre determinado tema. “É uma técnica de interação social [...] em que uma das partes busca obter dados, e outra se apresenta como fonte de informação” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

O pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiros) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Para Duarte (2002, p. 143) “numa metodologia de base qualitativa o número de sujeitos que virão a compor o quadro das entrevistas dificilmente pode ser determinado *a priori*”. Ou seja, tudo vai estar relacionado com a qualidade das informações obtidas a partir de cada entrevista, sempre levando em consideração a profundidade e o grau de recorrência e divergência das informações. Enquanto estiverem aparecendo “dados” originais ou pistas que possam indicar novas perspectivas á investigação em curso as entrevistas precisam continuar sendo feitas (DUARTE, 2002, p. 144).

Portanto, a pesquisa está estruturada em quatro capítulos, sendo que, no primeiro capítulo falar-se-á sobre as abordagens ligadas a agricultura camponesa e agricultura familiar com intuito de apresentar algumas das visões de cada paradigma, para que no decorrer do trabalho possa ser feita uma avaliação dessas abordagens na produção fumageira, como também expor o conceito de território e territorialidade que derivam desses paradigmas.

No capítulo seguinte, visando compreender os fatores que proporcionaram ao país se tornar referência no setor fumageiro, realizou-se uma reconstrução histórica da origem do fumo e a sua consequente inserção em uma escala comercial. O estudo desses elementos foi fundamental para entender os motivos que contribuíram para a inserção da produção de fumo no município de Prudentópolis. Também, pelo fato do objetivo do trabalho abranger a categoria da agricultura familiar na produção de fumo, na segunda parte do mesmo capítulo buscou-se fazer um panorama geral dessa categoria no cenário brasileiro, destacando a existência de uma agricultura familiar heterogênea, a qual muitas das vezes se aproxima das formas de produção do agronegócio.

Na sequência, o capítulo III mostra os processos de ocupação do município de Prudentópolis e a consequente inserção da produção fumageira nas unidades de produção familiar. Nesse sentido, como o trabalho vem abordando a existência de uma agricultura familiar heterogênea buscou-se conhecer o perfil dos agricultores familiar do município através da caracterização dessas famílias tendo como escopo as fontes secundárias do IBGE.

No capítulo IV, são apresentados os dados do trabalho de campo que foi realizado com uma amostragem de sessenta fumicultores contratados pela empresa Souza Cruz como fornecedores de fumo no município de Prudentópolis. Os dados de campo que retratam a realidade dos entrevistados juntamente com dados secundários, têm por finalidade contribuir na avaliação dos paradigmas da camponesa e da agricultura familiar com base no setor fumageiro.

Por fim, são apresentadas as considerações finais do trabalho, seguindo nas avaliações das abordagens paradigmáticas à luz do estudo de caso dos fumicultores entrevistados, mostrando que os agricultores familiares entrevistados buscam

através de suas condições de tecnologias, estrutura fundiária e mão de obra se inserir em setores mais competitivos, visando à maximização dos lucros.

A realização dessa pesquisa é pertinente, pelo fato de mostrar que os fumicultores estão inseridos na produção de *commoditie* através de uma cadeia produtiva competitiva levando em consideração as condições do produtor, e conforme os dados de campo, é notório que os entrevistados, através da renda do fumo conseguiram adquirir bens capitais de grande importância, como a compra de terra, lotes na cidade, de carro, trator, maquinários agrícolas e casa. Bens esses que muitas vezes não conseguiriam adquirir se produzissem somente culturas tradicionais do município, como é o caso do feijão e milho, pelo fato da pequena quantidade de terras que possuem. Dessa forma, é certo que os agricultores familiares entrevistados, da mesma forma que os agricultores patronais buscam maximizar seus lucros, uma vez que os dados de campo mostram que os fumicultores têm pretensões de mudar de atividades caso outra gere mais renda. Ou seja, agem no mercado como pequenos capitalistas.

CAPÍTULO I – OS PARADIGMAS DA AGRICULTURA CAMPONESA E DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS INTERPRETAÇÕES TEÓRICAS

Sabe-se que nas ciências sociais existem diferentes concepções teóricas para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo, destacando-se, de um lado, o paradigma da Agricultura Camponesa (Questão Agrária) e, de outro, o paradigma da Agricultura Familiar (Capitalismo Agrário). Nesse sentido, o presente capítulo expõe algumas das abordagens ligadas ao paradigma da agricultura camponesa e das abordagens ligadas à agricultura familiar como objetivo de identificar o conceito de Território/Territorialidade derivados desses paradigmas. A finalidade de entender as correntes de pensamento paradigmático permitirá então avaliar essas abordagens à luz de um estudo de caso sobre a fumicultura no município de Prudentópolis/PR.

1.1 ABORDAGENS LIGADAS AO PARADIGMA DA AGRICULTURA CAMPONESA

As múltiplas formas de interpretação da questão agrária no espaço rural, e consequentemente do paradigma camponês têm como principal referência as teorias marxistas, seja as de autores como Lênin (1982) e Kautsky (1998), que defenderam a tese do desaparecimento da classe camponesa e a consequente emergência de duas classes distintas - a burguesa e a proletária - como produto da industrialização da agricultura, seja a de autores como Chayanov (1974); Oliveira (1987) e Fernandes (1996), entre outros que são contrários à teoria sobre a tendência à proletarianização do campesinato e que defendem a permanência desta classe social como resultado do processo desigual e contraditório de desenvolvimento impulsionado pelo sistema capitalista.

Nesse sentido, para Fernandes (2008), os estudos feitos à luz do paradigma camponês se caracterizam por analisar a luta de classes, a conflitualidade e as contradições inerentes às relações capitalistas e não capitalistas de produção¹. Um tema importante nessa linha de pesquisa é a sujeição da renda dos camponeses perante as empresas que têm o monopólio da produção de *commodities* agrícolas, como as agroindústrias fumageiras.

¹ O campesinato é entendido como um sistema produtivo diferenciado do agronegócio.

Os seguidores do paradigma camponês, como Fernandes (2013), entendem que a industrialização da agricultura resulta em um problema estrutural devido ao desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo e que a única solução está na superação desse sistema, pois a industrialização da agricultura contribui para que as unidades camponesas de produção se tornem mais vulneráveis ao capital.

Para Felício (2006), nesse paradigma não há diferenças entre agricultor familiar e camponês, pois ambos são assim definidos por terem a família e o trabalho familiar por característica, a qual não objetiva a superação do trabalho familiar. O termo *camponês* é tratado pelos teóricos do paradigma do capitalismo agrário como agricultores familiares, nesse sentido:

O produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês (FERNANDES, 2001).

Com relação à inserção da agricultura familiar nas formas de produção capitalistas no campo, Thomaz Júnior (2008) considera que a lógica do capital impõe que o agricultor esteja preso à gestão de uma empresa e não mais da sua própria família. Porém, o autor defende que, mesmo integrado a essa lógica de produção, o camponês busca alternativas para não aderir totalmente às estruturas mercantis de produção, visando reestabelecer os princípios de sociabilidade e produção para o autoconsumo. Nesse sentido, para esse paradigma, o camponês visa à sobrevivência, mas se o capital apresenta uma proposta de parceria de lucros, como na integração das empresas fumageiras, o camponês aceita. Subordina-se, mas, se essa possibilidade de lucro acaba, ele volta para a estratégia primeira, por não desejar desfazer-se da terra.

Para Shanin (2008), o camponês corresponde a um “modo de vida” que envolve um conjunto de elementos, como a diversidade nas formas de trabalhar com a terra. Técnicas essas que são passadas de pais para filhos, possibilitando estreita ligação entre a terra e a família, uma vez que a família é dona do próprio trabalho, podendo escolher a melhor forma de fazê-lo. Também enfatiza a especificidade da lógica econômica camponesa, a qual produz visando a satisfação das necessidades

da família, sendo capaz de se ajustar aos níveis de remuneração mais baixos em momentos desfavoráveis.

Ploeg (2009) afirma que o camponês de hoje não pode ser compreendido como sinônimo de atraso, e sim como um “camponês moderno”, inserido na realidade capitalista, porém carregando em seu cerne a condição camponesa. Por condição camponesa Ploeg (2009) entende a luta por autonomia e progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação. Portanto, para o autor supracitado o campesinato deve ser explicado a partir das relações de contradições/conflitualidades existentes no espaço rural.

Fernandes (2000), ao falar sobre a formação do campesinato, afirma que essa formação não acontece somente pela reprodução ampliada das contradições do capitalismo, mas também através da luta pela terra, na qual tem enfrentado a condição lógica do capital. Nesse sentido, Ploeg (2009) menciona sobre a dualidade entre a produção camponesa e a capitalista, na qual:

[...] a agricultura camponesa é fortemente baseada no capital ecológico (especialmente a natureza viva), enquanto que a agricultura empresarial afasta-se progressivamente da natureza. Insumos e outros fatores artificiais de crescimento substituem os recursos naturais, o que significa que a agricultura está sendo industrializada (PLOEG, 2009, p.17).

A expansão do modo capitalista de produção (na sua reprodução ampliada do capital), além de redefinir antigas relações subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução (OLIVEIRA, 2010). Nesse sentido, para Paulino e Almeida (2010), a reprodução do campesinato “deve ser entendida a partir das diversas contradições do desenvolvimento desigual do capital e, por isso, trata-se de uma contradição e não de uma articulação de modelos de produção”.

No que diz respeito à produção de fumo, para o paradigma camponês a integração à indústria fumageira significa uma intervenção nos modos de produção camponesa visando padronizá-los deixando o camponês com pouca autonomia para determinar a organização da produção.

Para Fernandes (2008), o sistema de produção do agronegócio é distinto do sistema de produção da agricultura camponesa, uma vez que o sistema agrícola

camponês tem por referência a reprodução, a biodiversidade e o trabalho familiar, não objetivando o plantio de uma única cultura para o mercado, como no modelo agroexportador. Porém, Fernandes (2008, p. 166) afirma que como é o capital que controla a tecnologia, o conhecimento, o mercado, e as políticas agrícolas, subalterniza o camponês. Ou seja, para Fernandes o sistema agrícola camponês não é parte do agronegócio.

De acordo Paulino com (2012), os camponeses comparecem ao mundo do trabalho como entidades familiares. Dessa forma, como é a família que se prontifica em produzir a matéria prima para a indústria fumageira, então não se refere à venda do trabalho camponês e sim da produção na qual está contida o trabalho familiar, o qual exige um ritmo diferenciado.

Roos (2015) salienta que, no caso da produção fumageira realizada pelos camponeses, “a racionalidade é movida pela necessidade de um espaço que possa servir a um conjunto de atividades”, não objetivando somente a valorização que os galpões e as estufas de fumo possam gerar sobre a renda da terra.

Nesse sentido, as transformações no campo brasileiro relacionadas ao processo de modernização da agricultura se assentam sobre uma estrutura complexa, compreendida pela integração da agricultura e da indústria, caracterizada, na maior parte, por produzir produtos de exportação, como é o caso das indústrias fumageiras, aves e suínos.

Portanto, para esse paradigma a conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultâneas dessas relações sociais. (FERNANDES, 2008). O camponês possui um sistema agrícola próprio que não faz parte do agronegócio e apresenta uma lógica de reprodução distinta, todavia os camponeses estão subalternos à hegemonia daquele modelo de desenvolvimento econômico (ROOS, 2015).

Roos (2015), ao analisar a obra de Chayanov², afirma que o deslocamento de membros da família para outras atividades (venda de força de trabalho) está assentado na satisfação das necessidades e não na maximização de lucros

² CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

possíveis (relações capitalistas), pois o principal objetivo das transações econômicas camponesas é a reprodução do grupo social.

Para Paulino (2003), a heterogeneidade no campo está marcada por dois tipos de propriedade privada: de um lado, a propriedade capitalista e, de outro, a propriedade camponesa. Na propriedade capitalista a terra é um objeto de negócio pelo fato de haver exploração do trabalho alheio, ao passo que a propriedade camponesa constitui-se em terra de trabalho, não tendo como intuito a acumulação de capital e sim a sobrevivência familiar. Nesse sentido, para a autora a dualidade entre terra de negócios e terra de trabalho se explica com base no caráter contraditório do desenvolvimento capitalista.

Portanto, o camponês, ao incorporar elementos da lógica do agronegócio, como ao plantar fumo e soja utilizando agrotóxicos, adubos químicos, entre outros gastos relacionados ao plantio e colheita, são compreendidos no paradigma camponês a partir do capital sujeitando e expropriando a renda camponesa e, conseqüentemente, deixando o agricultor mais vulnerável.

1.2 ABORDAGENS LIGADAS AO PARADIGMA DA AGRICULTURA FAMILIAR

No Brasil, os estudos e debates sobre a categoria da agricultura familiar ganharam força a partir do fim da década de 1980 e início da década de 1990, quando essa categoria tem maior representatividade no cenário socioeconômico brasileiro. Inúmeros conceitos e caracterizações foram criados para tentar explicar os indivíduos pertencentes a esse grupo. Nesse sentido, para Anjos (2003) a agricultura familiar brasileira se estrutura:

“como uma nova categoria política, portadora de uma considerável fonte de legitimidade social, que simultaneamente representa os interesses dos pequenos produtores rurais, das famílias assentadas, dos arrendatários, dos agricultores familiares integrados aos complexos agroindustriais e de outros atores sociais do campo brasileiro” (ANJOS, 2003 p. 245).

No decorrer da década de 1990, os estudos voltados para o universo da agricultura familiar que se destacam na literatura estão em Veiga (1991), Abramovay (1992), Lamarche (1998), entre outros. Esses estudos, além de trazerem um panorama geral sobre a agricultura familiar daqueles anos, também mostraram que as formas familiares de agricultura não eram e nem são

homogêneas, porém são importantes para promover o desenvolvimento econômico no Brasil.

Abramovay (1992) foi o primeiro no Brasil que distinguiu campesinato de agricultor familiar, afirmando que o agricultor familiar é oriundo do camponês, porém apresenta distintas formas de organização do trabalho, tendo como pretensão inserir-se ao mercado. Também ao se referir à região Sul do Brasil o autor afirma que “os agricultores familiares integram-se plenamente a estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas, sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social, de camponeses, tornam-se agricultores profissionais” (ABRAMOVAY, 1992, p. 126-127).

Abramovay (1992), Veiga (1991) e Lamarche (1998) entendem que a agricultura familiar é uma categoria que mantém a lógica familiar de produção, porém está ligada à lógica capitalista de integração aos mercados. Nesse sentido, o autor da corrente marxista Claus Germer (1996) alerta para o problema de conceituar a agricultura familiar em oposição à agricultura patronal, o qual favorece, sem sentido, a noção de embate entre esses modos de produção.

Pensadores da corrente teórica que discutem a agricultura familiar, como por exemplo, Valente (2008), Diniz Filho (2011) e Navarro (2014), entre outros, não costumam fazer uma oposição radical entre a agricultura familiar e o agronegócio, tal como se observa no paradigma camponês pelo fato que, de alguma forma, os agricultores familiares fazem parte do agronegócio. Nesse sentido, apontam que a agricultura familiar brasileira é heterogênea e necessita ser trabalhada com tipologias como, por exemplo, nos estudos organizados por Lamarche (1998), e pela caracterização da agricultura familiar por grupos A, B, C e D realizados a partir do estudo “*Novo retrato da agricultura familiar brasileira (2000)*”. Esses estudos mostram que existem muitas formas de agricultores familiares que se aproximam bastante do padrão do agronegócio. Portanto, para esse paradigma, não há incompatibilidade ou conflitos radicais dos agricultores familiares em relação ao capital, visto que estão inseridos no mercado.

Lamarche (1998) identificou quatro modelos aproximados para distinguir os tipos de agricultores familiares a partir do tipo e grau de dependência financeira, de mercado e da tecnologia para produção. Os quatro modelos consistem em: Modelo empresa: caracteriza as unidades produtivas que possuem grande dependência

tecnológica, financeira e comercial, dependente de mão de obra assalariada (temporária ou permanente), não possuindo grande apego à propriedade (terra). Modelo empresa familiar são dependentes dos sistemas tecnológicos, financeiros e de mercado, a mão de obra é familiar tendo por objetivo a reprodução familiar a partir da terra. Modelo agricultura camponesa e de subsistência: é caracterizada pelo grande envolvimento da família na unidade produtiva, pouco dependente de tecnologias e mercados externos, visando satisfazer as necessidades familiares com pouca produção para comercializar, além de preservarem os patrimônios com intuito de sobrevivência da família. E por fim o modelo agricultura moderna que é um modelo de agricultura competitiva, que está em constante diminuição das relações familiares de produção, buscando autonomia técnica, financeira e de mercado.

Também no sentido de entender as características do público que fazia parte do rural brasileiro, o estudo realizado pela FAO/INCRA no ano de 1994 separou os agricultores entre familiares e patronais, sendo que o grupo dos familiares ganhou outras três subdivisões: Agricultores Familiares Consolidados, que remete aos agricultores familiares já integrados ao mercado; Agricultores familiares em transição, ou seja, aqueles em processo de integração aos mercados; e Agricultores Familiares Periféricos, característicos daqueles com poucas possibilidades de integração aos mercados. Porém, conforme Bittencourt e Peraci (2010) esse agrupamento da categoria familiar foi utilizado só até 1999, quando ganhou outra classificação, agora a partir de quatro subdivisões dos grupos familiares A, B, C e D.

A tipificação das unidades familiares em quatro grupos é produto do estudo realizado com base nos dados do Censo Agropecuário de 1996, e coordenado por Carlos Enrique Guanziroli (FAO) e Silvia Elizabeth Cardin (INCRA), no ano de 2000, intitulado “*O novo retrato da agricultura familiar: O Brasil redescoberto*”, que objetivou fazer uma nova tipificação das unidades familiares localizadas no território brasileiro. Esse agrupamento foi definido pela Resolução 2.629 de agosto de 1999, a qual foi adotada para que as regras de financiamento fossem mais adequadas à realidade de cada segmento social (Schneider; Czala; Matei. 2004 p. 26).

Da mesma forma que os estudos feitos por Lamarche (1998), os resultados dos trabalhos realizados pela FAO/INCRA afirmam que a agricultura brasileira apresenta uma grande diversidade em relação à situação dos produtores, à aptidão da terra, à disponibilidade de infraestrutura etc., não apenas entre as regiões, mas

também dentro de cada região. (Guanziroli; Cardin, 2000). Esses autores insistem na importância de aprofundar o conhecimento dessas realidades do espaço rural com o intuito de incorporar de forma efetiva esses conhecimentos ao planejamento de políticas públicas.

Como o presente estudo objetiva a identificação e caracterização dos produtores de fumo do município de Prudentópolis através da tipologia dos grupos familiares, é fundamental detalhar as características de cada grupo³: Agricultores Familiares tipo A, considerados como os mais capitalizados e muito integrados ao mercado; Agricultores Familiares tipo B, que estão em vias de capitalização e integrados ao mercado; Agricultores Familiares tipo C, que se apresentam em vias de descapitalização e pouco integrados aos mercados; e os Agricultores Familiares tipo D, sendo compreendidos como descapitalizados.

Essas delimitações estabelecidas entre a agricultura familiar e a patronal, como também na diferenciação socioeconômica entre os próprios agricultores familiares, proporcionou a identificação dos distintos graus de desenvolvimento e das distintas lógicas adotadas para a reprodução familiar.

Para esse paradigma, o agricultor familiar não é um camponês, mas sim um empresário capitalista de pequeno porte inserido no mercado e que busca maximizar a sua produção, mas, como é de pequeno porte, ainda não se desvinculou totalmente do processo produtivo, necessitando da mão de obra familiar para o desenvolvimento das atividades, a qual é característica das unidades familiares. No caso da produção de fumo, conforme se verá com detalhes adiante, o pequeno capitalista está presente em todo o processo, desde o plantio até a venda da produção.

Schneider (2006) menciona a falta de compreensão dos modos familiares e sua inserção nos mercados capitalistas, uma vez que se deixam enredar no debate sobre um suposto dualismo entre o agronegócio e agricultura familiar, como se os

³Considera-se que a tipologia elaborada pela FAO/INCRA (2000) busca estabelecer uma diferenciação socioeconômica entre os produtores familiares, dando-se em função do custo de oportunidade do trabalho, dado esse obtido através do valor da diária regional, mais 20%. Também o universo familiar foi delimitado através das variáveis em que: a direção dos trabalhos do estabelecimento era exercida pelo produtor, o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado e, por fim, a área regional que varia de 4 até 15 módulos fiscais.

envolvidos não estivessem interessados em um mesmo processo, ou seja, da produção e do consumo. Nessa mesma linha de pensamento, Veiga (2004) afirma que “o agronegócio no Brasil não é só uma atividade de grandes produtores e que não há oposição com agricultura familiar”, uma vez que a agricultura familiar sustenta um dos ramos mais bem sucedidos do agronegócio, como as cadeias produtivas de exportação de frango, suínos e também, com grande expressividade, a cadeia do fumo.

O agronegócio é composto fundamentalmente por agricultores familiares. Eles conseguiram se firmar em setores extremamente modernos, como a produção de aves, suínos, fumo, produtos esses ligados a mercados internacionais (ABRAMOVAY, 2003. p. 7).

De acordo com Valente (2008), vem sendo estabelecido o consenso de que as atividades desenvolvidas ao longo da cadeia produtiva, tanto patronais quanto familiares, são complementares. Nessa perspectiva, menciona que faz-se necessário um estudo do que aproxima e do que afasta aqueles que se inserem no agronegócio para assim, ser possível pleitear distintas políticas agrícolas de acordo com os interesses de cada categoria.

Enquanto Fernandes (2001), Paulino (2003), Oliveira (2004) e Roos (2015) defendem a oposição do agronegócio à agricultura familiar, devido às conflitualidades entre as classes, Schneider (2006), Navarro (2007, 2014), Valente (2008), Diniz Filho (2011) e Jank (2006) consideram falso esse dualismo entre a agricultura familiar e o agronegócio, uma vez que os agricultores buscam maximizar seus lucros. Nesse sentido, afirma Jank (2006) que:

O Brasil tem sido pródigo em produzir falsas dicotomias, como a ideia do agronegócio contra a pequena agricultura, a agricultura patronal contra a agricultura familiar, ou grandes produtores contra os sem-terra. [...] caso único no mundo, o Brasil tem dois ministérios da agricultura vivendo uma guerra surda por atenção e recursos, um cuidando de mecanismos tradicionais de políticas agrícolas e o outro, da reforma agrária e da agricultura familiar (JANK, 2006, P. a2).

1.3 CONCEITO DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE DERIVADOS DESSAS ABORDAGENS

O estudo do território vem sendo constituído em uma tradição do pensamento geográfico nos últimos 100 anos (VALVERDE, 2004). Instintivamente, o seu conceito remota à ideia de lugar, espaço de residência ou local onde se desenrolarão as múltiplas relações entre os agentes, sejam sociais ou econômicos (MARIANI; ARRUDA, 2010).

Nesse ponto de vista, Fernandes (2008) cita que a globalização e a hegemonia das políticas neoliberais provocaram a emergência do conceito de território em duas direções. De um lado, os estudos sobre territórios feitos à luz do paradigma camponês e, de outro, o estudo de território a partir do paradigma da agricultura familiar. O território para o paradigma camponês é explicado a partir da crítica aos modelos de produção capitalista, sendo que as análises são feitas sob a ótica de território multidimensional entendido a partir das conflitualidades e contradições entre as classes sociais.

Já o paradigma da agricultura familiar, ao analisar o território, não utiliza os procedimentos para estudar as conflitualidades, e sim, trabalha com o objetivo de classificar as desigualdades sociais. Nesse sentido, o tema de estudo predominante nesse paradigma é a reprodução das relações capitalistas, ou seja, a forma como os agricultores buscam se inserir nas formas capitalistas de produção, sem que haja uma conflitualidade entre classes ou territórios. No caso dos conflitos existentes no campo, para o paradigma da agricultura familiar, deve-se trabalhar a partir do grau que esses conflitos acontecem, não generalizando a partir de casos radicais de conflitos entre os distintos territórios. No caso da fomicultura pode-se dizer que não são identificados conflitos tão radicais, ao passo que na produção de subsistência esse acontecimento pode acontecer de forma diferenciada.

Diversos são os acontecimentos e agentes responsáveis por instituir função e particularidades aos espaços. Como exemplos desses acontecimentos, podem ser citadas “as atividades econômicas; os empreendimentos das multinacionais/transnacionais; comunidades típicas, como também do poder público” (MARIANI; ARRUDA, 2010), os quais são responsáveis pela construção de territórios. Haesbaert (2007) destaca a existência de territórios funcionais, desde que o território apresente um papel de receptáculos de atividades econômicas, possuindo múltiplas funções conforme seu interesse em atuar naquele território.

Fernandes (2008), adepto do paradigma camponês, ao trabalhar os diferentes territórios, destaca a importância de analisar o território através da multidimensionalidade/conflitualidade, que são concebidas através de um conjunto de conflitos inscritos nas relações indissociáveis entre desenvolvimento e disputas territoriais. Para o autor, a definição de território está relacionada à existência de poder entre classes, ao passo que a conflitualidade existe devido às disputas territoriais entre o capital e o campesinato, ou seja, de distintos territórios e funcionalidades.

Oliveira (2001) aponta que, devido às forças produtivas capitalistas ocorrerem de maneira desigual e contraditória no território, em algumas circunstâncias é mais conveniente para o capital monopolizar o território ao invés de se territorializar, ou seja, neste caso, para o paradigma camponês, o capital não expropria o camponês fumicultor, porém subordina esse agente social ao ditar as regras de produção, como tipos de sementes, insumos químicos, técnicas de produção, entre outros elementos que estão relacionados à produção. Trata-se da territorialização do capital monopolista (OLIVEIRA, 2001), o qual monopoliza a circulação e domina os meios de produção e a terra (ROOS, 2015).

Nesse sentido, no território, a ação das empresas transnacionais como, por exemplo, a Souza Cruz, configuram o processo chamado por Oliveira (2005) e Roos (2015) de “monopolização do território”, uma vez que a empresa se instala em áreas estratégicas, monopoliza o território e firma acordos com os produtores familiares e não familiares que produzem fumo, sendo entendidos então a partir da sujeição da renda da terra ao capital, onde o produtor, através da integração, tem pouco poder nas negociações.

Para Fernandes (2008), a existência de distintos territórios entre o campesinato e o agronegócio é dada a partir das formas de organização espacial e de paisagens geográficas, sendo o território do agronegócio caracterizado pela monocultura, desertificação populacional, produtivismo para exportação, grande escala e homogeneidade, ao passo que o território camponês é representado pela heterogeneidade da paisagem, frequente povoamento, policultura e produção diversificada. Por fim, o território monopolizado pelo agronegócio se distingue pela homogeneidade da paisagem geográfica e pela subalternidade e controle tecnológico das *commodities* que se utilizam dos territórios camponeses

(FERNANDES, 2008). Portanto, para os seguidores desse paradigma, o capital forma os seus territórios através da expansão e controle de áreas em todas as regiões, subalternizando o camponês através da integração. Sobre a monopolização do território, Fernandes (2008) destaca que:

Quando o tempo de trabalho é maior do que o de produção, o capital age através da monopolização do território e da sujeição da renda da terra. Neste caso, o campo continua povoado por camponeses ou pequenos ou médios capitalistas, que passam a produzir de acordo com o que lhes diz a indústria. É o caso, por exemplo, da laranja, do fumo, a avicultura e da suinocultura, entre outros (FERNANDES, 2008 p. 196).

As análises voltadas ao paradigma camponês e que tratam dos assuntos relacionados à produção de fumo, como, por exemplo, o trabalho de Roos (2015), afirmam que a subalternidade camponesa está expressa na sujeição da renda e na monopolização do território/territorialidade pelo capital, uma vez que a monopolização do território pelo capital é entendida como territorialidade capitalista no território camponês. Nesse sentido, Roos (2015) compreende territorialidade como o uso do território, ponderando que este é exclusivamente produzido por uma relação social que somente pode ser realizada pelo sujeito, onde a territorialidade pode ser camponesa ou capitalista.

Nesse ponto de vista, em relação à produção de fumo nas unidades familiares, o paradigma camponês compreende que as relações capitalistas subordinam as relações camponesas e, conseqüentemente o seu território, pelo fato das bases técnicas de produção estarem determinadas pelas multinacionais como, por exemplo, através dos contratos de compra de fumo de empresas com a Souza Cruz.

O território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há sempre múltiplas territorialidades (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Roos (2015) destaca que, mesmo onde as empresas fumageiras determinam o padrão tecnológico (infraestrutura, tipos de sementes, insumos utilizados, formas de semeadura, etc.) não tiram dos camponeses a autonomia sobre o seu trabalho, o tempo e as decisões. Assim, o autor afirma que o território continua sendo de domínio dos camponeses, porém o capital exerce sua territorialidade subordinando a renda camponesa na medida em que se incorporam à lógica capitalista.

A territorialidade deriva de território como produto das múltiplas relações de poder presentes e que estão intrinsicamente relacionadas aos modelos de produção, podendo, como destacado por Porto-Gonçalves (2006) e Fernandes (2008), coexistir várias territorialidades em um mesmo território.

As territorialidades expressam as relações de poder que determinam as configurações territoriais. Elas contribuem para a identificação de quem domina e de quem é o dominado nos territórios. As territorialidades também estão expressas nas paisagens de modo que seus componentes revelam as relações sociais, políticas e econômicas (FERNANDES, 2010).

Fernandes (2008, 2009) acrescenta que a disputa territorial entre o campesinato e o agronegócio pode acontecer por duas formas distintas: pela desterritorialização e pelo controle das territorialidades, por possuírem relações sociais distintas e modelos divergentes de produção, os quais resultam em conflitos.

Portanto, ainda no que diz respeito ao paradigma camponês, Paulino e Almeida (2010) defendem a ideia de que, embora o campesinato seja uma relação não capitalista, “sua reprodução deve ser entendida a partir das diversas contradições do desenvolvimento desigual do capital e, por isso, trata-se de uma contradição e não de uma articulação de modos de produção”. Já no paradigma da agricultura familiar, a inserção do agricultor nos mercados capitalistas não é compreendida pela conflitualidade entre território camponês e do agronegócio, sendo que ambos buscam maximização de sua produção.

A partir do exposto, é possível entender que os estudos feitos à luz do paradigma da agricultura camponesa, e que tratam de temas relacionados à produção de fumo no Sul do Brasil, afirmam a existência de conflitos, muitas vezes “velados”, entre o território dos fumicultores e a territorialidade corporativa das empresas fumageiras.

CAPÍTULO II – OS AGRICULTORES FAMILIARES E A PRODUÇÃO DO FUMO EM ESCALA COMERCIAL NO BRASIL.

De acordo com a FAO (2011), o Brasil é o segundo maior produtor mundial de fumo. Por esse fato, o presente capítulo tem como objetivo salientar os fatores que proporcionaram ao país se tornar referência nesse setor, uma vez que a fumicultura é desenvolvida, em sua maioria, pela agricultura familiar (AFUBRA, 2015). De maneira cronológica, realizou-se uma reconstrução histórica da origem do fumo e sua consequente inserção em uma produção de escala comercial, analisando o cultivo, o mercado e outros aspectos, sejam das esferas produtiva, social e econômica, visto que esses elementos são fundamentais para entender os motivos pelos quais contribuíram para a inserção dessa produção no município de Prudentópolis/PR, que será tratado com mais detalhes no capítulo III. Também, pelo fato do objetivo do trabalho abranger a categoria da agricultura familiar na produção de fumo, na segunda parte do mesmo capítulo buscou-se fazer um panorama geral dessa categoria no cenário brasileiro, destacando a existência de uma agricultura familiar heterogênea, a qual muitas das vezes se aproxima das formas de produção do agronegócio.

2.1. RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA PRODUÇÃO DO FUMO E SUA INSERÇÃO EM ESCALA COMERCIAL NO BRASIL

A partir do início da década de 1990, o Brasil vem ocupando uma posição de destaque no mercado mundial do fumo, pelo volume produzido e pela qualidade que o produto possui.

Ao analisar as origens⁴ dessa cultura, as respostas são um pouco distintas, pois existem possíveis afirmações de que o fumo era consumido desde o século IX no continente Asiático. Todavia Frozza (1998) afirma que o cultivo e uso das folhas datam de mais de quatro mil anos e que ocorreram nas regiões da América do Norte e Central, onde hoje se situam o México e a Guatemala. Ainda de acordo com esse autor, são os povos Maias que teriam iniciado o plantio dessa cultura.

⁴ O tabaco também chamado de fumo é uma erva do gênero das plantas solanáceas, cujas folhas, depois de preparadas, servem mais comumente para fumar, cheirar ou mascar (SILVA, 2012).

Nardi (1985) e Saffrin (1995), afirmam que o fumo tem suas origens nos vales orientais dos Andes bolivianos e que chegou ao território brasileiro através das migrações dos índios, principalmente os índios Tupi-Guarani. Convergindo com Nardi e Saffrin, Souza Cruz (2011) afirma que o fumo é uma planta originária dos Andes e que acompanhou as migrações dos índios por toda a América Central, até chegar ao território brasileiro.

Os colonizadores portugueses, através dos povos indígenas, introduziram o hábito do consumo de fumo (BOEIRA, 2002), tendo acesso ao produto através do escambo. Dessa forma, são criadas as primeiras legislações para regulamentar a atividade fumageira, como a Junta de Administração do Tabaco de 1674, a qual servia para orientar o comércio das especiarias em Portugal e suas colônias e institucionalizou o monopólio português sobre o produto. Nesse contexto, o tipo de fumo produzido era o escuro de corda, sendo que o mesmo era usado para fabricar o rapé, o cigarro e charutos (SILVA, 2002).

No início do século XIX, a produção em escala comercial ocupou áreas reduzidas e concentradas entre o litoral dos atuais estados da Bahia (Recôncavo Baiano) e Recife, proporcionando o abastecimento do mercado europeu. Os fatores que contribuíram para a produção do fumo foram à existência de mão de obra familiar e o desejo de desenvolver a região. Para Silva (2002), a cultura do fumo, ao contrário da cana-de-açúcar, que era plantada somente nos latifúndios, foi e ainda é desenvolvida pela sua maioria em pequenas propriedades.

A produção se expandiu para os estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo e, sobretudo, para a região Sul do Brasil, região essa colonizada por imigrantes europeus que se dedicaram a atividade, como é o caso do município de Prudentópolis no Paraná.

O fumo, “produto antes principalmente destinado ao escambo de escravos, na segunda metade do século passou a encontrar mercado crescente na Europa. A quantidade exportada aumentou 361 por cento entre os anos de quarenta e noventa e os preços médios subiram 41 por cento”(FURTADO, p.47, 1984*apud* Silva, 2002, p. 38).

De acordo com Silva (2002), na região Sul do Brasil as primeiras plantações de fumo iniciaram-se em 1824, na colônia de São Leopoldo/RS, a mesma colonizada por imigrantes alemães, e em 1850, na colônia Santa Cruz/RS. Nessa região, foram

cultivadas variedades de fumos claros, como o chinês (conhecido atualmente como amarelinho) e, mais tarde, o Virgínia, devido à melhor aceitação no mercado externo, sendo usado para a fabricação de cigarros.

Como destaca Spies (2000), o principal fator para os imigrantes se dedicarem a atividade fumageira foram as precárias condições econômicas em que se encontravam, pois produziam somente os alimentos para sua subsistência e o excedente não era suficiente para provê-los. Dessa forma, viram na produção de fumo uma alternativa para a melhora da situação financeira familiar. Outras características que devem ser levadas em consideração, uma vez que contribuíram para que os imigrantes se dedicassem a produção de fumo, são a estrutura fundiária baseada em pequenos lotes de terras e a disponibilidade de mão de obra da própria família.

Conforme Souza Cruz (2011), outro marco relevante no setor fumageiro foi à criação da empresa Souza Cruz pelo imigrante português Albino Souza Cruz, no ano de 1903, no estado do Rio de Janeiro, colocando em funcionamento a primeira máquina do Brasil a produzir cigarros já enrolados em papel. Porém, com a necessidade de investir no ramo para acelerar o ritmo de crescimento, em 1914, Albino Souza Cruz transformou a companhia em uma sociedade anônima, passando o controle acionário ao grupo British American Tobacco (BAT), fato que permitiu o crescimento da Souza Cruz (SOUZA CRUZ, 2015).

A expansão da produção de fumo ocasionou algumas fusões entre empresas do setor. Vogt (1994) menciona que os anos entre 1917 e 1993 são caracterizados por aglutinações e fusões das empresas de comércio e beneficiamento do tabaco. A entrada do capital internacional acarretou mudanças na dinâmica econômica da região.

Na cidade de Santa Cruz/RS, encontra-se o maior polo fumicultor do Brasil e, conforme AFUBRA (2001), um fato marcante na mudança da dinâmica econômica desse município e região se deu em 1917 com a iniciativa da BAT de instalar a primeira usina de processamento de fumo no país, com o nome de “*The Brazilian Tobacco Corporation*”. Sua razão social foi alterada no ano de 1920 para Companhia Brasileira de Fumo em Folha (CBFF) e, finalmente, em 1955 alterada para Companhia de Cigarros Souza Cruz – Indústria e Comércio (SILVA, 2002). A

companhia foi fundamental para que o Brasil alcançasse ainda mais os mercados mundiais através de algumas melhorias proporcionadas por ela.

Vogt (1994) destaca que, a partir de 1924, a companhia de capital internacional começou a investir e incentivar os fumicultores a utilizarem insumos químicos para obter uma melhor produtividade e qualidade do fumo, o que se refletia no mercado de cigarros, que cada vez ficava mais exigente. O melhoramento genético das sementes foi outro condicionante para que se obtivesse um aumento da produtividade e qualidade do fumo.

De acordo com Vogt (1994), o mercado fumageiro brasileiro teve uma boa elevação nas exportações com o fim da segunda Guerra Mundial, já que os países que até então eram grandes produtores de cigarros se encontravam desorganizados pelos conflitos políticos e econômicos. Outro fator que contribuiu para a maior demanda do fumo brasileiro foi uma grande estiagem que afetou os países produtores de fumo na safra de 1944/1945, ocasionando dessa forma um aumento nos preços pagos pelos mercados internacionais entre os anos de 1944 e 1946, estimulando assim o aumento da produção brasileira devido aos grandes ganhos obtidos no mercado externo.

Contudo, houve um aumento da produção sem o proporcional aumento da qualidade do fumo, causando certa preocupação na balança comercial. Para piorar a situação, no final da década de 1940, França, Espanha, Bélgica, Holanda e Dinamarca, que eram os principais importadores do tabaco brasileiro, foram contemplados com o Plano Marshall e passaram a adquirir o fumo norte-americano, já que possuía uma qualidade melhor. “Desse modo, o Brasil não estava conseguindo uma boa representatividade no mercado externo”. (VOGT, p. 102, 1994).

Ao encontro das discussões de Vogt, Seffrin (1995) afirma que os fumicultores foram os principais prejudicados com essa superprodução ocorrida na década de 1950, os quais entregavam a produção a preços pífios, de maneira a não incorrer em prejuízos ainda maiores. Como, por exemplo, quando a então Companhia Brasileira de Fumos em Folha, que atualmente tem o nome de Souza Cruz, abriu um comércio de compra livre de fumos escuros os quais tinham um valor de mercado bem abaixo da média, e os fumicultores da região Sul do Brasil, sem outras saídas de mercado, acabaram vendendo o fumo claro (de valor maior) por preço de fumos escuros.

Com a queda e estagnação da comercialização do fumo no cenário mundial, a quantidade da produção do fumo era limitada e a produção fumageira das décadas de 1950 e 1960 (tabela 1) era destinada na sua maioria para o mercado nacional.

A elevação desorganizada da produção fumageira gerou na região, nos anos de 50 e 60, grandes estoques de excedentes não comercializáveis. O fumo abarrotava os armazéns das firmas e das cooperativas, não tendo o colono como despachar o seu cultivo (VOGT, 1994).

Portanto, a produção de fumo no Brasil é mais expressiva a partir da segunda metade do século XX, sobretudo no pós-guerra, quando a ampliação das áreas de produção veio associada ao aumento da qualidade e produtividade das lavouras como também da produção industrial dos cigarros.

ANO	PRODUÇÃO/ T.	EXPORTAÇÃO/ T.
1961	60.408	10.919
1963	82.851	14.522
1965	91.159	14.008
1967	112.234	9.289
1969	99.804	13.778
1971	97.206	18.556
1973	82.030	20.248
1975	97.722	41.277

QUADRO 1- PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE FUMO EM FOLHA

Fonte: VOGT, 1994

Como pode ser visto, as melhoras nas exportações começam somente na década de 1970. A década de 1960 foi marcada por poucas vendas para o mercado externo, não chegando a exportar 15% da produção total. Conforme Sefrin (1995) devido a essa queda e estagnação da comercialização do fumo para o exterior, na década de 1960 os fumicultores encontravam-se em condições econômicas péssimas, pois além de ser um trabalho árduo, os lucros eram ínfimos, não conseguindo muitas vezes fazer o pagamento do financiamento da produção, além das safras serem afetadas pelas intempéries climáticas, encontrando-se cada vez mais desamparados. Como aponta Safrin (1995) os pagamentos muitas vezes eram feitos no ano seguinte da venda, e com preços ainda reduzidos.

Para que a produção brasileira do fumo pudesse voltar ao cenário internacional, era indispensável um salto qualitativo na produção do fumo, fato que exigiria a injeção de grande quantidade de capital na produção. Conforme Vogt (1994), os

investimentos necessários para a melhoria da qualidade estavam relacionados à aquisição de sementes, adubos, pesticidas, instrumentos agrícolas, construção de estufas, bem como a assistência técnica, constantemente presente na propriedade do colono, e a garantia da compra integral da produção, sendo mais um fator que impulsionou a Souza Cruz a investir nessa região.

De acordo com Silva (2002), para corroborar na solução dos problemas econômicos dos fumicultores, surgiram movimentos de união dos interesses dos mesmos, o que resultou na sugestão para a criação de uma associação formal dos fumicultores. Sendo assim, no dia 21 de março de 1955, na cidade de Santa Cruz do Sul/RS, foi criada a Associação dos Plantadores de Fumo em Folha do Rio Grande do Sul, a qual, em 1963, mudou sua razão social para Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), passando a abranger também os estados de Santa Catarina e Paraná (AFUBRA, 2014). Dessa forma, a entidade foi criada devido a dois fatores principais: a instabilidade do mercado e dos preços do tabaco e a inexistência de auxílio econômico contra danos por granizo nas lavouras.

Com a injeção de capital para a melhoria na produção do fumo e com a criação da AFUBRA, os fumicultores encontravam-se mais confiantes pelo fato de estarem obtendo melhores rendimentos. Apesar desse desequilíbrio nas exportações pelo qual o mercado fumageiro passou nas décadas de 1950 e 1960, Spies (2000) destaca que a indústria do fumo já era a mais importante da região de Santa Cruz no Rio Grande do Sul entre os anos de 1952 e 1965, pois no ano de 1924 os produtos de subsistência representavam 70% da produção e, na década de 1950, esse valor caiu para 41,3 % do total da produção agrícola regional.

Conforme destaca Vogt (1994), o final da década de 1960 e, com maior intensidade, nas décadas de 1970 e 1980, a fumicultura brasileira volta a ter um aumento significativo em termos de área produzida e exportação da produção devido principalmente à abertura do mercado internacional para os fumos brasileiros, mas também à adoção de políticas favoráveis à instalação de agroindústrias no país, resultando na consolidação dos complexos agroindustriais.

Na década de 1970 e 1980, era notável o progresso do setor fumageiro na região Sul do Brasil. Esse fato refletiu nas exportações, pois a quantidade do fumo em folha exportado pelo Brasil dá um salto de 55 mil toneladas exportadas no ano

de 1965 para 170 mil toneladas no ano de 1985, dando assim a configuração da atual estrutura fumageira do Brasil.

Com a consolidação do Complexo Agroindustrial Brasileiro, ou seja, da integração entre a agricultura e a indústria, o setor fumageiro ganhou grande impulso, e os estados de Santa Catarina e Paraná também receberam consideráveis incentivos para se especializar na produção. Foi nesse período que a produção em maior escala atingiu o município de Prudentópolis/PR e um número maior de famílias aderiu a esse cultivo.

Durante a década de 70 consolidou-se a atual estrutura fumageira existente no Brasil meridional. [...] ao mesmo tempo os cultivos nos estados de Santa Catarina e Paraná foram intensificados pelas corporações que introduziram o tabaco em novas áreas, para responder a demanda internacional (VOGT, 1994).

Dessa forma, a proliferação das lavouras de fumo acontece concomitantemente nos três estados da região Sul do Brasil e estes se destacam pela qualidade do fumo que produzem. Silva (2002) aponta que a chegada de outras empresas multinacionais com intenção de expandir-se impulsionou o processo de organização da produção do fumo, incentivando a especialização dos envolvidos nas atividades.

Em Santa Catarina e no Paraná, o cultivo de fumo de estufa de caráter comercial dá-se a partir da empresa Souza Cruz, a partir da década de 1960, a qual oferecia o sistema integrado de produção. Ou seja, os fumicultores plantariam o fumo, a Souza Cruz entraria com o financiamento da produção (fornecimento da estufa, de insumos e assistência técnica) e, no final da safra, o fumicultor fazia o pagamento para a empresa com sua própria produção. No Paraná, a Souza Cruz inseriu primeiramente a produção de fumo no município de Irati (principal polo fumageiro do Paraná, onde se localiza o município de Prudentópolis).

A partir da década de 1980, a produção vem aumentando. Vogt (1994) expõe que a região Sul do país aumentou sua produção em aproximadamente 60% entre as safras de 1987/88 e 1992/1993, dando um salto de 350 mil para 560 mil toneladas.

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA ÁREA, PRODUÇÃO E NÚMERO DE FAMÍLIAS NA REGIÃO SUL DO BRASIL

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	NÚMERO DE FAMÍLIAS	KG/ ha	R\$/Kg
1995	200.830	348.000	132.680	1.733	1,55
2000	257.660	359.040	134.850	2.092	2,00
2005	439.220	842.990	198.040	1.919	4,33
2006	417.420	769.660	193.310	1.844	4,15
2007	360.910	758.660	182.650	2.102	4,25
2008	348.720	713.870	180.520	2.047	5,41
2009	374.060	744.280	186.580	1.990	5,90
2010	370.830	691.870	185.160	1.866	6,35
2011	372.930	832.830	186.810	2.233	4,93
2012	324.610	727.510	165.170	2.241	6,30
2013	313.675	712.750	159.595	2.272	7,45
2014	323.700	731.390	162.410	2.259	7,28

Fonte: AFUBRA/2015

A safra de 2005 mostra novamente um aumento significativo na produção total Sul brasileira, chegando a 842.990 toneladas anuais (tabela 1). De 2005 para cá, a produção oscilou entre 842.990 e 691.870 toneladas anuais (conforme a demanda do mercado), com um leve decréscimo nos últimos três anos.

A produtividade do fumo aumentou na década de 2000 devido à introdução de novas técnicas, que permitiram a diminuição do uso de mão de obra. Na safra de 1995, a produtividade média foi de 1.733 kg/ha, aumentando consideravelmente para a última safra, a qual chegou a 2.259 Kg/ha. Nos anos de 2005 e 2006, percebe-se um aumento na quantidade de famílias envolvidas na atividade, quadro esse invertido no ano de 2007, ocorrendo queda no número dessas famílias.

Apesar da diminuição do número das famílias na atividade, em geral a produção não é afetada, o quase deve à modernização das estufas de secagem, que resultou na diminuição da mão de obra, favorecendo o aumento da produção por parte das famílias que permaneceram no setor. Conforme um produtor entrevistado durante o trabalho de campo desta pesquisa:

Depois que modernizamos a nossa estufa no ano de 2005, conseguimos aumentar a produção e diminuir a mão de obra. [...] antes precisava de quatro pessoas para colheita e pelo menos mais 4 para fazer a costura das folhas de fumo no galpão antes de colocar na estufa [...] quando descarregava as folhas da estufa era preciso tirar todos os fios do fumo. [...] dava muito trabalho. Com a modernização isso acabou. [...] o fumo que vem da lavoura vai direto para a estufa. Precisamos só de pessoas para colher e carregar direto na estufa. O trabalho é mais leve nos dias de hoje com esse tipo de estufa (FUMICULTOR DA LINHA RIO PRETO ENTREVISTADO EM JULHO DE 2014).

Sei que o fumo por si só já é um veneno, mas usamos os equipamentos de proteção que é seguro. Hoje usamos agrotóxicos porque dá menos serviço e sai mais barato que pagar pra carpir [...] só por isso mesmo.[...] Quando produzia morangos usava mais veneno ainda. [...] sabemos que o veneno não faz bem nem pra nós nem para a natureza, mas não temos outras opções (FUMICULTOR DA LINHA DEZEMBRO ENTREVISTADO EM JULHO DE 2014).

Diniz Filho (2011) também ressalta que, especificamente no caso das tecnologias de produção agrícola, a opção dos agricultores familiares pelo uso de máquinas e produtos químicos é estimulada pelo interesse de eliminar certos tipos de trabalho braçal muito penosos. Nesse sentido, discorda-se do paradigma camponês pelo fato de opor o agricultor familiar ao agronegócio afirmando que o primeiro prima por práticas mais sustentáveis com objetivo de reproduzir somente o modo de vida, ao passo que o agronegócio tenderia a usar tecnologias mais danosas para o meio ambiente por estar preocupado apenas com lucratividade.

Com relação à venda do fumo, o preço do quilo varia a cada ano, e a sistemática para que se estabeleça o valor da safra entre os fumicultores e a indústria fumageira incide em acordos com as entidades representativas dos produtores, como a Afubra, Associações, Federação e o Sinditabaco, que representa as indústrias (DERAL/SEAB, 2014). Após as negociações e a assinatura do protocolo é que se estabelecem os preços para as variadas qualidades do fumo. Nesse sentido, o preço do quilo do fumo é regulado conforme a oferta e demanda do produto pelo mercado, expressando adequadamente o valor marginal muitas vezes pago aos produtores. Dessa forma, discorda-se de Roos (2015) quando afirma que os fumicultores estão subordinados pelas empresas fumageiras por terem pouca representatividade na hora de fixar o preço do quilo do fumo.

Conforme AFUBRA (2015), para o fumo Virgínia, que é uma variedade dos fumos de coloração clara, são estabelecidas 41 variedades de classificação, sendo a variedade mais bem paga a BO1, que valia 9,22 reais o quilo na safra de 2014/2015,

e a variedade de menor valor o ST (farelos do fumo), tabelado a 0,54reais por quilo. Já para o fumo Burley, que é uma variedade dos fumos de coloração escura, são estabelecidas 30 diferentes variedades. A mais bem paga é a B1, que equivale a 8,11 para cada quilo, e a variedade menos valorizada é a G (farelos do fumo) que vale 0,60 reais por quilo. Quando o fumo é vendido para a empresa, sempre é feito uma média de toda venda e, como revelam os dados da tabela 2, a média do quilo pago para os produtores na safra de 2014/15 foi de 7,28 reais por quilo.

Atualmente, a região Sul do Brasil se destaca pela maior produção de fumo do país, participando com 98,1% do total produzido. Os três estados sulinos são responsáveis por colocar o país como o segundo maior produtor ena primeira posição no quesito exportação mundial.

TABELA 2 - DOMÍNIO DA REGIÃO SUL NA PRODUÇÃO DE FUMO BRASILEIRO

ESTADOS	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	PRODUTIVIDADE (Kg/ha)	PART.PRODUÇÃO (%)
Rio Grande do Sul	204.000	412.000	2.020	48.1
Santa Catarina	120.000	258.000	2.150	30.1
Paraná	76.000	171.000	2.250	20.0
Alagoas	9.000	11.000	1.222	1.3
Bahia	3.000	3.000	1.000	0,3
Outros	2.000	2.000	1.000	0,2
Brasil	414.000	857.000	2.070	100

Fonte: DERAL (Departamento de Economia Rural) 2014.

A produção do fumo e a atuação das empresas desse setor se dão de forma mais intensa nos países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil, devido à disponibilidade de mão de obra barata, facilidade das multinacionais se instalarem através dos incentivos fiscais, inexistência de leis ambientaisrígidas e por ser a atividade que gera mais renda se comparada a outras culturas produzidas em pequena escala.

TABELA 3 - IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO FUMO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL DO BRASIL NA SAFRA 2012/2013

PRODUÇÃO	há	PRODUÇÃO KG	VALOR R\$	%
Animal	x	1.362.412.180	2.565.555.940	26
Vegetal	1.515.650	2.487.306.782	2.077.480	21
Tabaco	309.350	705.570.000	5.383.773.200	54
Total	1.825.000	4.555.288.952	10.026.810.100	100

Fonte: DERAL (Departamento de Economia Rural) SEAB (Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento) 2014.

A partir dos dados apresentados, pode-se destacar que a produção de fumo na região Sul do Brasil é responsável pela maior renda de muitos agricultores familiares, já que os estados possuem uma grande quantidade de pequenas propriedades e que dependem da produção do fumo para sua reprodução econômica.

Ahrens (2008) afirma que a produção mundial está migrando dos países desenvolvidos para os países subdesenvolvidos, como é o caso dos Estados Unidos, que, apesar de aparecer como um dos principais produtores de fumo, teve sua produção prejudicada devido aos altos custos de cultivo e à escassez de mão de obra.

TABELA 4 - O BRASIL E A FUMICULTURA MUNDIAL: SAFRA 2011/2012

PAÍSES		PRODUÇÃO DE FUMO PROCESSADO (t)	CONSUMO (t)	ESTOQUE	EXPORTAÇÃO (t)	IMPORTAÇÃO (t)
1	China	2.160.000	2.562.05	553.960	0	538.960
2	Brasil	670.820	86.060	112.580	651.190	12.320
3	Índia	576.740	465.510	134.240	271.060	200.930
4	Estados Unidos	212.020	441.720	1.580.130	153.130	420.440
5	Indonésia	191.260	147.940	134.830	50.270	27.440

6	Turquia	152.190	106.240	34.620	98.200	60.430
7	Zimbabwe	127.190	3.990	229.930	43.520	80
8	Argentina	103.790	29.950	364.650	36.100	1.630
9	Paquistão	74.910	76.300	91.570	5.390	10.390
10	Malavi	71.320	1.290	166.580	91.500	890
93	Outros	1.533.150	1.850.430	3.055.200	608.630	725.480
103	Total	5.873.390	5.771.480	6.468.290	2.008.990	2.008.990

Fonte: AFUBRA/ 2014

Apesar de a China ser a maior produtora mundial de fumo, acaba consumindo toda essa produção e na safra de 2011/2012, ainda importou 538.960 toneladas para suprir sua demanda interna. Já o Brasil, que está na 2ª posição de produção mundial de fumo, destina a maior parte da sua produção para o mercado externo. Na safra de 2013, 88% da produção se dirigiu ao mercado externo (quadro 2), ficando no país apenas 12% da produção para a fabricação de cigarros, cigarrilhas e charutos. Conforme DERAL/SEAB (2013), das 627.000 toneladas exportadas em 2013, a região Sul contribuiu com 624.000 toneladas, representando o equivalente de 95,5% das exportações brasileiras.

O quadro 2 mostra que, apesar de a maior quantidade do fumo produzido no Brasil se dirigir para o mercado externo, os maiores faturamentos estão relacionados ao fumo consumido no próprio país, atingindo um lucro total maior que as exportações. O fato de as exportações renderem menos lucros que o fumo consumido no próprio país se dá devido ao fato de o fumo exportado não passar por processamentos de agregação de valor (exportação de folhas e talos). Enquanto isso, toda a produção consumida no país, tanto os fumos claros como os escuros, passa por vários processamentos de agregação de valor até obter os cigarros, cigarrilhas e charutos prontos para consumo.

A distribuição da renda bruta do setor fumageiro (quadro 2) está dividida entre: tributos/Governo, indústria, produtor e varejista, sendo que 45,9% dessa renda é destinada ao governo. O produtor fatura em torno de 20,5 % do total da renda, faturamento esse que deve ser destinado para a compra dos insumos, pagamento do seguro da produção, mão de obra, desgastes com a terra, implementos que usa na produção, gastos com a secagem das folhas do fumo, além de prejuízos que podem vir a acontecer durante a produção.

Já os varejistas, apesar de auferirem 6% do faturamento, não têm gastos tão altos como os produtores. Além do mais, esse setor ganha na quantidade, sendo que existe um número muito maior de fumicultores que de varejistas. Isso também acontece com a indústria que tem seus ganhos, principalmente, no volume e na agregação de valor do produto.

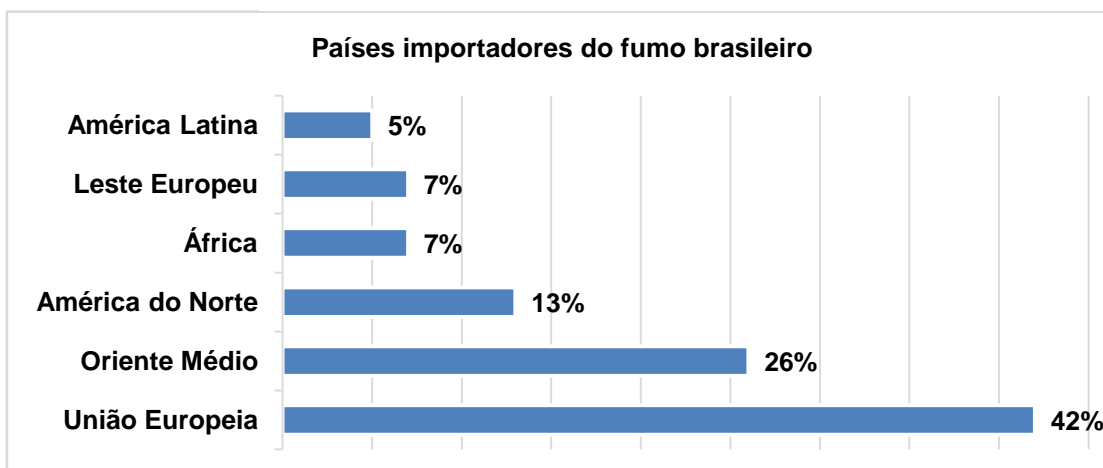
Pelos dados apresentados no quadro 2, pode-se concluir que o maior beneficiado com o faturamento da produção de fumo é o setor público, através de impostos.

QUADRO 2 - FATURAMENTO DO SETOR FUMAGEIRO NO BRASIL

ESPECIFICAÇÃO	2012			2013		
	R\$	Toneladas	%	R\$	Toneladas	%
Consumo Doméstico	16.357.507.300,00	88.990	12	17.655.943.340,00	84.350	12
Exportação	6.456.637.000,00	637.780	88	7.222.871.810,00	627.230	88
TOTAL	22.814.144.300,00	726.770	100	24.878.815.150,00	711.580	100
DISTRIBUIÇÃO DA RENDA BRUTA						
Tributos/ Governos	10.480.254.930,00	45,9%		10.763.946.590,00	43,3%	
Indústria	6.278.384.000,00	27,5%		7.206.108.620,00	29,0%	
Produtor	4.673.296.000,00	20,5%		5.416.932.300,00	21,7%	
Varejista	1.382.209.307,00	6,1%		1.491.827.640,00	6,0%	
TOTAL	22.814.144.300,00	100%		24.878.815.150,00	100%	

FONTE: AFUBRA/2013

De acordo com dados da DERAL/SEAB (2015), no ano de 2014, o fumo brasileiro foi destinado para mais de cem países, abrangendo principalmente países da União Europeia (42%), seguidos do Extremo Oriente (26%), América do Norte (13%), África (7%), Leste Europeu (7%) e América Latina (5%). Atualmente, a liderança brasileira nas exportações se dá devido à excelente qualidade do fumo, à regularidade da produção e à competitividade com os preços dos demais países produtores.



Fonte:

GRÁFICO 1 - PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES DO FUMO BRASILEIRO

DERAL (Departamento de Economia Rural) SEAB (Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento) 2014.

Conforme DERAL (2014), no Paraná as lavouras com predomínio de fumos claros concentram-se nos núcleos regionais de Irati, Ponta Grossa, Curitiba, União da Vitória e Guarapuava. Já em Francisco Beltrão, Pato Branco, Cascavel e Toledo cultivam-se os fumos escuros.

Na figura 1 estão expostos os municípios produtores de fumo e a média de hectares que cada município ocupa com essa cultura. Nota-se que a produção de fumo no estado se concentra em sua maioria na região Sudeste, Centro-Sul, Sudoeste e Oeste.

O município de Prudentópolis pertence ao núcleo de Irati, núcleo esse que ocupa o primeiro lugar no ranking de produção de fumos claros do estado conforme a tabela 5.

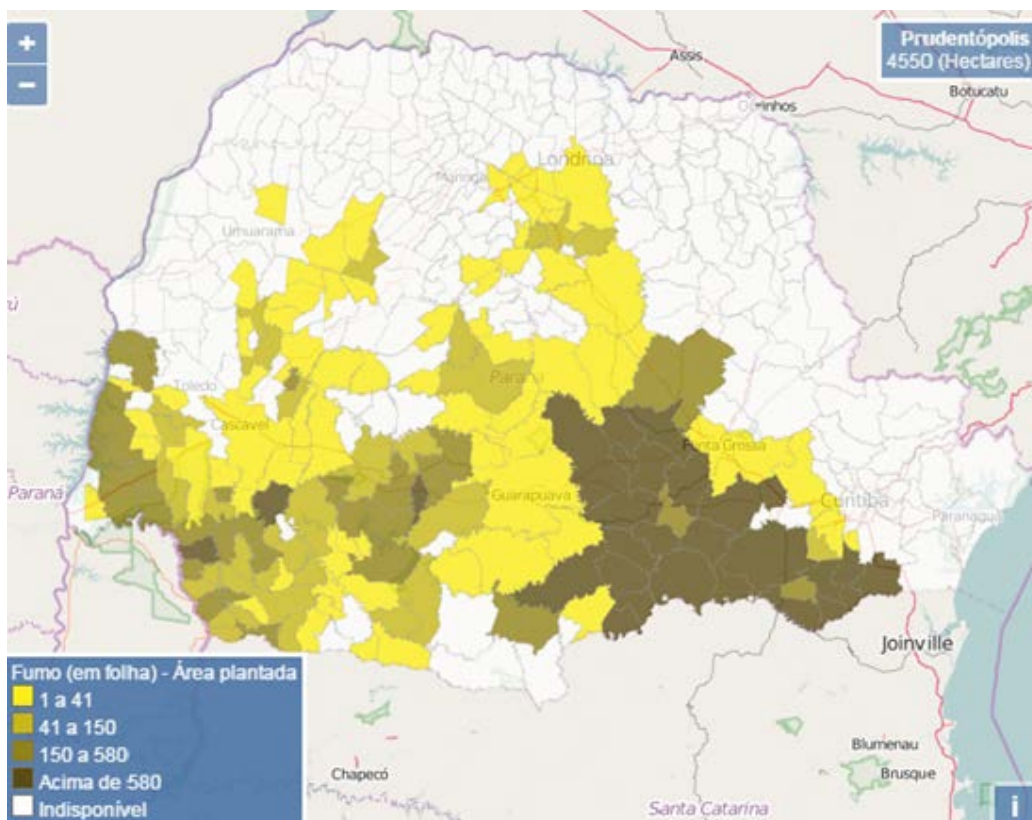


FIGURA 1 - MUNICÍPIOS PARANAENSES QUE PRODUZEM FUMO EM FOLHA.

Fonte: IBGE, 2014.

TABELA 5 - ÁREA E PRODUÇÃO DO FUMO NOS PRINCIPAIS NÚCLEOS REGIONAIS DO PARANÁ

Núcleos regionais	Safrá 2013/2014		Safrá 2014/2015		Participação
	Área (ha)	Produção(t)	Área (ha)	Produção (t)	(%)
Irati	19.300	43.425	19.500	43.875	24,4
Ponta Grossa	17.562	42.605	18.862	45.268	25,1
Curitiba	13.300	30.493	13.300	34.580	1,2
União da Vitória	7.500	15.750	7.600	15.580	8,7
Guarapuava	5.000	12.400	4.900	13.230	7,3
Francisco Beltrão	4.350	9.904	4.300	10.320	5,7
Cascavel	3.600	7.556	3.500	7.453	4,1
Outros	4.774	10.711	4.496	9.907	5,5
Total	75.386	172.844	76.308	180.213	100,0

Fonte: DERAL (Departamento de Economia Rural) SEAB (Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento) 2014.

Na safra de 2012/2013, os municípios paranaenses que se destacaram no volume de fumo produzido foram São João do Triunfo, Rio Azul, Prudentópolis, Ipiranga e Irati. As 1.813 famílias que cultivam fumo no município de Prudentópolis foram responsáveis por produzir 10.192 toneladas do produto.

Para os municípios de São João do Triunfo e Rio Azul, se comparados os volumes produzidos (quadro 3), nota-se que a quantidade em toneladas não apresenta tanta diferença entre ambos, sendo 13.458 toneladas em São João do Triunfo e 13.268 toneladas em Rio Azul. Porém, em relação ao número de famílias que trabalham na atividade fumageira, em Rio Azul esse número é bem maior que em São João do Triunfo. Esse fato é resultado da opção das famílias de Rio Azul por produzirem menores quantidades de fumo por unidade familiar, como também por intempéries climáticas (granizo, ventos) que impediram de colher toda a produção.

PARANÁ	PRODUÇÃO (t)	PRODUTORES
São João do Triunfo	13.458	1.968
Rio Azul	13.268	2.610
Prudentópolis	10.192	1.813
Ipiranga	9.323	1.661
Irati	8.539	1.558

QUADRO 3 - MUNICÍPIOS PARANAENSES QUE SE DESTACAM NA PRODUÇÃO DE FUMO: SAFRA 2013/14

Fonte: DERAL (Departamento de Economia Rural) SEAB (Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento), AFUBRA 2014.

2.2. AGRICULTURA FAMILIAR E A PRODUÇÃO DE FUMO NO BRASIL.

De acordo com Sauer (2008) em 1996, a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), trouxe avanços políticos voltados aos agricultores familiares, permitindo o reconhecimento desta categoria social e possibilitando o acesso ao crédito agrícola. Crédito esse, que,

quando usado de maneira correta, contribui significativamente para o aumento da produção.

Dentre os vários estudos que retratam a evolução da agricultura familiar brasileira nas últimas décadas, destaca-se “*O Novo Retrato Da Agricultura Familiar Brasileira*”. Nesse estudo, os autores mencionam a importância de refletir sobre o espaço rural, tendo como escopo a sua diversidade, pelo fato da existência de distintos tipos de agricultores familiares que possuem interesses e estratégias particulares de produção agropecuária. Nesse sentido, da mesma forma que existe uma diversidade de agricultores familiares, deverão também existir políticas agrícolas e tipos de assistência técnica distinto para cada grupo, com intuito desses empregarem em sua produção tecnologias que possibilitam o seu fortalecimento e expansão diante dos mercados.

Sobre a diversidade da agricultura familiar brasileira, a tabela 6 mostra de que forma são distribuídos os tipos familiares, a renda monetária anual e qual a porcentagem na participação do valor bruto da agricultura familiar por grupo familiar.

TABELA 6 - PARTICIPAÇÃO NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (VBP) POR TIPO DE RENDA DA AGRICULTURA FAMILIAR E RENDA MONETÁRIA LÍQUIDA ANUAL POR TIPO DE AGRICULTOR FAMILIAR - BRASIL – 2006

Grupos familiares	Número de agricultores familiares segundo o tipo	% Total VBP familiares	Renda Monetária líquida anual em reais
A	452.750	69,5	53.236,00
B	964.140	15,7	3.725,00
C	574.961	4,7	1.499,00
D	2.560.274	10,2	255,00
Total	4.551.855	-	

Fonte: IBGE, 2006 – Tabulações especiais (Dez anos de evolução da agricultura familiar brasileira).

A partir dos dados sobre a caracterização dos grupos familiares, nota-se que o grupo com um contingente maior de agricultores familiares no ano de 2006 foi o grupo *D*, ou seja, os descapitalizados. Esses agricultores familiares, de acordo com Guanziroli *et al* (2012), estão em sua maioria concentrados nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, sendo os que menos empregam aparatos tecnológicos. Desse modo, o autor afirma que o grau de especialização e tecnificação tem maior

influência na geração de renda do que a quantidade de terra possuída por cada unidade familiar. Sobre o grupo familiar *D*, o estudo também menciona que:

[...] entre os agricultores familiares do tipo *D*, também existem agricultores mais capitalizados, os quais podem ter sido classificados neste grupo devido à frustração de safra, baixos preços de seus produtos no mercado ou a realização de novos investimentos nos quais as receitas ainda não estão superando as despesas. Esta afirmação está baseada na participação percentual do crédito rural obtido e dos investimentos realizados por estabelecimentos deste tipo (FAO/INCRA).

Os agricultores familiares dos grupos *A* e *B*, considerados como capitalizados e em vias de capitalização, correspondem principalmente aos produtores familiares da região Sul do país. O desempenho desses grupos se deve ao fato de estarem inseridos em cadeias produtivas mais competitivas, as quais trazem melhores retornos econômicos.

Guanziroli *et al* (2012) apontam que os produtores familiares do tipo *A* têm uma renda anual elevada, em parte, porque na área rural podem se beneficiar da produção para autoconsumo, não pagam aluguel e as taxas sobre o valor da água e luz são mais baixas se comparadas com a urbana. Dessa forma, o padrão de vida desses agricultores é compatível com a da classe média urbana. Entretanto, existe uma distância muito grande entre os produtores do grupo *A* e os demais.

Nesse sentido, Guanziroli *et al* (2006), com base no estudo “*Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006)*” compararam os dados do censo agropecuário de 1996 com o de 2006 a fim de dar respostas a algumas inquietudes sobre a evolução da agricultura familiar no decênio, analisando o processo de modernização da agricultura familiar por meio da evolução de algumas variáveis (uso de maquinários, insumos, entre outras tecnologias). Dentre outros resultados, esse estudo mostrou que houve crescimento do número de agricultores familiares entre os censos, o qual passou de 4.139.000 para 4.551.855. Ou seja, em 1996, 85,17% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros eram familiares e, em 2006 essa porcentagem aumenta para 87,96% do total.

Os dados desse estudo também mostraram que os agricultores familiares pertencentes ao grupo *A* e, quanto muito aos grupos *A* e *B* desempenham um papel importante em termos econômicos. Já o grupo *C* e principalmente os agricultores familiares do grupo *D* produzem tão pouco que remetem aquela visão do agricultor

familiar de subsistência que comercializa pequenos excedentes econômicos em mercados locais.

O uso de tecnologias pelos agricultores familiares, como maquinários e insumos químicos, contribuiu para o aumento da produção e da produtividade, acontecimento esse que possibilitou a ascensão do universo familiar no cenário agropecuário brasileiro, com significativa importância na produção, tanto de gêneros alimentícios de consumo nacional, como também de *commodities* de exportação, caso a produção de fumo. As tecnologias voltadas para a produção de fumo referem-se a modernização das estufas de secagem das folhas de fumo, de sementes melhoradas geneticamente, além dos insumos agrícolas.

De acordo com Guanziroli *et al* (2006) as análises regionais sobre a agricultura familiar brasileira para o ano de 2006 mostram que as regiões Norte, Nordeste e Sul apresentam maior participação percentual de agricultores familiares na produção regional em detrimento das regiões Centro-Oeste e Sudeste, as quais caracterizam-se pela maior expressividade da agricultura patronal.

TABELA 7 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PRODUÇÃO REGIONAL – REGIÕES DO BRASIL - 2006

Região	2006
Norte	60,18
Nordeste	47,38
Sudeste	22,28
Sul	54,43
Centro-Oeste	14,53

Fonte: IBGE, 2006 – Tabulações especiais (Dez anos de evolução da agricultura familiar brasileira).

Outro dado importante trazido pelos autores supracitados está relacionado ao fator produtividade, como se vê pela comparação entre os agricultores familiares e não familiares por região (tabela 8). Os agricultores familiares, pelo fato de possuírem quantidades de terras menores, tendem a ser mais produtivos que o agricultor não familiar. Nesse sentido, concorda-se com Navarro (2014) ao apontar que a ampliação no acesso de tecnologias à agricultura de menor porte econômico é necessária para a permanência desses produtores no rural.

A produção de fumo da região Sul do Brasil é um exemplo que retrata que a agricultura familiar é mais eficiente no uso da mão de obra e da terra quando comparada aos agricultores patronais. A necessidade da intensificação da mão de obra familiar para aumentar a produção exemplifica bem o porquê da maior parte empregada na agricultura está no segmento familiar apesar desse segmento não ser predominante na produção agrícola brasileira. Dessa maneira, Abramovay (1992, p. 209) afirma que “não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturam-se tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação da mão de obra não contratada seja tão importante como na agricultura familiar”.

TABELA 8 - COMPARATIVO DA PRODUTIVIDADE POR HECTARE ENTRE FAMILIARES E NÃO FAMILIAR – BRASIL E REGIÕES - 2006

Brasil e Regiões	Valor produzido por hectare (R\$ de 2006)	
	Não familiar	Familiar
Norte	111,3	241,0
Nordeste	378,3	390,7
Sudeste	1.054,6	737,8
Sul	837,3	1.337,6
Centro-Oeste	272,7	285,1
Brasil	461,7	554,6

Fonte: IBGE, 2006 – Tabulações especiais (Dez anos de evolução da agricultura familiar brasileira).

Através da regionalização e do valor produzido por hectare, percebe-se que os agricultores familiares da região Sul são mais eficientes no valor produzido e, segundo Guanzirolí *et al* (2012), a predominância de agricultores familiares nas cadeias produtivas como a fumicultura, a avicultura e suinocultura favorece o aumento da produtividade por área. É nesse sentido que, pode-se afirmar não existir dicotomia ou oposição entre a agricultura familiar e a patronal, uma vez que a competição no mercado faz com que cada um desses segmentos tenda a predominar nos setores em que apresenta capacidade para produzir com mais eficiência.

Na região Sudeste, a alta tecnologia empregada pelos agricultores não familiares consegue superar a produtividade da agricultura familiar. Já nas regiões Norte e Nordeste, encontram-se os menores índices de produtividade da agricultura

familiar brasileira, fato relacionado a vários fatores, principalmente, os solos menos produtivos, clima, cultivo de culturas que têm um retorno de investimento menor e também a menor disponibilidade de tecnologias, assistência técnica e políticas agrícolas capazes de inverter esse quadro.

Além da representatividade bastante grande (95,6%) da produção de fumo, a agricultura familiar brasileira tem participação significativa na produção de gêneros alimentícios, como arroz, feijão e mandioca. Também contabiliza-se um número significativo de agricultores familiares envolvidos nas cadeias produtivas características do agronegócio, como soja, trigo e milho (tabela 9)

No caso dos produtos de origem animal (tabela 10) a participação da agricultura familiar também é significativa, ou seja, concorda-se com Guanziroli *et al* (2012) quando afirma que produzir alimentos como arroz, feijão ou mandioca, não quer dizer necessariamente que esses produtores são camponeses ou produtores de subsistência, pois na grande maioria dos estabelecimentos produz-se totalmente para o mercado, ou seja, seu objetivo não é somente a subsistência e sim vender a produção.

TABELA 9 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DE PRODUÇÃO DE PRODUTOS DA LAVOURA TEMPORÁRIAS E PERMANENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR – BRASIL 2000

PRODUTO	2006
Arroz	39,19
Cana-de-açúcar	10,24
Cebola	69,59
Fumo	95,67
Mandioca	93,17
Milho	51,90
Soja	23,60
Trigo	36,38
Feijão	76,59
Banana	62,40
Café	29,67
Laranja	25,25
Uva	53,63

Fonte: IBGE, 2006 – Tabulações especiais (Dez anos de evolução da agricultura familiar brasileira).

TABELA 10 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DE PRODUÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL DA AGRICULTURA FAMILIAR – BRASIL 2006

TIPO DE PRODUÇÃO	2006
Pecuária de corte	16,65
Pecuária de leite	60,53
Suínos	52,45
Aves	30,34

Fonte: IBGE, 2006 – Tabulações especiais (dez anos de evolução da agricultura familiar brasileira).

A produção de fumo na região Sul do Brasil também tem grande expressividade no contingente de pessoal ocupado (PO), ou seja, conforme demonstrado na tabela abaixo, 9 % da PO agrícola de 2012 estava ocupada nessa atividade. De acordo com Maia e Sakamoto (2015), no Sul, destacam-se, além dos ocupados no cultivo do fumo, os ocupados no cultivo da soja (10% da PO agrícola) que representavam em 2012, 90% e 63% dos ocupados nos respectivos ramos de atividade do conjunto da PO agrícola brasileira.

Para esses autores, a dinâmica da PO agrícola brasileira foi influenciada pela região Nordeste, que apesar de conter o contingente agrícola mais expressivo do País (44% do total da PO agrícola brasileira) passou por uma grande redução de 28% da PO agrícola entre os anos de 2005 e 2012. Buainain *et al.* (2013) *apud* Maia; Sakamoto (2014), destacam que esse processo de esvaziamento na região Nordeste estaria associado tanto à inviabilidade econômica do minifúndio, quanto às diferenças de qualidade de vida e oportunidades de emprego entre os meios rural e urbano.

TABELA 11 - POPULAÇÃO OCUPADA (PO) AGRÍCOLA SEGUNDO GRUPAMENTO DE ATIVIDADES AGRÍCOLAS – REGIÃO SUL – 2012

Grupos	2012	
	N (1.000)	%
Criação de bovinos e outros animais	402	18,8
Cultivo de hortaliças, legumes, flores, etc.	305	14,3
Cultivo de Soja	207	9,7
Produção mista: lavoura temporária e pecuária	197	9,2
Cultivo de milho	194	9,1
Cultivo de fumo	194	9,1
Outras atividades	632	29,7
Total	2.131	100

Fonte: Maia e Sakamoto, 2014
 Dados primários: IBGE, 2012.

Com relação à distribuição dos ocupantes em atividades agropecuárias por condição de pobreza (tabela 12), nota-se que os ocupados pobres na produção de fumo correspondem a 7%, do total, que é um percentual de pobres em geral menor do que os encontrados em outras produções, como nas de mandioca (26%), arroz (29%), milho (24%) e horticultura (12%).

As culturas da soja, café, cana-de-açúcar e frutas são as que têm menores taxas de pobreza, com valores respectivos de 2,4%, 4,5%, 4,6% e 6,3%. A proporção média brasileira para todos os ocupados em atividades agropecuárias é de 14,6%.

Desse modo, pode-se dizer que as culturas tradicionais, como arroz, mandioca e milho são as que têm maiores taxas de pobreza. Esse fato faz sentido em Prudentópolis, pois, na região Norte do município, onde a produção de fumo não é realizada devido às características do clima e da topografia, o nível de desenvolvimento é menor que na parte Central e Sul do município. Esse contraste se revela não somente pela comparação entre culturas tradicionais e a produção de fumo, pois também as outras culturas tendem a gerar menores taxas de pobreza.

A produção de frutas é uma boa opção para a geração de renda dos agricultores familiares em geral, pois apresenta uma taxa de pobreza bem menor

ainda que a do fumo. Porém, para essa produção seria necessária a especialização e a tecnificação desses agricultores, realizadas a partir de políticas de incentivos a tecnificação e assistência para agricultura familiar, como apontado por Navarro (2014). Ou seja, a quantidade de tecnologia empregada de forma correta está intrinsecamente relacionada à renda do agricultor. Sobre tecnologia para a agricultura familiar, Valente (2008) ressalta que “deve-se compreender a tecnologia não como panacéia, mas conhecimento que estaria a exigir inovações institucionais, como políticas públicas, parcerias e outras ações que a ele devem ser conjugadas.”

TABELA 12 - DISTRIBUIÇÃO TOTAL DOS OCUPADOS EM ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS POR CONDIÇÃO DE POBREZA (2010)

Atividade	Não pobre	Pobre	Pobres (%)	Total
Arroz	137.325	56.589	29,2	193.914
Milho	389.402	126.624	24,5	516.026
Algodão	7.322	579	7,3	7.901
Cana-de-açúcar	214.497	10.189	4,5	224.686
Fumo	215.365	16.116	7,0	231.481
Soja	96.235	2.387	2,4	98.622
Mandioca	376.239	132.050	26,0	508.288
Horticultura	522.745	72.322	12,2	595.067
Frutas	236.742	15.808	6,3	252.550
Café	552.738	26.757	4,6	579.496
Cacau	67.809	6.670	9,0	74.479
Pecuária	1.611.624	149.626	8,5	1.761.250
Outros cultivos	4.389.749	942.358	17,7	5.332.108
Outros agropecuária	1.609.597	226.670	12,3	1.836.267
Total	10.427.388	1.784.746	14,6	12.212.134

Fonte: NEDER (2014).

Dados primários: IBGE (2010). Microdados do Censo Demográfico 2010.

Portanto, os dados da tabela 12 mostram que, realmente, existem várias culturas que geram uma taxa de pobreza bem menor que a cultura do fumo, mas em contrapartida existem aquelas que geram taxas de pobreza bem maiores. Assim, pode-se dizer que os agricultores familiares que produzem fumo analisam os fatores

relacionados à mão de obra, terra, maquinários, disponibilidade de capital, conhecimento técnico e à lucratividade por atividade, optando pela produção mais rentável dentre aquelas para as quais possuem capacidade técnica e financeira para produzir.

No quadro 4, podemos ver como ocorre a distribuição das atividades agropecuárias entre os domicílios rurais e urbanos. Nesse sentido, a proporção dos ocupados em atividades agrícolas e que residem em áreas urbanas são maiores em cultivos como cana-de-açúcar, algodão e frutas (60,7%, 51,6% e 45,1% respectivamente), ao passo que no cultivo do fumo, cacau, milho e arroz, essas proporções são bem menores (6,5%, 22,4%, 24,5% e 29,2%).

Do ponto de vista da fixação do homem no campo, a cultura do fumo é mais eficiente se comparadas com aquelas mais mecanizáveis, em que o contingente de ocupados em atividades agrícolas é maior na área urbana. O fato de a produção de fumo ser pouco mecanizável no Brasil, principalmente na colheita, exige a mão de obra familiar, sem contar a necessidade da contratação de mão de obra nos períodos de colheita do produto.

Atividade	Urbano	Rural	Urbano (%)	Total
Arroz	63.133	130.781	32,6	193.914
Milho	114.789	401.228	22,2	516.026
Algodão	4.075	3.826	51,6	7.901
Cana-de-açúcar	136.484	88.202	60,7	224.686
Fumo	15.105	216.376	6,5	231.481
Soja	32.958	65.664	33,4	98.622
Mandioca	86.628	421.660	17,0	508.288
Horticultura	233.989	361.078	39,3	595.067
Frutas	113.813	138.738	45,1	252.550
Café	213.751	365.744	36,9	579.496
Cacau	16.683	57.796	22,4	74.479
Pecuária	466.018	1.295.232	26,5	1.761.250
Outros cultivos	1.625.626	3.706.482	30,5	5.332.108
Outros agropecuária	889.452	946.815	48,4	1.836.267

QUADRO 4 - ATIVIDADES E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DOS OCUPADOS EM ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS (2010).

Fonte: NEDER (2014).

Dados primários: IBGE (2010). Microdados do Censo Demográfico 2010.

De acordo com Neder (2014), os municípios brasileiros de maior porte populacional se dedicam mais expressivamente às atividades de serviços e indústria

(atividades não agropecuárias), ao passo que os municípios com menor população encontram-se mais relacionados à pecuária, soja e fumo. Dado esse que se confirma no município de Prudentópolis, como também na grande parte dos municípios produtores de fumo da região Sul do Brasil, os quais são caracterizados pelo baixo contingente populacional, sendo que um número razoável deles tem população predominantemente rural.

A partir dos dados apresentados, nota-se que a agricultura familiar brasileira também produz *commodities* para o mercado externo, como nas cadeias de aves, suínos, soja e fumo. Redefinindo, assim, a visão dualista e superando o dilema entre a agricultura para o mercado interno e a agricultura para exportação (SILVEIRA, 2014).

Portanto, sabendo da inegável dualidade entre as formas de fazer agricultura no rural brasileiro, estando de um lado a agricultura patronal e do outro a agricultura familiar, concorda-se com Elesbão (2007) quando afirma que não tem fundamento priorizar nem um segmento e nem outro dentro da agropecuária, pois deve-se olhar para o rural como um território de diversidade onde há espaço e necessidade para o desenvolvimento tanto da produção de *commodities* como também para a diversificação da produção na agricultura familiar, tendo como escopo para as pesquisas a heterogeneidade do segmento familiar.

CAPITULO III - FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DE PRUDENTÓPOLIS E A CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO

Este capítulo tem por objetivo mostrar os processos de ocupação do território de Prudentópolis, como também os elementos que proporcionaram a inserção da cultura do fumo nas unidades familiares, a qual contribuiu para a reprodução econômica desses produtores. Nesse sentido, a caracterização dos produtores rurais familiares de Prudentópolis mediante o uso de fontes secundárias, como o IBGE, é fundamental para conhecer o perfil das unidades familiares.

3.1 - FORMAÇÕES DO TERRITÓRIO DE PRUDENTÓPOLIS E A AGRICULTURA FAMILIAR

O município de Prudentópolis está localizado na mesorregião Sudeste do estado do Paraná (figura 2) sendo o terceiro município paranaense com maior área territorial. Está situado a latitude 25° 12' 47"S, longitude 50° 58' 40" W, e na altitude de 840 metros (IBGE, 2010).

A partir de dados do censo demográfico (IBGE, 2010), constata-se que atualmente a maior parte da população Prudentopolitana reside na área rural, ou seja, do total de 48.793 habitantes, 54% vivem na área rural e 46% na urbana.

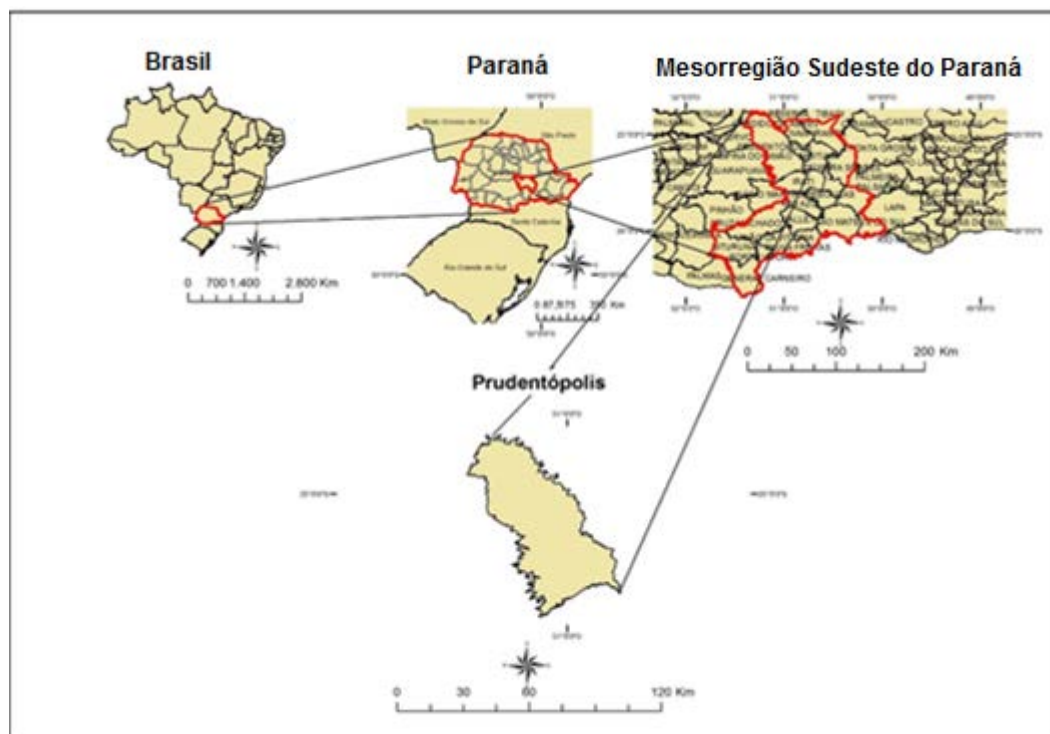


Figura 2- LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Fonte: IBGE (2010),

Autor: VILCZAK, A. (2015)

A ocupação territorial do município de Prudentópolis se deu principalmente através da entrada de grandes contingentes de imigrantes europeus. No Paraná, entre os anos de 1829 e 1911, chegaram aproximadamente 83.012 mil estrangeiros de origem eslava (SENETRA, 2014), os quais se dirigiram, em sua maioria, para os arredores de Curitiba, Prudentópolis e Mallet.

No município de Prudentópolis, um contingente maior de imigrantes chegou entre os anos de 1896 e 1897. Por esse fato, atualmente cerca de 75% da população são descendentes de imigrantes ucranianos e, em menor escala, de poloneses.

Conforme Hauresko (2012), Prudentópolis é uma das antigas colônias do interior do Paraná, instalada em 1895, no denominado distrito de São João de Capanema, sendo a construção da estrada de rodagem Rio Grande do Sul – São Paulo um dos fatores para a atração desses imigrantes, os quais foram inseridos numa política de instalação de pequenas propriedades.

Os lotes de terra eram recebidos pelos imigrantes e deveriam ser quitados na medida em que prosperassem economicamente. Esses lotes eram desmatados pelos próprios imigrantes, onde construíam casas provisórias de madeira para abrigar a família, como demonstra a figura 3.



FIGURA 3 - VILA DE SÃO JOÃO DO CAPANEMA (1896) – ATUAL MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS/PR.

Fonte: Acervo do Museu do Milênio em Prudentópolis/PR.

A colônia foi elevada a categoria de Vila no ano de 1906 pelo processo de desmembramento do município de Guarapuava. No ano de 1929, foi elevada à condição de município, sendo constituído pelos distritos de Patos Velhos, Jaciaba e Prudentópolis.

No início da colonização, a semente de pinhão era o principal alimento de subsistência para o imigrante. De acordo com Zaroski (2001), os imigrantes colhiam os pinhões e os transformavam em farinha e fubá através dos moinhos caseiros e, assim, substituíam as farinhas de trigo e centeio. Quando se instalaram definitivamente em seus lotes, esses imigrantes começaram a produzir as sementes de trigo e centeio também para a subsistência.

De acordo com Hauresko (2012), uma das primeiras atividades econômicas significativas para as famílias descendentes de imigrantes foi a extração da erva-mate, já que é uma planta nativa da região.

Uma das mais importantes indústrias do próspero município de Prudentópolis é incontestavelmente a do matte, que o município produz abundantemente. Fundada a colônia de Prudentópolis, composta na sua maioria de polonezes, ruthenos e ucranianos, coube a cada colono um lote de 5 a 10 alqueires de terras férteis. (BRASIL, 1929, p. 28-29, citado por Hauresko, 2012).

As pequenas glebas de terra que os imigrantes possuíam rendiam a eles a extração da erva-mate, como também a produção de alimentos para autoconsumo e, mais tarde, para a comercialização. Nessa continuidade, os produtos agrícolas que se destacam historicamente na participação econômica do município foram o cultivo de feijão, milho, arroz, trigo, mandioca, batata, suínos, produção de mel e criação de gado (EMATER, 2014). Porém, a renda gerada por essas culturas era ínfima, de um lado, pela baixa produção que alcançavam devido à ausência, naquele período, de um pacote tecnológico que potencializasse a produção e, de outro lado, pela falta de mercado para receber esses produtos.

Diante disso, a produção de fumo foi uma importante atividade geradora de renda para a agricultura familiar, principalmente a partir da década de 1970. Por outro lado, a inserção dessa cultura também é resultado do papel que as empresas fumageiras tiveram na região Sul do Brasil. Ou seja, a produção se definiu e se consolidou devido principalmente as empresas fumageiras em ir até o fumicultor devido a competitividade que o setor apresenta

Na primeira metade do século XX muitas famílias já se dedicavam a produção de fumo, tanto de corda (consumo próprio), como também de folhas de fumo para venda. Produziam em pequenas quantidades, pois todo o trabalho era manual, conforme relata o fumicultor:

Eu lembro bem quando o meu avô fez a estufa para nós trabalhar com o fumo, foi mais ou menos nos anos de 1960[...], foi bom negócio, porque outra lavoura não dava tanto lucro, nós éramos em bastante irmãos e todos ajudavam, [...] não era fácil como hoje que temos trator, estufa elétrica. Antes era tudo feito com os cavalos e a gente trabalhava muito de sol a sol. (Fumicultor da Comunidade de Linha Dezembro entrevistado no dia 9 de junho de 2014).

Antes de começar de plantar fumo, nós produzíamos só para consumo o feijão, milho, arroz, trigo, mandioca, batata, porcos, produção de mel, e criação de gado [...]. Nossa situação financeira era muito difícil [...] não tinha uma renda certa, passava muitas necessidades, principalmente quando precisava para a saúde. (Fumicultor da Comunidade de Linha Rio Preto entrevistado em junho de 2014).

No município, a produção de fumo teve grande procura a partir da metade do século XX. Também houve incentivos, principalmente por parte da Souza Cruz, uma vez que a cultura se desenvolveu bem em algumas regiões.

No ano de 2014, a Emater de Prudentópolis registrou a existência de 8.100 famílias de agricultores, das quais 1.813, o que corresponde a 22%, estão envolvidas no sistema de produção integrada de fumos claros com as empresas fumageiras que atuam no município.

A figura 4 mostra a concentração na parte Sul e Central das 1.813 famílias que produzem o fumo em Prudentópolis. Essa concentração está relacionada à topografia e ao clima. De acordo com Kraiczek e Antoneli (2012), na região Norte do município a produção não é realizada devido ao relevo declivoso (figura 5), impróprio para algumas atividades agrícolas, como também pelo fato de as condições climáticas serem diferenciadas.

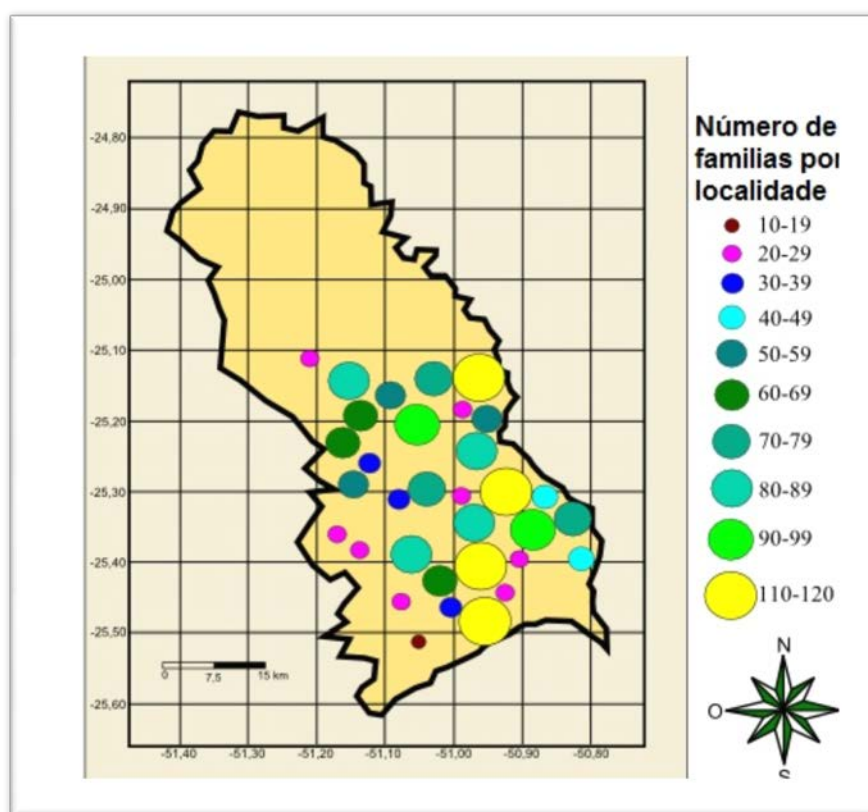


FIGURA 4- LOCALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE FUMO DE PRUDENTÓPOLIS-PR POR LOCALIDADES

FONTE: AFUBRA – Mapa elaborado a partir das localidades onde se encontram os produtores. Org. Kraiczek, 2014.

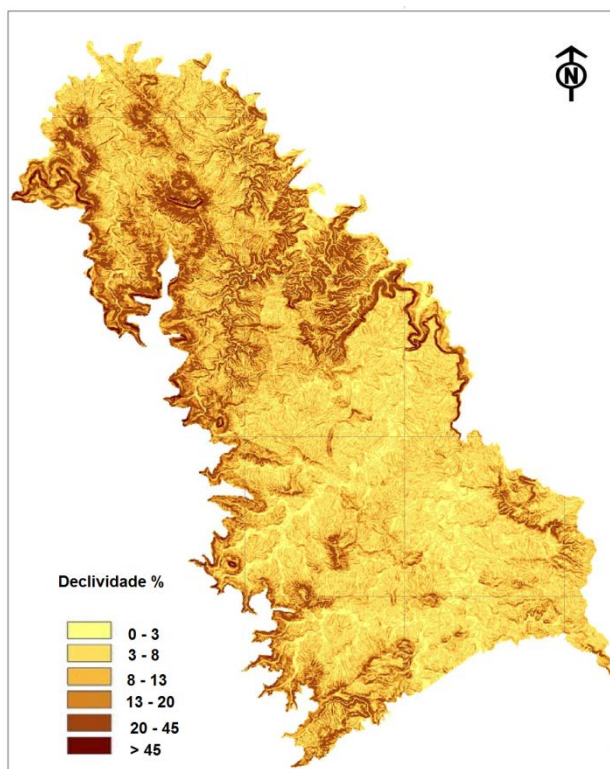


FIGURA 5 - DECLIVIDADE DO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS/PR

Fonte:SRTM – USGS-USA (2000)
ORG: Kurta, M. (2014).

De acordo com o exposto, muitas famílias da região Norte do município se interessam pelo plantio de fumo, principalmente pela geração de renda e venda garantida do produto, porém não o produzem devido aos fatores limitantes.

De acordo com Emater (2014) devido às limitações climáticas e topográficas, as culturas que prevalecem naquela região são o feijão, milho, mandioca, maracujá, uva e produtos de autoconsumo familiar. Esses agricultores familiares sinalizam a falta de opção de cultivo economicamente rentável, bem como a necessidade da melhoria nas estradas rurais, as quais são fundamentais para escoar a produção.

A região também se caracteriza pelo menor nível de mecanização da produção quando comparada com as regiões Central e Sul, necessitando de mão de obra intensiva para a produção. Extensas áreas de lavoura são plantadas, manejadas e colhidas manualmente, retratando, assim, a dificuldade do trabalho nessa região (figura 6).



FIGURA 6 - PRODUÇÃO DE FEIJÃO EM TERRENOS INCLINADOS NA LOCALIDADE DE BARRA DA AREIA – PRUDENTÓPOLIS-PR.

Fonte: Vilczak (2014)

A foto da esquerda mostra uma lavoura de feijão que foi plantada à mão por um agricultor familiar do Norte do município (Comunidade da Linha Barra de Areia), o agricultor retrata a dificuldade de trabalhar nessa região. A foto da direita retrata de que forma se apresenta o relevo daquela região.

Conforme dados da Emater (2014), a ocupação do solo no município se dá pelas lavouras anuais e perenes, matas nativas, matas naturais de preservação permanente, reflorestamentos e pastagens. Segundo dados do IparDES (2013), as atividades agropecuárias que se destacam atualmente na geração de renda e no número de hectares ocupados por plantio em Prudentópolis são a produção de leite bovino e o plantio de fumo, soja, milho, feijão preto e trigo. Além dessas, outras atividades de significância menor para a economia são apresentados nos quadros 5 e 6.

CULTURAS	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	PRODUTIVIDADE (Kg/ha)	VALOR (R\$ 1.000,00)
Abacate	1	30	30.000	
Abacaxi (mil frutos)	1	11	11.000	12
Alho	10	53	5.300	265
Amendoim (em casca)	15	20	1.333	32
Arroz (em casca)	540	1.200	2.222	926
Aveia (em grão)	90	198	2.200	99
Banana	1	9	9.000	5
Batata-inglesa	130	3.874	29.808	3.937
Cana-de-açúcar	26	1.325	50.962	53
Cebola	60	840	14.000	798
Centeio (em grão)	90	135	1.500	54
Feijão	27.300	33.040	1.210	70.323
Fumo (folha)	4.400	9.701	2.205	58.206
Laranja	47	940	20.000	544
Maracujá	106	530	5.000	1.007
Mandioca	365	8.395	23.000	2.686
Milho	19.870	107.088	5.389	45.699
Pêssego	13	52	4.000	94
Soja	23.310	73.570	3.156	68.546
Tomate	5	205	50.000	217
Trigo	4.210	13.472	3.200	9.508
Uva	28	205	7.321	372

QUADRO 5 - PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS PRODUZIDAS EM PRUDENTÓPOLIS-PR

FONTE: IBGE - Produção agrícola municipal, 2013

PRODUTOS	PRODUÇÃO	VALOR (R\$ 1.000,00)
Lã (Kg)	10.930	109
Leite (mil litros)	8.308	9.965
Mel de abelha (Kg)	290.000	2.900
Ovos de galinha (mil dz)	245	662

QUADRO 6- PRODUÇÃO ANIMAL DO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS/PR

FONTE: IPARDES, 2015 (IBGE SAFRA DE 2013).

Dentre os setores econômicos responsáveis pela formação do PIB do município de Prudentópolis, destacam-se os setores de serviços e a agropecuária (quadro 7). Com relação ao setor de serviços, o mesmo também está relacionado às atividades agropecuárias.

O baixo percentual de participação das indústrias no PIB do município se reflete na baixa agregação de valor sobre os produtos, principalmente nos de origem animal e da fruticultura, entre outros produtos que poderiam gerar mais renda para os produtores se fossem beneficiados por eles próprios.

Setor	Prudentópolis		Paraná	
	Mil R\$	(%)	Mil R\$	(%)
Agropecuária	115.127	27,91	12.816.893	6,75
Indústria	35.579	8,63	46.858.018	24,66
Serviços	237.699	57,62	106.694.466	56,16
Impostos produtos líquidos de subsidio	24.099	5,84	23.622.577	12,43
PIB a preço corrente	412.504	100	189.991.954	100

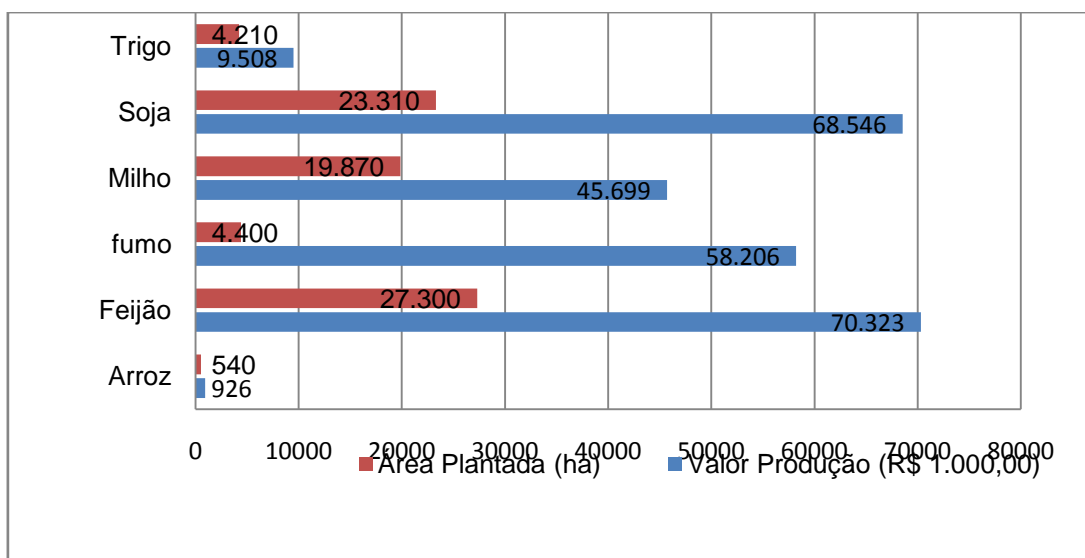
QUADRO 7 - PIB DO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS POR SETOR

IBGE 2012.

Org. Vilczak, A. 2015

De acordo com Emater (2014), existem no município quatorze categorias de agroindústrias, as quais são consideradas de pequeno e médio porte, com destaque para as agroindústrias de embutidos e defumados, erva-mate, farinha de milho e quirera. Sabendo da importância do setor agropecuário para a economia do município, o gráfico 2 mostra as atividades com maior geração de renda.

GRÁFICO 2 - PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS PRODUZIDAS EM PRUDENTÓPOLIS E SUAS RECEPTIVAS RENDAS



FONTE: IBGE Produção agrícola municipal/ 2013
Org. VILCZAK; A. (2014).

Se analisarmos somente a renda obtida por cada cultura, notaremos que o feijão e a soja são as que mais geram receita, seguido do fumo, milho, trigo e arroz. Contudo, ao analisarmos a receita e a área cultivada de cada lavoura notamos que a produção de fumo é a mais rentável.

A partir do gráfico pode-se entender o porquê das famílias permanecerem na atividade fumageira. Estas são motivadas principalmente pela renda obtida, além da constatação, a partir de trabalhos de campo, de que a maioria dos fumicultores estão na atividade há muitos anos e que esta ocupação é passada de uma geração para outra.

Nós plantamos fumos há 15 anos, e antes de eu e minha esposa casar, eu plantava o fumo com meus pais e minha esposa com os pais dela, e agora pegamos uma estufa para nós, e continuamos na produção. [...] Já sabemos bem como produzir um fumo de qualidade boa. [...] já investimos em outras atividades, mas não deu lucro igual do fumo. [...] três anos atrás fizemos financiamento para tanques de peixe, investi 10 mil reais, para fazer os tanques e comprar os alevinos, e como nós não tinha acompanhamento técnico e muito menos experiência em produzir peixe, não tivemos lucros. Produzimos feijão, milho, soja, mas a maior renda vem do fumo (Fumicultor entrevistado na Comunidade de Linha Dezembro em maio de 2014).

A produção de leite também tem uma expressiva contribuição para a economia do município, pois nos últimos anos intensificou-se a dedicação dos agricultores familiares nessa atividade. Dessa forma, muitos dos fumicultores também produzem leite pelo fato de possuir mercado garantido, e também devido ao pagamento do leite ser realizado mensalmente, o que não acontece com o fumo. Nas propriedades que combinam a produção de leite com a do fumo, os agricultores familiares usam a renda do leite para gastos mensais fixos da família, e a renda da safra do fumo é investido na propriedade, pois gera receitas mais altas.

Agora com a renda do fumo e do leite as coisas se equilibraram, que com o dinheiro do leite usamos para os gastos do mês, e quando vendemos a safra do fumo investimos na propriedade, já fizemos casa de alvenaria, cerca, paiol novo, galinheiro, compramos trator, carro [...] a gente trabalha mais, mas pelo menos não passamos grandes necessidades. (Fumicultor entrevistado na Comunidade de Linha Visconde de Guarapuava em maio de 2014).

De acordo com a EMATER (2014), nos últimos anos houve aumento do número de agricultores familiares que se dedicaram à produção de leite e aos poucos abandonaram o cultivo do fumo. A partir dos trabalhos de campo, percebe-se que muitas vezes os mais jovens pretendem investir na atividade leiteira, fazer cursos e se especializar no uso de tecnologias que permitam maior produtividade dos animais, ou seja, casais mais novos que pretendem permanecer no campo, geralmente com nível de escolaridade maior buscam ser mais competitivos, como por exemplo, o depoimento de um casal que reside na Linha Visconde de Guarapuava e de outro que reside na Linha Dezembro.

Os nossos pais plantam fumo e quando casamos também começamos a produzir fumo e leite, e achamos que se nós se especializasse só na produção de leite a gente teria mais facilidade porque temos pouca terra (5 alqueires) [...] agora temos 32 vacas de leite fora os terneiros, e temos uma renda até que razoável por mês. (Agricultora familiar entrevistada⁵ na comunidade de Linha Visconde de Guarapuava).

Sempre plantei fumo, mas como casei no ano passado, eu e minha mulher decidimos plantar fumo somente nesse ano e no próximo ano investir mais no leite, que temos mais facilidade, apesar de ter que trabalhar todos os dias de manhã e de tarde para tirar o leite e ainda durante o dia plantar os pastos [...] no fumo não precisa ficar o ano todo trabalhando, mas mesmo assim vamos se especializar só com a produção de leite e outras lavouras. (Fumicultor entrevistado na comunidade de Linha Dezembro).

⁵ A agricultora relata que, atualmente, só ajuda os pais com as atividades do fumo nos dias de colheita.

Portanto, nota-se que os mesmos usam da racionalidade econômica para definir o que produzir, não buscando somente a sobrevivência da família, e se especializando nas atividades em que acreditam serem mais eficiente, considerando as características de suas propriedades. Buscam, assim, melhorar de vida seguindo uma racionalidade tipo capitalista.

3.2 - CARACTERIZAÇÕES DOS PRODUTORES RURAIS FAMILIARES DE PRUDENTÓPOLIS

Como já visto no item anterior, o município de Prudentópolis sempre possuiu uma base produtiva alicerçada estruturalmente no setor agropecuário, e, de acordo com dados da Emater de Prudentópolis (2014), o público que faz parte do rural do município está composto pela categoria Agricultura familiar, constando um número de 8.100 estabelecimentos; Agricultura Patronal, com 1.750 estabelecimentos; e por 40 famílias Indígenas, além daqueles trabalhadores rurais contratados nos períodos de safra para desenvolver atividades no campo.

Nota-se que em Prudentópolis a categoria da agricultura familiar é predominante em relação à patronal. Desse modo, a caracterização dos produtores rurais familiares a partir de conceitos e dados estatísticos sistematizados para todo o país se torna pertinente para que possamos estimar em quais grupos existe a maior concentração desses produtores familiares no município e qual é a dinâmica de produção desses grupos. A tipologia entre os agricultores familiares tem por objetivo estabelecer uma diferenciação socioeconômica entre os produtores familiares devido a sua heterogeneidade (FAO/INCRA, 2000). Sendo assim, o grupo *A*, refere-se aquele produtor com renda total superior a três vezes o valor da diária, o grupo *B*, ao produtor com renda total superior a uma vez até três vezes o valor da diária, no grupo *C* estão aqueles com renda total superior à metade até uma vez o valor da diária, e por fim, o grupo *D*, com renda total igual ou inferior à metade do valor da diária.

A existência de quatro grupos distintos dentro do universo familiar é resultante de vários fatores, como, por exemplo, a disponibilidade de terras agricultáveis (como aquelas localizadas na região Norte do município de Prudentópolis), as tecnologias empregadas pelas unidades familiares, a forma de administração da propriedade, os

preços e mercados aos quais a produção é destinada, fatores climáticos, entre outros. Portanto, os distintos tipos de produtores são portadores de racionalidades específicas e buscam se adaptar ao meio em que estão inseridos.

O universo agrário é extremamente complexo, seja em função da grande diversidade da paisagem agrária (meio físico, ambiente, variáveis econômicas etc.), seja em virtude da existência de diferentes tipos de agricultores, os quais têm interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção e que, portanto, respondem de maneira diferenciada a desafios e restrições semelhantes (FAO/INCRA, 2000).

Os dados mais gerais que tratam de variáveis da caracterização dos agricultores familiares do município de Prudentópolis pertencem ao censo agropecuário de 2006, momento aquele em que o universo da agricultura familiar era composto por aproximadamente 7.409 estabelecimentos, sendo que, no ano de 2014, a Emater do município registrou um número aproximado de 8.100 agricultores familiares um aumento de 691 estabelecimentos. Esse aumento dos agricultores familiares no decênio pode ser resultado da subdivisão das propriedades já existentes.

Dentre os quatro grupos familiares (Quadro 8), o maior número de agricultores familiares do município de Prudentópolis encontra-se no grupo *D*, ou seja, aqueles agricultores familiares descapitalizados e com baixo nível de integração ao mercado. No grupo *A*, considerado como capitalizado e com grande integração aos mercados, existe um contingente menor de agricultores.

Número bastante significativo de produtores familiares está representado pelo grupo *B*, grupo esse que está em processo de capitalização e integrado ao mercado. Os agricultores familiares capitalizados e em processo de capitalização são em menores números que os descapitalizados e os em processo de descapitalização.

Cidade	Agricultura familiar por grupo	Nº Absoluto de estabelecimentos por grupo familiar
Prudentópolis/PR	Familiar – tipo A	783
	Familiar – tipo B	2.168
	Familiar – tipo C	1.387
	Familiar – tipo D	3.071
	Total	7.409

QUADRO 8 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR TIPO DE AGRICULTOR FAMILIAR - PRUDENTÓPOLIS/PR - 2006

Fonte: IBGE, 2006

Conforme os dados do IBGE (2006) é importante ressaltar que, em Prudentópolis, o grupo A representa cerca de 10% do total de estabelecimentos familiares, o que é aproximadamente a mesma proporção verificada para o Brasil, onde há cerca de 460 mil produtores do grupo A num universo de pouco mais de 4 milhões de estabelecimentos familiares.

Dentro do universo dos agricultores familiares de Prudentópolis, nota-se que a grande maioria deles, independentemente do tipo familiar, possui terras próprias como demonstrado no quadro 9. O fato de a grande maioria possuir terras próprias, está relacionado ao loteamento feito no período da colonização do município, sendo que, apesar de ter acontecido a venda e compra de algum desses lotes, em termos gerais, a questão do acesso à terras permanece inalterada entre os agricultores familiares locais.

Variável	Agricultura familiar por grupo	Nº Absoluto de propriedades por grupo no município de Prudentópolis/PR
Terras próprias	Familiar – tipo A	700
	Familiar – tipo B	2.016
	Familiar – tipo C	1.338
	Familiar – tipo D	2.966
	Total	7.020

QUADRO 9- NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS FAMILIARES CUJOS PROPRIETÁRIOS RESIDEM E TRABALHAM NO PRÓPRIO ESTABELECIMENTO - PRUDENTÓPOLIS/PR – 2006.

Fonte: IBGE, 2006

Organização: Vilczak; A. (2015).

Com relação aos tipos de cultivo, nota-se pelo quadro 10 que os produtores de fumo se concentram nos grupos A e B. Ou seja, do ponto de vista econômico, a produção tende a oferecer uma renda maior do que o milho e o feijão, por exemplo, visto que a maior concentração desses agricultores familiares está nos grupos C e D. A maior parte dos produtores de fumo tem um nível alto de integração com o mercado, quer dizer, não são camponeses e sim pequenos capitalistas que visam lucros, mantendo-se competitivos com objetivo de crescimento econômico.

Grupo familiar	Fumo	Feijão	Milho	Soja
Familiar – tipo A	520	493	540	109
Familiar – tipo B	798	1.464	1.484	110
Familiar – tipo C	128	1058	974	56
Familiar – tipo D	89	2.125	1.773	84
Agricultor não familiar	19	76	93	44
Total de estabelecimentos	1.555	5.216	4.864	403

QUADRO 10 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS RURAIS POR GRUPO FAMILIAR NA PRODUÇÃO DAS CULTIVARES DE FUMO, FEIJÃO E SOJA – PRUDENTÓPOLIS/PR

Fonte: IBGE, 2006

Organização: Vilczak; A. (2015).

Nesse sentido, concorda-se com as abordagens ligadas ao capitalismo agrário, segundo as quais a integração dos fumicultores com as indústrias

fumageiras oferece maiores oportunidades para capitalização, ao passo que a maioria daquelas famílias que produzem feijão e milho está no grupo familiar em vias de descapitalização e descapitalizados, auferindo renda menor.

Quando somados as colunas do quadro 10, vemos que o número para cada linha supera o total de estabelecimentos de cada categoria apresentados nos quadros anteriores. Isso mostra que há muitos fumicultores que não se dedicam apenas ao fumo, mas também ao feijão, milho e/ ou soja. A partir daí pode-se levantar a hipótese de que muitos produtores do grupo A mantêm pequenas produções de feijão e/ou milho para autoconsumo. Outra hipótese é que há produtores do grupo B que estão tentando fazer a transição das culturas de feijão e/ou milho para a cultura de fumo, motivo pelo qual deram início a produção deste último sem abandonar os cultivos mais tradicionais.

No município também existem dezenove agricultores não familiares que produzem fumo e usam da mão de obra contratada para cultivar a *commoditie* devido à baixa mecanização disponível para esse tipo de lavoura. Desse modo, os agricultores não familiares também têm interesse na rentabilidade por hectare e no mercado garantido do fumo.

A produção de soja tem uma expressividade na agricultura familiar, com destaque para os grupos A e B. O milho e feijão são as culturas que predominam nos grupos familiares.

Para as variáveis ligadas à modernização da agricultura, foi contabilizado o número de tratores existente nas propriedades familiares, como também a utilização de agrotóxicos entre esses grupos, mediante dados do IBGE, como apresentado no quadro 11. Dos 7.409 estabelecimentos familiares, 1.384 possuíam trator no ano de 2006, ou seja, 18%.

Nesse sentido, pode-se dizer que no ano de 2006 um universo pequeno de agricultores familiares possuía trator. No grupo A, 34% dos agricultores tinham tratores. O grupo B foi o menos expressivo nessa variável, com 12% de estabelecimentos com trator, seguidos de 15% no grupo C e de 20% no grupo D.

Agricultura familiar por grupo de agricultores	Número total de estabelecimentos familiares	Número de estabelecimentos com tratores	% de tratores por grupo familiar
Familiar – tipo A	783	269	34
Familiar – tipo B	2.168	278	12
Familiar – tipo C	1.387	209	15
Familiar – tipo D	3.071	628	20
Total	7.409	1.384	18%

QUADRO 11 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS FAMILIARES QUE POSSUEM TRATORES

Fonte: IBGE, 2006

Organização: Vilczak; A. (2015).

O uso de agrotóxicos é feito por uma parcela expressiva de agricultores familiares, posto que 77% deles usam algum tipo desse produto. Em termos percentuais, os agricultores familiares do grupo A são os que mais usam, seguidos do grupo B, com 82%, grupo C, com 75% e, por fim, o grupo D, com 69% dos agricultores que fazem uso desse insumo agrícola. Assim, vale notar que o uso de agrotóxicos não está associado apenas à produção de fumo, pois os grupos familiares que produzem predominantemente feijão e milho também utilizam produtos químicos intensamente. Nesse sentido, concorda-se com DINIZ FILHO (2011) quando menciona que:

[...] a incorporação de elementos econômicos e tecnológicos da agricultura patronal é uma estratégia amplamente utilizada por agricultores familiares do mundo todo para se manterem competitivos no bojo da modernização agrícola, embora frequentemente tal incorporação fique incompleta devido à falta de capital para investimentos e das características de muitas propriedades familiares, tais como pequena dimensão ou relevo inclinado.

Agricultura familiar por grupo de agricultores	Número total de estabelecimentos familiares	Número de estabelecimentos que usam agrotóxicos	% de estab. que usam agrotóxicos
Familiar – tipo A	783	734	93
Familiar – tipo B	2.168	1.794	82
Familiar – tipo C	1.387	1.048	75
Familiar – tipo D	3.071	2.108	69
Total	7.409	5.684	77

QUADRO 12 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS FAMILIARES QUE USAM AGROTÓXICOS

Fonte: IBGE, 2006

Organização: Vilczak; A. (2015)

Os dados mostram que a agricultura familiar no município de Prudentópolis também se beneficia dos aparatos tecnológicos da modernização da agricultura, concordando com Diniz Filho (2011) quando afirma ser notório que a monocultura, a mecanização e o uso de pesticidas e fertilizantes químicos são amplamente disseminados entre os produtores familiares. Nesse sentido, pode-se dizer que a agricultura familiar, da mesma forma que o agronegócio, está preocupada primeiramente com os lucros do que em usar práticas agrícolas sustentáveis e que busquem somente reproduzir o seu modo de vida.

Portanto, pode-se afirmar que a produção de fumo é considerada uma atividade que permite renda razoável para o produtor, uma vez que no município de Prudentópolis esses agricultores familiares estão concentrados no tipo familiar mais capitalizado, condizendo, assim, com os dados mais gerais sobre a agricultura familiar brasileira apresentados no capítulo anterior, segundo os quais a cultura do fumo gera menor nível de pobreza que culturas alimentares voltadas para o consumo popular e frequentemente associadas à produção de subsistência.

Finalmente, vale notar que a pesquisa de campo realizada no âmbito desta pesquisa corroborou os resultados obtidos pela análise de dados estatísticos de fontes oficiais, conforme se verá a seguir.

CAPÍTULO IV – ESTUDO DE CASO: CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS/PR CONTRATADOS PELA EMPRESA SOUZA CRUZ COMO FORNECEDORES DE FUMO

Este capítulo tem por objetivo expor os dados dos trabalhos de campo realizados com uma amostragem de sessenta fumicultores contratados pela empresa Souza Cruz como fornecedores de fumo no município de Prudentópolis. A contratação é feita através do sistema de produção integrada, no qual a empresa garante a compra de toda a produção, fornece assistência técnica aos contratados, define os padrões de fumo a serem produzidos de acordo com as demandas de mercado, bem como estipula os preços do quilo de fumo junto ao sindicato dos fumicultores do Brasil (SINDITABACO).

Na safra de 2014/2015, duzentos e noventa e cinco produtores familiares de Prudentópolis foram contratados pela Souza Cruz como fornecedores de fumo. Para dar suporte a esses fumicultores, trabalham três instrutores técnicos, cada qual atuando na sua área de abrangência, acompanhando os mesmos associados desde o início até o final da safra.

A finalidade do instrutor técnico é de prestar assistência aos fumicultores em todos os processos da produção do fumo, como: a definição da quantidade de pés de fumo que será plantada, a compra de insumos para produção, a realização do seguro da safra juntamente com a Afubra, assistência técnica nos tratamentos culturais da planta, estabelecimento de estimativas de quilos de fumo que o produtor comercializará com a empresa, acompanhamento na colheita, secagem, classificação e a venda do produto.

O instrutor técnico entrevistado expõe que, além da empresa Souza Cruz, outras cinco empresas⁶ do mesmo ramo atuam no município com intuito de contratar fumicultores através do sistema integrado. Menciona também que não existem grandes conflitos concorrenciais entre essas empresas, como já existiu na década de 1990, quando uma empresa fazia o máximo para atrair maior quantidade de associados. Nos últimos anos, cada empresa tem os seus produtores certos, não

⁶Universal Leaf Tabacos Ltda, CTA – Continental Tobaccos, Alliance One Exportadora de Fumo Ltda, Premium Tabacos do Brasil S/A, e a A Japan Tobacco Inc (JTI).

existindo alto nível de migração desses entre as empresas, uma vez que todas trabalham no mesmo sistema e os preços do quilo de fumo são tabelados.

A logística de transporte do fumo da residência do produtor até a usina de beneficiamento da Souza Cruz é terceirizada, sendo que, no município são três transportadoras credenciadas pela empresa. A própria Souza Cruz não possui depósitos de armazenamento de fumo em Prudentópolis. Desse modo, as três transportadoras credenciadas são responsáveis por fazer o recolhimento da produção direto do depósito do produtor. A transportadora coleta o fumo nas propriedades dos fumicultores com um caminhão de menor porte e no barracão da própria transportadora é feito o transbordo para as carretas que seguem até a usina de beneficiamento.

Como na assistência técnica, cada transportadora também tem uma região de abrangência para recolher o fumo. A produção que sai dos depósitos dos produtores já está 100% assegurada, caso aconteça imprevistos com a viagem. Após a descarga do fumo na usina de beneficiamento, a transportadora utiliza o mesmo frete para trazer os insumos agrícolas para a próxima safra.

Apesar de possuir uma usina de processamento de fumo no município de Rio Negro, no Paraná, a produção do município de Prudentópolis é enviada para a usina de Blumenau/SC, pois a usina de Rio Negro tem capacidade de atender somente à produção da região Oeste e Sudoeste paranaense e, também do ponto de vista logístico, é mais viável enviar a produção de Prudentópolis para Blumenau.

A partir de dados da Afubra, da Souza Cruz e dos dados de campo, foi construído um fluxograma para exemplificar as etapas em que o fumo produzido no município de Prudentópolis passa até chegar ao consumidor.

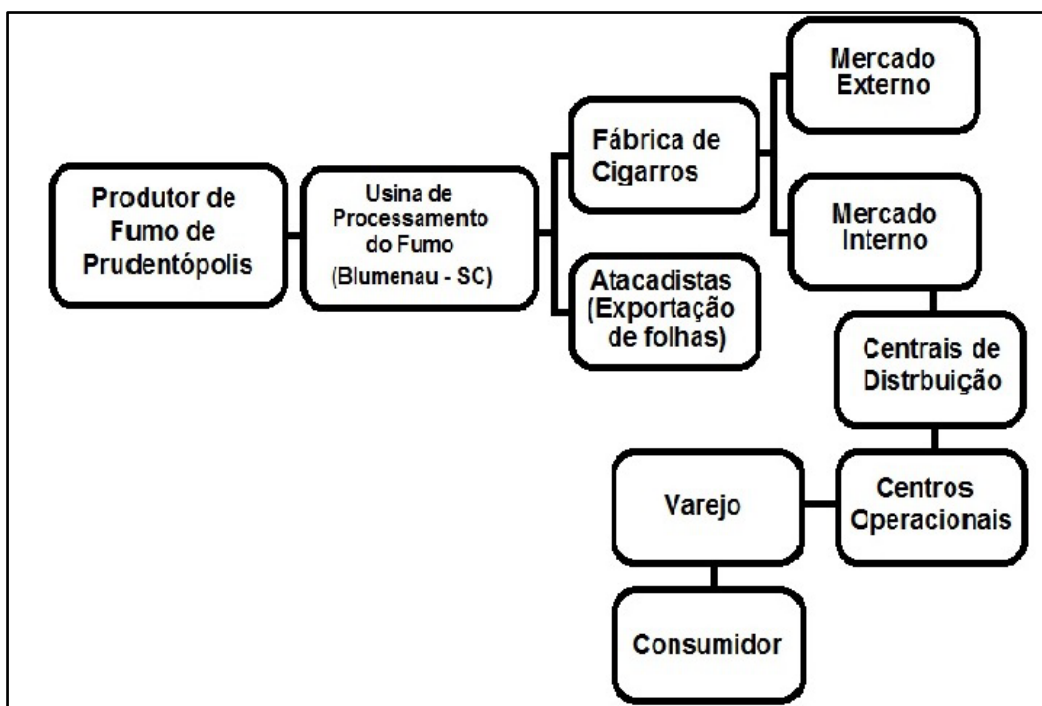


FIGURA 7—A DINÂMICA DA CADEIA PRODUTIVA DO FUMO A PARTIR DOS PRODUTORES DA SOUZA CRUZ DO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS/PR.

Fonte: Souza Cruz e AFUBRA, 2014.

Org. VILCZAK, A. 2015.

4.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS FUMICULTORES

As informações que serão apresentadas a seguir dizem respeito a sessenta famílias entrevistadas e que são contratadas pela empresa fumageira Souza Cruz, no município de Prudentópolis/PR.

As famílias entrevistadas residem em seis diferentes localidades do município de Prudentópolis, sendo elas: Comunidade da Linha Dezembro, Comunidade da Linha Visconde de Guarapuava, Comunidade da Linha Marcondes, Comunidade da Linha Barra Vermelha, Comunidade da Linha Antônio Olinto e Comunidade da Linha Tira Cisma (figura 8). Para localizar esses fumicultores, os instrutores técnicos da Souza Cruz forneceram uma listagem de todos os produtores e de sua respectiva localidade de residência. Cabe destacar que as entrevistas não foram direcionadas e nem realizadas com a presença desses instrutores.

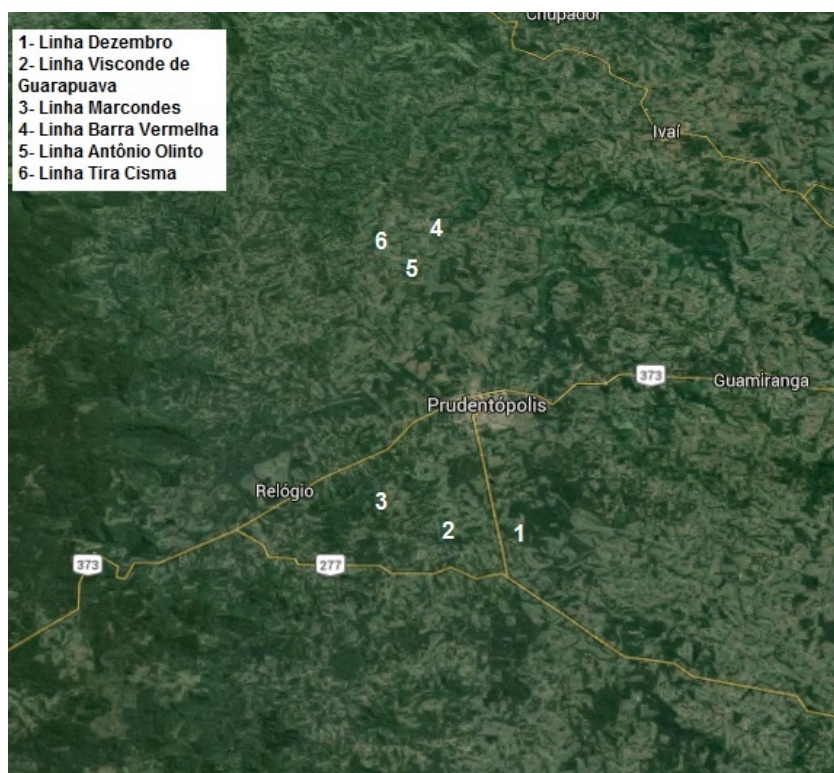


FIGURA 8 - LOCALIZAÇÃO APROXIMADA DAS LOCALIDADES EM QUE RESIDEM OS FUMICULTORES ENTREVISTADOS

A seleção das localidades foi feita levando-se em conta a maior concentração de produtores de fumo e a maior acessibilidade em relação à aceitação dos mesmos em responderem os questionários.

Para a realização das entrevistas, fez-se necessário o auxílio de um agente comunitário que tinha maior contato com os fumicultores para que os mesmos pudessem responder o questionário com maior segurança. Recorreu-se a esse método pelo fato de alguns fumicultores convidados a participar da entrevista não ficarem tranquilos, suspeitando que se tratasse de uma pesquisa que não favorecia aos ideais deles, uma vez que possuem “medo” de certas campanhas governamentais que incentivam o fim do plantio do fumo.

As primeiras entrevistas foram realizadas na Linha Dezembro, Linha Visconde de Guarapuava e Linha Marcondes, sendo que as mesmas foram conduzidas juntamente com a agente comunitária Gabriela Strechar (residente na Linha Visconde de Guarapuava) e contabilizou um total de 19 fumicultores. Na Linha Barra Vermelha, Linha Antônio Olinto e Linha Tiram Cisma foram realizadas 41 entrevistas

com a ajuda da agente comunitária Adriana Kutzmy, moradora da Linha Barra Vermelha e que também tem grande conhecimentos sobre essas localidades e moradores.

As entrevistas foram realizadas nos meses de novembro e dezembro de 2015, período da colheita do fumo. A escolha desse período para a coleta de dados possibilitou conhecer a realidade de cada família com relação às formas de produção, colheita, transporte e secagem das folhas de fumo.

Caracterização das famílias:

a) Escolaridade feminina e masculina por faixa etária.

Para a coleta de dados dessa variável, foram levados em consideração somente as mulheres e homens que vivem nas unidades de produção familiar, isto é, pessoas que migraram para as cidades e aquelas que se casaram e permanecem no meio rural não serão contemplados nos quadros 13 e 14.

Dentre as sessenta famílias entrevistadas, contabilizou-se um total de duzentos e vinte e cinco membros que residem nas unidades de produção familiar, sendo cento e nove mulheres e cento e dezesseis homens.

Faixa etária	S/ idade escolar	S/ escolar idade	Até o 5º ano	Do 6º ao 9º ano	Ensino médio Incompleto	Ensino médio completo	Ensino Superior	Cursos técnicos	Total de mulheres
0 - 05 anos	10	-	01	-	-	-	-	-	11
05 - 10 anos	-	-	04	-	-	-	-	-	04
11 – 20 anos	-	-	05	09	01	05	01	-	21
21 – 30 anos	-	-		08	-	12	-	01	21
31 – 40 anos	-	-	06	06	-	01	-	-	13
41 – 50 anos	-	-	14	06	-	-	-	-	20
51 – 60 anos	-	-	12	-	-	01	-	-	13
Acima de 61	-	01	04	-	-	01	-	-	06
Total	10	01	46	29	01	20	01	01	109
Percentual (%)	09	01	43	27	01	17	01	01	100%

QUADRO 13 - ESCOLARIDADE FEMININA DE ACORDO COM A FAIXA ETÁRIA DOS MEMBROS DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS E QUE RESIDEM NA UNIDADE DE PRODUÇÃO.

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Com relação às mulheres entrevistadas, pode-se notar um baixo grau de escolarização dentre aquelas que possuem mais de 40 anos, as quais no máximo têm ensino fundamental completo, exceto uma senhora que está na faixa etária de 51 a 60 anos e que possui ensino médio completo e que era professora das séries iniciais. Nota-se também a existência de duas famílias com filhas cursando universidade e curso técnicos no período da noite, sendo que as mesmas trabalham durante o dia na propriedade, inclusive na produção de fumo.

Todas as filhas dos fumicultores em idade escolar estão matriculadas nas suas respectivas séries de ensino. Na faixa etária de 21 a 30 anos, a maioria tem o ensino médio completo e não demonstra pretensões de fazer curso superior nos próximos anos.

Apesar da baixa escolaridade, somente uma pessoa entrevistada e que tem mais que 61 anos de idade nunca frequentou uma escola.

De acordo com as entrevistas, percebe-se que grande parte das mulheres quando terminam o ensino médio migra para alguma cidade com pretensões de estudar ou trabalhar.

Faixa etária	S/ idade escolar	S/ escolar idade	Até o 5º ano	Do 6º ao 9º ano	Ensino médio Incompleto	Ensino médio completo	Ensino Superior	Cursos técnicos	Total de homens
0 - 05 anos	09	-	-	-	-	-	-	-	09
05 - 10 anos	-	-	08	-	-	-	-	-	08
11 – 20 anos	-	-	05	07	07	03	-	-	22
21 – 30 anos	-	-	-	02	03	13	01	-	19
31 – 40 anos	-	01	08	06	-	05	01	03	24
41 – 50 anos	-	-	11	-	-	-	-	-	11
51 – 60 anos	-	-	18	-	-	-	-	-	18
Acima de 61	-	-	05	-	-	-	-	-	05
Total	09	01	55	15	10	21	02	03	116
Percentual (%)	07	01	47	13	09	18	02	03	100%

QUADRO 14 - ESCOLARIDADE MASCULINA DE ACORDO COM A FAIXA ETÁRIA DOS MEMBROS DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS E QUE RESIDEM NA UNIDADE DE PRODUÇÃO.

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

No universo masculino, da mesma forma que no feminino, percebe-se que as menores escolaridades estão entre aqueles que possuem mais de 40 anos de idade.

Um entrevistado que possui entre 31 e 40 anos cursou três anos no ensino superior, porém alega que não tem pretensões em curto prazo em concluir, ou trabalhar fora da propriedade, devido a melhor qualidade de vida que pode ter em relação à cidade. Nessa mesma faixa etária (31 a 40 anos), três homens frequentaram cursos técnicos, sendo que dois concluíram técnico em agropecuária e um técnico florestal.

Um homem entre 21 e 30 anos concluiu há dois anos o curso superior em contabilidade, afirmou que já trabalhou na sua área de formação, mas que nesse ano decidiu trabalhar na produção de fumo, porém, tem pretensões de voltar a trabalhar na área de formação.

b) Estrutura familiar

Para a coleta de dados correspondente à variável apresentada no quadro 15, também foram levadas em consideração somente as pessoas que vivem na unidade familiar. Dessa forma, a quantidade de membros que compõe as famílias entrevistadas não é numerosa, apresentando a maior porcentagem de famílias compostas por três e quatro pessoas (30% e 42%). Aquelas com mais de cinco membros correspondem na sua maior parte por famílias onde os pais da esposa ou do marido estão vivendo juntos.

Número total dos membros das famílias.	Nº de famílias	Número total de membros	Percentual (%)
Um membro	0	0	0
Dois membros	6	12	10
Três membros	18	54	30
Quatro membros	25	100	42
Cinco membros	07	35	12
Seis membros	04	24	6

Total	60	225	100
--------------	-----------	------------	------------

QUADRO 15 - NÚMERO TOTAL DE MEMBROS POR FAMÍLIAS ENTREVISTADAS E QUE RESIDEM NAS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO DE FUMO

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Os dados sobre as famílias em que pelo menos um dos membros migrou para alguma cidade com intuito de trabalhar, estudar, ou trabalhar e estudar estão apresentados na tabela abaixo:

TABELA 13 - FAMÍLIAS QUE TEM PELO MENOS UM MEMBRO QUE MIGROU PARA CIDADE

Motivos da migração	Nº de famílias	Percentual (%)
Somente estudar (cursos técnicos, Universidade)	9	15
Estudar (cursos técnicos, Universidade) e Trabalho.	14	23
Somente trabalhar	6	10
Nenhum membro migrou para a cidade	31	52
Total	60	100

Fonte: Pesquisa de campo (NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2015).

Nota-se que 48% das famílias entrevistadas tiveram pelo menos um membro que migrou para a cidade com objetivo de estudar ou trabalhar. Os que relataram que a migração foi com intuito de estudar afirmam que os estudos estão relacionados a cursos técnicos e universitários como já expostos acima.

Vale lembrar a existência de famílias em que os filhos ainda não estão em idades suficientes para fazer um curso técnico ou universidade, ou seja, nos próximos anos, provavelmente, haverá um percentual maior de jovens saindo do campo com intuito de estudar ou trabalhar em outras atividades com maiores oportunidades que a produção de fumo.

Esse processo migratório da população rural para o urbano, no caso dos fumicultores entrevistados, pode estar relacionado com aquilo exposto por (2014), segundo o qual atualmente, nas regiões rurais brasileiras, a migração já não é mais um processo em que as condições “por mais pobreza que existam” estão expulsando as pessoas do campo, mas sim um movimento que ocorre quando existem fatores de atração no meio urbano. Porém, não devemos desprezar que, nesse processo, também estão embutidos outros fatores, como os culturais e até

peçoais, ou seja, o que se passa pela cabeça das pessoas, não somente dessas que vivem no rural e estão indo para a cidade, mas também daquelas que já vivem em cidades de menor porte e migram para grandes centros urbanos. Contudo, essas questões de ordem cultural e pessoal escapam aos objetivos desta pesquisa.

Condição do fumicultor

TABELA 14 - PERÍODO DE TEMPO QUE O MEMBRO RESPONSÁVEL PELO ESTABELECIMENTO TRABALHA NA ATIVIDADE FUMAGEIRA

Anos	Nº de famílias	Percentual (%)
0 – 5 anos	0	0
6 – 10 anos	4	6
10 – 15 anos	12	20
15 – 20 anos	16	27
21 – 25 anos	12	20
26 – 30 anos	10	17
Mais de 30 anos	6	10
Total	60	100

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

O período de tempo com maior expressividade em que esses agricultores familiares estão envolvidos na atividade fumageira variam em torno de 10 a 30 anos. Nenhuma família entrevistada começou a produzir fumo nos últimos cinco anos. Esse fato vai ao encontro de dados mais gerais da Afubra (2015), demonstrando que, entre o ano de 2010 e 2014, o número de famílias produtoras de fumo caiu de 185.160 para 162.410.

Esse fato está relacionado, principalmente, à migração de jovens para as cidades e pelo fato dos casais mais novos, que possuem filhos com idades insuficientes para trabalhar na atividade fumageira, buscarem se promover economicamente através de outras atividades.

A queda do número de famílias na fumicultura nos últimos anos também está relacionada com a maior escolaridade das pessoas que vivem no rural, pois esses estão se dedicando a atividades selecionadas por eles como mais oportunas e/ou mais competitivas. Aqui, não podemos desconsiderar também a opção das famílias

não entrarem na atividade fumageira pelas questões da saúde (contato com agrotóxicos e doença da folha verde).

TABELA 15 - MOTIVOS PELA OPÇÃO DA PRODUÇÃO DE FUMO

	Nº de famílias	Percentual (%)
Pela renda e venda garantida	12	20
Pouca disponibilidade de terras	06	10
Pela renda, venda garantida e pouca terra	35	58
Falta de outras opções de atividade agropecuária	07	12
Total	60	100

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Das famílias entrevistadas, 58% declararam que optam pela produção de fumo por três motivos principais: a renda, a garantia de venda e a pouca área de terra que possuem. Já para 20% das famílias entrevistadas, os principais motivos estão na geração de renda e venda garantida.

As famílias que não declararam a pouca quantidade de terra como empecilho para a realização de outra atividade que substitua por completo a produção de fumo mencionam que plantam o fumo devido à renda, e que, como estão inseridos na cadeia produtiva de grãos, que é mecanizada, sobra mão de obra para trabalhar com o fumo. Esses exemplos demonstram que os agricultores familiares produzem para maximizar os lucros e crescer economicamente da mesma forma que os grandes proprietários, como exposto no paradigma da agricultura familiar.

A falta de outras atividades agropecuárias também foi mencionada por 12% das famílias entrevistadas, pois apesar de existir outros tipos de cultivo no município como, por exemplo, a produção de verduras, de morangos, de pepinos e de ervas medicinais, essas famílias declararam que esses cultivos não geram uma renda por hectare como o fumo. Uma fumicultora entrevistada na Linha Marcondes comenta:

Eu “plantava as coisas” para a merenda escolar aqui da escola. [...] nós tinha que comprar as sementes e tudo o que precisava pra produzir essas verduras [...] quando levava na escola ficavam colocando defeito na minha produção [...] queriam que eu levasse todo dia dez pés de alface na escola [...] que lucro eu ia ter ir todo dia na escola levar só dez pés de alface? E

ainda recebia só depois de 40 dias que entreguei a produção, e ainda às vezes atrasava. [...] O fumo é muito cansativo, só que a gente não precisa ficar se humilhando pra comprar a produção da gente, a firma leva tudo, seja o melhor fumo, seja o pior.

A fumicultora retrata que apesar do trabalho na produção de fumo ser mais cansativa que outras atividades, o fato de se ter a venda garantida de toda a produção compensa as desvantagens.

TABELA 16 - QUANTIDADE DE PÉS DE FUMO PLANTADOS PELOS PRODUTORES ENTREVISTADOS

Quantidades de pés de fumo	Número de Famílias	Percentual (%)
25.000 - 30.000 pés	14	23
31.000 – 50.000 pés	26	44
51.000 – 70.000 pés	05	08
71.000 – 90.000 pés	07	12
91.000 – 120.000 pés	05	08
121.000 -140.000 pés	03	05
Total	60	100

Fonte: Pesquisa de campo (NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2015).

Dentre as famílias entrevistadas, a quantidade mínima de produção é de 25.000 pés e a máxima de 140.000 pés, porém a maior concentração está ente 31.000 e 50.000 pés. A quantidade de pés que são plantados está relacionada à mão de obra disponível, uma vez que esses fumicultores, antes de planejar a próxima safra, levam em consideração primeiramente a relação entre a quantidade de mão de obra disponível com a quantidade de pés de fumo. De acordo com o instrutor técnico da Souza Cruz, uma pessoa consegue produzir em média 20.000 pés de fumo por safra (usando mão de obra de terceiros somente para os dias de colheita).

Condição das terras usadas pelos fumicultores entrevistados

TABELA 17 - CONDIÇÃO DE ACESSO À TERRA DOS FUMICULTORES ENTREVISTADOS

Condição da terra	Nº de famílias	Percentual (%)
Somente terra própria	33	55
Terra própria e arrendada	22	37
Somente terras arrendadas	05	08
Total	60	100

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Para coletar esses dados, foi levado em consideração o total das terras usadas pelos fumicultores independentemente da cultura plantada além do fumo. Desse modo, nota-se que a grande maioria possui terras próprias (92%), sendo que 55% cultivam somente em terras próprias e 37%, além das terras próprias, arrenda com intuito de aumentar a produção, tanto de fumo como de grão e outros. Existem 8% que não possuíam terras próprias e que necessitam arrendar para produzir o fumo.

TABELA 18 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO SOMENTE AS TERRAS PRÓPRIAS DOS FUMICULTORES

Somente terra própria	Nº de famílias	Porcentagem (%)
Até 5 hectares	11	20
6 a 10 hectares	14	25
11 a 15 hectares	8	15
16 a 20 hectares	6	11
21 a 25 hectares	6	11
26 a 30 hectares	2	04
31 a 40 hectares	4	07
Mais de 40 hectares	4	07
Total	55	100

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Dos sessenta fumicultores entrevistados, cinco não possuem terras próprias. E dos cinquenta e cinco que possuem, a maior porcentagem de famílias tem até 15 hectares. Nesse sentido, esses números são compatíveis com os dados mais gerais da região Sul do Brasil, onde a maior concentração de famílias possui até 20

hectares de terra (AFUBRA, 2015). A aquisição das terras foi principalmente por herança e em parcelas menores através de compra.

Formas de exploração agropecuária das unidades familiares dos fumicultores entrevistados

Este item refere-se aos tipos de exploração agropecuária que, além do fumo, trazem renda para a unidade de produção familiar. Com base nos dados de campo, verificam-se nas propriedades, além da produção do fumo, as produções de feijão, milho, soja, erva-mate e a produção de leite.

TABELA 19 - PRINCIPAIS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS COMERCIALIZADAS PELOS FUMICULTORES

Tipo de produção agropecuária	Números de famílias	Percentual (%)
Somente fumo.	20	33
Fumo e soja	06	10
Fumo, soja, feijão e milho	20	33
Fumo, Soja, milho e leite.	03	5
Fumo, feijão, milho e erva-Mate	11	19
Total	60	100

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

De acordo com os dados expostos, 33% dos entrevistados afirmam que a produção da propriedade com pretensão de venda é somente o fumo, outros 33%, além do fumo, produzem soja e feijão, seguidos de 19% que se dedicam à produção de fumo, feijão, milho e erva-mate, e menos de 5% declarar produzir para a venda o fumo, a soja, o milho e o leite.

Nesse sentido, 67% dos entrevistados diversificam a produção com intuito de obter mais fontes de renda. Porém, alegam que a maior renda por área plantada vem da produção de fumo.

A produção de eucaliptos (figura 9) também é bastante comum nas propriedades, pois é fonte de energia para a secagem das folhas do fumo. Nas estufas tradicionais o uso de lenha é muito maior que nas estufas elétricas.



FIGURA 9 - PROPRIEDADE DIVERSIFICADA COM A PRODUÇÃO DE SOJA E FUMO

Fonte: Vilczak, A. Pesquisa de campo (2016).

A figura 9 exemplifica uma propriedade de fumicultor que produz a soja para venda e eucalipto para a secagem do fumo. A imagem da esquerda representa a lavoura de um fumicultor na linha dezembro com produção de soja e, ao fundo, notam-se plantações de eucaliptos para usar na secagem das folhas de fumo. Na imagem da direita também pode ser vista a lavoura de fumo e, ao fundo, plantações de eucaliptos.

A erva-mate também serve como fonte de renda dos fumicultores, sendo que em áreas de faxinal⁷, os pés de erva-mate formam mantidos e outros espaços usados para o cultivo de soja ou feijão, como demonstrado na figura 10. Em algumas propriedades, a erva-mate não é nativa e foi plantada nos últimos anos em escalas maiores, devido à rentabilidade.

⁷Por faxinal entende-se as terras tradicionalmente ocupadas para o uso comum de pastagens e florestas no Paraná, que designam situações em que a produção familiar, de acordo com suas possibilidades, combina apropriação privada e coletiva dos recursos naturais (HAURESKO. C, 2012).



FIGURA 10 - PROPRIEDADE DIVERSIFICADA COM A PRODUÇÃO DE FUMO, SOJA E ERVA-MATE

Fonte: Vilczak, A. Pesquisa de campo (2015).

Além da produção com pretensão de venda, nas propriedades visitadas também nota-se a presença da produção para autoconsumo da família. Essas alegam que produzem certos produtos para diminuir os gastos com mercado e por produzirem de acordo com suas preferências alimentares. Apenas 6% dos entrevistados não produzem nada para autoconsumo, alegando que comprar sai mais barato que produzir.

TABELA 20 - PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E CRIAÇÃO DE ANIMAIS PARA O AUTOCONSUMO DA PROPRIEDADE

Produção para autoconsumo	Número de famílias	Percentual (%)
Horta	08	13
Horta, criação de galinhas e porcos	16	27
Horta, criação de galinhas e porcos, feijão e milho	07	12
Horta, criação de galinhas e porcos e criação gado (corte e leite), feijão e milho	25	42
Nenhuma produção para autoconsumo	04	6
Total	60	100

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Sobre a produção de feijão para autoconsumo, alguns produtores mencionam que produzem separadamente o feijão para a venda do feijão para

consumo da família, afirmando que no feijão para venda são aplicados desseccantes para acelerar o período de colheita, e no feijão que é para o consumo não utilizam essa prática. Esse fato não é raro no município, acontecendo tanto nas pequenas propriedades como nas grandes. Isso demonstra que os agricultores familiares estão interessados no lucro de sua produção e não têm muita preocupação com as práticas que os ambientalistas e produtores orgânicos qualificam como sustentáveis.

Dessa forma, é desnecessária a visão dualista entre pequenos e grandes produtores agrícolas, concordando então com Diniz Filho (2011) quando escreve o texto intitulado *Agricultura familiar e meio ambiente: o perigo da simplificação ideológica*, mencionando que organizações como CNBB e MST buscam toda sorte de argumentos para contrapor o agronegócio à agricultura camponesa afirmando que o agronegócio destrói a natureza por estar preocupado com lucros, ao passo que os agricultores familiares tenderiam a usar práticas agrícolas sustentáveis, porque buscam somente reproduzir seu modo de vida.

A produção de animais como vacas de leite, boi para engorda, criação de porcos e galinhas também é comum entre os produtores de fumo, como mostra a figura 11.



FIGURA 11 - CRIAÇÃO DE GALINHAS E PLANTAÇÃO DE REPOLHO PARA AUTOCONSUMO DA FAMÍLIA

Fonte: VILCZAK, A. Pesquisa de campo (2015).

Portanto, conforme afirma Ternoski (2013), a renda agrícola dos estabelecimentos familiares é composta da venda de produtos agropecuários e de autoconsumo. O autoconsumo é a quantidade que a família consome em produtos que produz no estabelecimento podendo ser de origem animal ou vegetal, como também da transformação caseira, ou seja, esses produtos complementam a renda dos agricultores pelo fato de não precisarem ser comparados, pois, se destinados ao mercado, podem gerar receita.

Acesso a tecnologias e ao crédito agrícola

TABELA 21—PRESENÇA DE ESTUFA ELÉTRICA PARA SECAGEM DO FUMO NOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES

	Nº de famílias	Percentual (%)
Possui uma estufa elétrica	54	90
Não possui estufa elétrica	6	10
Total	60	100

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

A Grande maioria dos fumicultores (90%) possui em sua propriedade a estufa elétrica. Essas famílias afirmam que, quando mudaram da estufa tradicional para a elétrica, os trabalhos com mão de obra diminuíram bastante, pois para secar o fumo na estufa elétrica não é necessário amarrar as folhas de fumo como, demonstra a figura 12. Já nas estufas tradicionais, em que a secagem não é elétrica, a quantidade de mão de obra exigida é bem maior como demonstrado na figura 13.

As famílias que não possuem estufa elétrica mencionam que não pretendem produzir por muito tempo o fumo, desse modo não seria viável adaptar ao sistema elétrico. Nas propriedades onde a produção é maior de 70.000 pés existem duas estufas (figura 14).



FIGURA 12 - FOLHAS DE FUMO NAS ESTUFAS COM SISTEMA DE SECAGEM ELÉTRICO – LINHA DEZEMBRO

Fonte: Vilczak, A. Trabalho de campo (2016).



FIGURA 13 - SISTEMA DE COSTURA DO FUMO USADO NAS ESTUFAS TRADICIONAIS

Fonte: KUTZMY, A. Trabalho de campo (2015).

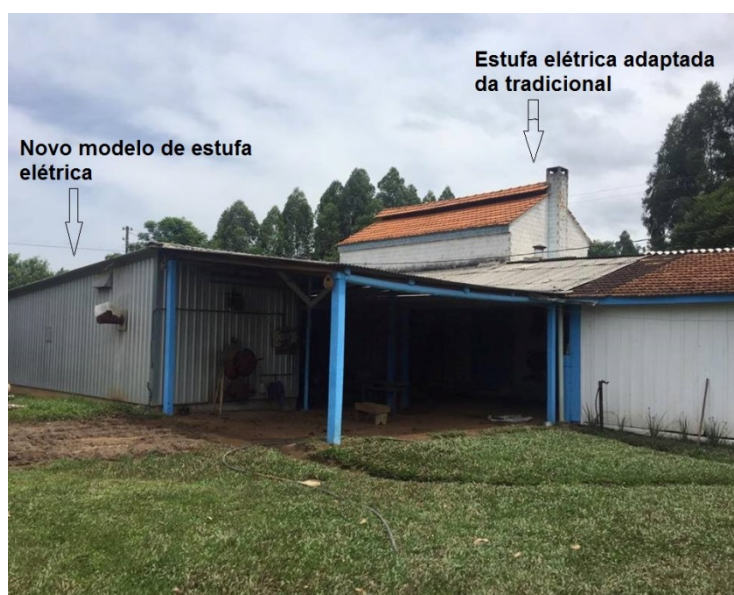


FIGURA14 - MODELOS DE ESTUFAS PARA SECAGEM DO FUMO
Fonte: VILCZAK, A. Trabalho de campo (2015).

TABELA 22– BENS DE CAPITAL ADQUIRIDOS COM A RENDA DO FUMO

Bens adquiridos	Nº de famílias	Percentual (%)
Casa, carro, moto, trator, implementos agrícolas e terras no espaço rural.	20	33
Casa, carro, moto, trator, implementos agrícolas e terreno na cidade	6	10
Casa, carro e terra	4	7
Carro, casa, trator e implementos agrícolas.	26	43
Somente carro e casa	4	7
Total	60	100

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

A partir dos dados acima, pode-se notar que todos os entrevistados conseguiram adquirir bens de capital, considerados de grande importância, como terrenos, trator, implementos agrícolas, casa, lotes no perímetro urbano, entre outros bens de menor importância, como eletrodomésticos, além dos reparos feitos na

propriedade que não foram contabilizados pela pesquisa, apesar de mencionados pelos entrevistados. As figuras 15 e 16 são de algumas propriedades de produtores de fumo entrevistados, propriedades essas com casas de alvenaria, galpão e carro.

Desse modo, concorda-se com a tese de doutoramento de Manuel Antonio Nunguía Payas intitulada *Empresário familiar rural: a integração à agroindústria de fumo e diferenciação*, em que o autor faz um estudo sobre a produção de fumo no município de Rio Azul/PR, mencionando que os fumicultores integrados estudados por ele tiveram um aumento no patrimônio e que esses não estão inseridos na produção somente para satisfação das necessidades de sobrevivência familiar, mas sim agindo no mercado como empresários, investindo o seu capital nas atividades com expectativa de maiores lucros e menores riscos, ou seja, analisando o custo de oportunidade de cada cultura. Nesse sentido, para o autor, o produtor familiar integrado é um empresário que apresenta como principal característica a mão de obra e propriedade familiares.



FIGURA 15 - CASAS FEITAS COM A RENDA DO FUMO – LINHA MARCONDE E LINHA BARRA VERMELHA

Fonte: VILCZAK; A. Trabalho de campo (2015).



FIGURA 16 - BENS ADQUIRIDOS COM A RENDA DO FUMO – COMUNIDADE DE LINHA MARCONDES E LINHA BARRA VERMELHA

Fonte: VILCZAK, A. Trabalho de campo (2015).

A produção de fumo, apesar de ser considerada pelos próprios fumicultores como uma atividade que exige muita mão de obra, representou melhoria na qualidade de vida deles, pois grande parte das famílias entrevistadas conseguiu adquirir bens materiais como terras, lotes no perímetro urbano, casa, carro, trator, entre outros de menor valor, bens esses dificilmente adquiridos somente com atividades agrícolas tradicionais como milho, feijão e outros. A explicação para que esses agricultores familiares escolham primeiramente a produção de fumo e não a produção de alguma cultura tradicional desenvolvida com grande representatividade no município, desde a segunda metade do século XIX, está no custo de oportunidade dessa cultura. Os fumicultores avaliam primeiramente os ganhos econômicos que essa cultura proporciona em relação à quantidade de terras disponível em suas propriedades e/ou por meio de arrendamento.

Outro fato que exemplifica a melhoria da qualidade de vida dos fumicultores pode ser observado no próprio município. A região Norte de Prudentópolis é caracterizada pela produção de culturas tradicionais, sendo que na grande maioria das vezes, essas lavouras são realizadas manualmente devido à topografia muito acentuada ⁸. Essa região é considerada como menos desenvolvida que a região central e Sul devido à baixa produtividade por unidades familiares.

Isso não significa que se esteja afirmando aqui que a solução econômica para os produtores familiares da região Norte do município de Prudentópolis seria a

⁸Atividades agrícolas consideradas muitas vezes mais penosas que a própria produção de fumo, pois esses agricultores carregam sacas de feijão, e de espigas de milho nas próprias costas em terrenos muito íngremes, além do plantio e dos tratos culturais realizados manualmente ou com tração animal.

opção pelo cultivo do fumo. Apenas constata-se que a inserção dos pequenos produtores nos mercados e culturas mais seguras economicamente lhes proporciona uma melhora econômica, ao passo que também o uso de aparatos tecnológicos contribui para o aumento da produtividade e, conseqüentemente, ganhos monetários maiores.

Concorda-se com Schultz (1965) quando defende que a eficiência e a maximização do lucro são partes de um sistema econômico eficiente e racional. Esse autor considera que todos os agricultores capitalizados ou de subsistência analisam a relação entre a entrada de insumos e os resultados econômicos da mesma maneira que os empresários modernos, sendo o produtor um maximizador de lucros em busca da eficiência econômica.

Nesse sentido, a modernização da agricultura e a expansão dos mercados contribuíram para, de um lado, expropriar algumas unidades de produção familiar e, de outro, transformar agricultores familiares em empresários rurais com dependência tecnológica e financeira do mercado, neste caso prevalecendo à racionalização econômica e o objetivo principal da unidade de produção passando a ser a inserção no mercado e a ampliação dos lucros.

TABELA 23 - ACESSO AO PRONAF (CUSTEIO E/OU INVESTIMENTO)

	Número de Famílias	Percentual (%)
Utiliza Frequentemente essa linha de crédito.	36	60
Utilizou algumas vezes, mas não utiliza mais.	5	8
Nunca utilizou esse tipo de crédito	19	32
Total	60	100

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

A grande maioria dos produtores entrevistados (60%) utiliza a linha de crédito do PRONAF, tanto o custeio agrícola como também o PRONAF investimento. O PRONAF custeio está ligado à produção de grãos (soja, milho, feijão), e o PRONAF investimento está voltado para a compra de trator, implementos agrícolas

(plantadeiras, carretas, pulverizadores) e também para investimentos com a produção leiteira (ordenhadeiras e resfriadores).

Os fumicultores que aderiram ao PRONAF mencionam que o crédito agrícola possibilitou a compra de trator e a carreta para o transporte do fumo da lavoura para a estufa, preparo do solo, aplicação de agrotóxicos, etc. aquisição essa impossível com pagamento à vista. A figura 17 mostra tratores e carretas adquiridos por um fumicultor morador da Linha Dezembroe por um da Comunidade de Linha Antônio Olinto através do PRONAF, e, conforme relata o fumicultor da Comunidade de Linha Dezembro:

Para nós o PRONAF é bom, que financiamos o trator e outros maquinários [...] antes tinha que trazer o fumo com carroça e cavalos, às vezes os bichos ficavam doente na safra, às vezes morriam [...] agora com o trator e a carreta dá pra trazer mais fumo da roça [...] para nós deu uma grande diferença. (Fumicultor da comunidade de Linha Dezembro).



FIGURA 17 - TRATORES E CARRETAS ADQUIRIDOS POR MEIO DO PRONAF

Fonte: VILCZAK, A. Pesquisa de campo (2015).

O fumicultor da Linha Dezembro relata que adquiriu o trator no ano de 2011 dando como entrada R\$ 10.000, teve carência de pagamento por dois anos (2012 e 2013) e o restante do valor será quitado entre 2014 e 2019 com parcelas anuais entre R\$ 9.000 e R\$ 8.000. O mesmo comenta que, com o dinheiro do fumo, consegue pagar as parcelas nas datas certas para o banco.

Os agricultores que possuem trator fazem trabalhos terceirizados para aqueles que não possuem, obtendo assim uma renda extra durante o ano. O fumicultor da Linha Dezembro afirma também que a linha de crédito do PRONAF

trouxe melhora nas condições de trabalho e financeiras, pois aumentaram a produção e a produtividade.

Aqueles que mencionaram terem usado a linha de crédito do PRONAF, mas que atualmente não usam mais são aqueles que já compraram os implementos agrícolas de que necessitavam e que compram os insumos para o plantio com pagamento à vista ou a prazo na cooperativa agrícola mista de Prudentópolis (CAMP).

Os que nunca usaram as linhas de crédito do PRONAF são fumicultores que também compram com pagamento à vista ou a prazo por meio da CAMP para pagar com a produção. Já os que possuem trator compram à vista ou de vizinhos e parentes, pagando em prestações anuais sem relação com bancos. Esses alegam ter receio de não conseguir quitar o financiamento e, por isso não aderem ao PRONAF.

Outra forma de transportar o fumo da lavoura para a estufa é através de caminhonetes e também através de carroças como mostra as fotos da figura 18.



FIGURA 18 - MODOS DE TRANSPORTAR O FUMO DA LAVOURA PARA A ESTUFA

Fonte: VILCZAK, A. Pesquisa de campo (2015).

TABELA 24 - CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA NA PRODUÇÃO DE FUMO

Mão de obra empregada na atividade fumageira	Número de Famílias	Percentual (%)
Somente mão de obra familiar	4	7
Contratação de mão de obra em todo o período da safra.	0	0
Contratação de mão de obra somente para a colheita	18	30
Troca de “dias” (parceria) entre as famílias fumicultoras em todo o período da safra	8	13
Troca de “dias” (parceria) entre as famílias fumicultoras somente para a colheita	30	50
Total	60	100

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Nota-se que 63% das famílias usam o sistema de trocas de dias para a produção de fumo, porém 50% desses fazem parcerias somente nos dias de colheita, os quais variam entre um dia e meio a dois dias. Essa parceria é feita para não contratar mão de obra, porém esses fumicultores têm um controle da quantidade dos dias trocados entre eles e, no final da safra, aquele que estiver devendo horas trabalhadas acerta em dinheiro conforme o valor da diária paga para colheita, a qual está em torno de 100 a 120 reais.

O tempo de secagem das folhas de fumo na estufa varia entre cinco e seis dias. Após secas, essas folhas precisam ficar mais um dia dentro da estufa para esfriar, ou seja, o período entre o dia da colheita e o dia de tirar as folhas de fumo da estufa varia de oito a dez dias e a quantidade média de colheitas por safra é entre seis e oito.

Nesse sentido, os meses de novembro, dezembro, janeiro e parte de fevereiro são de trabalho intenso, motivo pelo qual muitos dos entrevistados afirmam que a desvantagem de produzir o fumo está relacionada ao trabalho intenso nesses meses.

As famílias com mais de quatro membros com idade suficiente (18 anos) para estarem envolvidos na produção de fumo, alegam que conseguem vencer tranquilamente os trabalhos somente com a mão de obra familiar e que raramente

contratam mão de obra para a colheita (figura 19). Nessa perspectiva, trabalham intensamente nos dois dias de colheita e no restante dos dias (quando o fumo está secando) se dedicam a outras atividades da propriedade.



FIGURA 19 - FAMÍLIAS TRABALHANDO NAS LAVOURAS DE FUMO

Fonte: VILCZAK, A. Pesquisa de campo (2015).

Tipos de famílias	Número de Famílias	Percentual (%)
Família com apenas um membro aposentado	10	17
Família com dois membros aposentados	8	13
Família com membro que recebe bolsa família	5	8
Família sem nenhum membro que recebe repasse social	37	62
Total	60	100

QUADRO 16 - PRESENÇA DE REPASSES SOCIAIS (BOLSA FAMÍLIA E APOSENTADORIA) NAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Os dados mostram que 62% das famílias entrevistadas não se beneficiam de repasses sociais, já 17% das famílias são compostas por um membro que recebe aposentadoria e 13% delas com dois membros aposentados. Esses aposentados não são os responsáveis pela produção de fumo da família, porém muitos alegam que ajudam em tarefas consideradas por eles leves, como a classificação das folhas do fumo, já que é realizada em ambientes protegidos das intempéries e sentados. Uma parcela de 8% se beneficia do bolsa família, porém alegam que esse valor, mesmo ajudando nas necessidades dos filhos, não é a maior parte da renda familiar.

	Número de Famílias	Percentual (%)
Intoxicação por agrotóxicos	0	0
Sempre tem problemas com a intoxicação por nicotina (doença da folha verde) (ânsia, vômitos e mal estar)	25	42
Já teve problemas com a intoxicação por nicotina (doença da folha verde) (ânsia, vômitos e mal-estar)	16	27
Nunca teve problemas de saúde relacionados à produção de fumo	19	31
Total	60	100

QUADRO 17 - SAÚDE E PRODUÇÃO DE FUMO DOS MEMBROS DA FAMÍLIA ENTREVISTADAS

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Ao perguntar sobre intoxicação dos fumicultores por agrotóxicos, nenhuma família alegou ter acontecido esse fato com os membros da família. Afirmam que a quantidade de agrotóxico que passam no fumo é menor que na soja, milho e feijão, e que quando vão manusear agrotóxicos fazem o uso dos equipamentos de proteção individual, já que, diferente de outras culturas mecanizáveis, a pulverização do agrotóxico no fumo é totalmente manual.

Uma parcela expressiva de 69% alega que pelo menos um dos membros da família tem ou já teve intoxicação por nicotina ao realizar a colheita de fumo, esses que se apresentam de formas distintas de um indivíduo para outro, como ânsia, vômitos, mal-estar e insônia.

Uma porcentagem menor, composta por 31% das famílias entrevistadas, dizem que nunca nenhum dos membros teve sintomas diferenciados após o contato com a folha de fumo.

TABELA 25 - DESVANTAGENS DE PRODUZIR FUMO

Desvantagens da produção de fumo	Número de Famílias	Percentual (%)
Exige muito trabalho	18	30
Exige muito trabalho e causa problemas de saúde	27	45
Falta de mão de obra para contratar	8	13
Não vê desvantagens em produzir fumo	7	12
Total	60	100

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Dos entrevistados, 30% afirmam que a principal desvantagem é a intensificação do trabalho, principalmente nos dias de colheita e aplicação de agrotóxicos, os quais são feitos manualmente. Já 45% deles afirmam que a produção de fumo, além de exigir muito trabalho, também traz problemas de saúde, normalmente aqueles que são mais sensíveis quando em contato com a nicotina presente nas folhas do fumo (doença da folha verde).

Outra variável que 13% dos entrevistados consideram desvantagem é a questão da mão de obra, visto alegarem que, principalmente para aquelas famílias que são compostas de três a quatro membros e que normalmente produzem uma quantidade maior que a família consiga dar conta têm muita dificuldade de encontrar pessoas disponíveis para contratar, tendo assim que aumentar as jornadas de trabalho ou diminuir a produção.

Por fim, uma parcela de 12% afirma que não há qualquer desvantagem em produzir fumo, justificando que, independentemente da atividade a ser realizada, deve-se trabalhar. Dentre os entrevistados, quatro famílias afirmam que preferem produzir fumo porque não trabalham nos finais de semana e o trabalho não dura o ano todo, como ocorre na produção leiteira, que exige o empenho diário. Para esses, a produção de fumo permite uma flexibilização do trabalho bem maior que a produção de leite. Nesse sentido, pode-se concluir que cada família tem preferências distintas na escolha da atividade que vai ser desenvolvida na propriedade.

TABELA 26 - CONDIÇÃO DAS FAMÍLIAS EM RELAÇÃO À LEITURA DE CONTRATOS

	Número de Famílias	Percentual (%)
Sempre lê	6	10
Às vezes	18	30
Já leu, mas não lê mais	6	10
Nunca leu	30	50
Total	60	100

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Dentre as famílias entrevistadas, nota-se que a metade delas nunca leu o contrato emitido pela Souza Cruz, justificando não ter interesse na leitura ou por saber do conteúdo do contrato por meio de vizinhos ou do instrutor técnico.

Às vezes, quando a gente pede, o instrutor lê direito pra gente, pois não tenho muito estudo e demora de mais pra ler tudo (Fumicultor da comunidade de Linha Antônio Olinto).

Não leio porque já sei o que está escrito, todo ano é igual (Fumicultor da comunidade de Linha Visconde de Guarapuava).

Não leio, a gente confia na firma (Fumicultor da comunidade de Linha Marcondes).

Leio todo o contrato, mas depois que assino e que instrutor vai embora (Fumicultor da comunidade de Linha Dezembro).

A baixa escolaridade, juntamente com poucos hábitos de leitura, são os principais fatores que geram contratos assinados sem prévias leituras.

Expectativas das famílias em permanecer na atividade fumageira

Pretensões	Nº de famílias	Percentual (%)
Pretende permanecer na produção de fumo por tempo indeterminado.	35	58
Pretende permanecer na produção de fumo, porém diminuir a produção.	18	30
Pretende parar completamente com a produção de fumo em pequeno prazo de tempo (1 a 3 anos).	7	12
Total	60	100

QUADRO 18 - EXPECTATIVAS DAS FAMÍLIAS EM PERMANECER NA ATIVIDADE FUMAGEIRA

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Conforme demonstrado na tabela acima, 58% das famílias pretendem permanecer com a produção de fumo por tempo indeterminado. Já 30% delas pretendem continuar, porém diminuir o volume produzido. Essas 30% das famílias mencionam que querem diminuir a produção pela falta de mão de obra, uma vez que os filhos estão com intenção de sair de casa por motivos distintos, como estudar, trabalhar em outro ramo, etc.

Outros 7% do total dos entrevistados têm a intenção de parar de produzir fumo nos próximos três anos, afirmando que vão migrar para setores mais competitivos

como a soja e o leite. Outros afirmam que querem parar porque já estão aposentados e os filhos pretendem trabalhar em outras atividades, de modo que a família tende a ficar pequena demais para essa cultura.

Com relação à venda da produção de fumo, todos os entrevistados afirmam que vendem a produção para a empresa integrada, porém os quilos produzidos excedentes ao contrato firmado às vezes são vendidos para atravessadores ou, até mesmo, para outras empresas. Os fumicultores mencionaram que, no geral, têm uma relação tranquila com a empresa, porém, existem safras em que o preço do quilo do fumo do ponto de vista deles, deveria ser maior. Esse fato é entendido pelo paradigma da agricultura camponesa como conflito entre a territorialidade corporativa Souza Cruz e a territorialidade dos fumicultores pelo fato de agricultor não ter autonomia de decisão do preço pago por quilo do fumo, existindo então certo conflito, muitas vezes “silencioso”, entre essas territorialidades.

Todavia, o paradigma da agricultura familiar, por não estar baseado em teorias anticapitalistas, explica os processos de formação de preços a partir de pressupostos teóricos diferentes. Numa economia de mercado, o vendedor jamais possui autonomia plena para decidir o preço do seu produto, pois são os compradores que avaliam, de acordo com seus objetivos e necessidades, quanto estão dispostos a pagar por um bem ou serviço. Mas, ao mesmo tempo, os compradores também não possuem autonomia para decidir o preço de um produto ao seu bel prazer, pois, se o vendedor não considerar a venda vantajosa, deixará de produzir ou de revender o produto em questão para se dedicar a outra atividade econômica mais rentável. No caso em pauta, a Souza Cruz é obrigada a pagar um preço que supere o custo de oportunidade, para os agricultores familiares, de produzir leite, feijão, soja ou qualquer outro produto, sob pena de a empresa perder seus fornecedores.

Nesse sentido, vale recordar as informações apresentadas na Tabela 15, visto que: 20% dos entrevistados afirmam ter escolhido produzir fumo devido à renda que essa cultura oferece e também à garantia de venda; b) 58% responderam que essa escolha se deu em função da renda, da venda garantida e também da pouca disponibilidade de terras em suas propriedades; c) 10% citaram apenas a pouca disponibilidade de terras como motivo para plantar fumo; d) 12% afirmaram que essa opção se dá apenas pela falta de outras opções.

Outro fator que regula o valor pago por quilo de fumo como já demonstrado no trabalho está relacionado a oferta e demanda do produto pelo mercado. A safra de 2015/2016 é um exemplo, na qual devido ao baixo estoque de fumo nos armazéns das empresas e pela procura desse produto por parte dos consumidores, o valores pagos por quilo de fumo aumentaram, fato esse notado também em outros produtos do setor do agronegócio.

Isso indica que o paradigma da agricultura familiar é o que se mostra coerente com os dados da pesquisa de campo, pois fica claro que os produtores familiares optam pelo fumo em função de um cálculo dos custos de oportunidade que considera os fatores rentabilidade, garantia de renda e disponibilidade de terra, de sorte que os preços praticados pela Souza Cruz têm um patamar mínimo definido pela avaliação que os agricultores fazem desses custos. E essa conclusão é reforçada quando se relembra as informações da Tabela 19, posto que apenas 33% dos entrevistados se dedicam exclusivamente ao fumo, enquanto os demais produzem e comercializam também outros tipos de produtos, tais como leite, soja e feijão.

Mais uma vez, verifica-se que cada família tem projetos distintos, os quais estão intrinsecamente relacionados à estrutura familiar, à disponibilidade de terras e outros fatores, gerando estratégias diferenciadas para se reproduzir no campo, havendo desde aqueles produtores que vêm na atividade fumageira o seu futuro, até aqueles que pretendem migrar o mais rápido possível para outra atividade. Nesse sentido, vemos que essas famílias buscam ser competitivas nas atividades que realizam, se dedicando àquelas que julgam mais rentáveis e/ou combinando duas ou mais culturas para obter mais vantagens.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa baseada no estudo de caso de uma amostragem de produtores de fumo do município de Prudentópolis contratados pela empresa Souza Cruz, permitiu demonstrar que os agricultores familiares entrevistados buscam através de suas condições de produtor se inserir em setores que permitem maximizar seus lucros. Portanto, a realização desta pesquisa é pertinente, pelo fato de mostrar que os fumicultores estão inseridos na produção de *commodities* através de uma cadeia produtiva competitiva.

Dessa forma, a caracterização dos fumicultores a partir dos grupos A, B, C e D se justifica por apresentarem dados oficiais e sistematizados, o que contribui para não generalizar os resultados somente a partir da amostragem dos fumicultores entrevistados nos trabalhos de campo. Demonstrando que, no município de Prudentópolis a maior parte dos fumicultores se aproxima daqueles agricultores familiares do tipo A e B. Ou seja, aqueles capitalizados e em processo de capitalização, indicando que a cultura de fumo está dentre aquelas que geram uma taxa de pobreza menor no meio rural. Essa constatação também é notada a partir das entrevistas de campo conforme demonstrado na Tabela 22, posto que todos os entrevistados conseguiram com a renda do fumo adquirir bens de capital como casa, carro, trator, terra de cultivo, lote no perímetro urbano, além daqueles bens de capital como os eletrodomésticos.

Com isso, a visão dualista entre agricultura familiar e agronegócio não é compreendida com adequada nesse trabalho, pelo fato de existirem muitas formas de agricultores familiares que se aproximam ao padrão do agronegócio, como por exemplo, os fumicultores que estão no grupo A e B. Desse modo, compreende-se que os fumicultores entrevistados da mesma forma que a agricultura patronal buscam através da modernização e do uso de insumos agrícolas (agrotóxicos e fertilizantes) meios para permanecerem integrados e competitivos no mercado.

Os fumicultores estão inseridos ao complexo agroindustrial fumageiro e, por conseguinte estão prosperando economicamente, concordando-se então com os pressupostos teóricos voltados ao paradigma da agricultura familiar e com autores como Valente (2008), Diniz (2011) e Navarro (2014) que não costumam fazer uma

oposição radical entre agricultura familiar e agronegócio ao ponto de existir conflitualidades de interesses entre ambos. Ou seja, conflito entre a territorialidade corporativa da indústria fumageira e a territorialidade da agricultura familiar camponesa.

Desse modo, a pesquisa também não tem por objetivo afirmar que no Brasil não existam sistemas de produção camponesa, porém os dados de campo mostram que no caso em estudo 67% dos entrevistados não produzem somente fumo e que esses estão inseridos em outras cadeias produtivas como leite, feijão, soja e milho, ou seja, os fumicultores tem mais opções porém acham interessante continuar com o fumo. Esses dados não são diferentes do restante do Brasil, não generalizando somente a partir dos entrevistados.

Apesar das oscilações no volume produzido como também em relação ao mercado do fumo no Brasil e conseqüentemente no município de Prudentópolis conforme exposto nos capítulos II e III, nota-se que essa cultura proporcionou a ascensão econômica desses agricultores familiares, sendo que, muitos desses pequenos capitalistas como já mencionado conseguiram adquirir terras para então competir nos setores de grãos, como a soja e o milho, que a competitividade é melhor para grandes proprietários, querendo assim dar esse salto e, ao mesmo tempo trabalhando com a diversificação da produção com intuito de deixar a renda da propriedade menos vulnerável. A partir desses fatos, e de acordo com os resultados dos dados de campo é coerente dizer que o direcionamento dos agricultores entrevistados para o cultivo de culturas que tem maior rentabilidade proporcionou melhoras nas condições econômicas da família, pois somente com a lavoura tradicional, e pequena criação de animais não seria possível conquistar bens de capital.

Nesse sentido, Navarro (2014) aponta que o preço dos alimentos consumidos pelos brasileiros em termos de reais diminuiu nas últimas décadas devido a inserção dos pacotes tecnológicos da modernização agrícola que proporcionaram o aumento da produtividade e a conseqüente queda do preço final, contribuindo para a facilidade de acesso desses produtos por parte da população, já em contra partida o custo para uma pessoa manter seu hábito de fumar aumentou. Ou seja, os agricultores que permaneceram ou inseriram-se na produção de fumo tiveram um aumento na sua rentabilidade.

Dessa forma, é certo que os agricultores familiares entrevistados, da mesma forma que os agricultores patronais buscam aumentar seus rendimentos, uma vez que os dados de campo mostram que uma porção dos fumicultores tem pretensões de mudar de atividades caso outra gere mais renda. Ou seja, agem no mercado como pequenos capitalistas. Porém esses agricultores ainda não migram totalmente para outras atividades, por ser esta uma das poucas cadeias produtivas compatíveis com as suas condições de produtor. Também muitos produtores podem encontrar dificuldades em migrar para outras culturas que exigem maiores recursos (SCHOENHALS et al., 2009), necessitando assim de linhas de créditos agrícolas direcionados para esses agricultores.

Os autores como Fernandes (2008) e Roos (2015) que trabalham na perspectiva do paradigma da agricultura camponesa afirmam haver conflitualidade entre os camponeses e as agroindústrias que trabalham no sistema de produção integrada, como é o caso da agroindústria fumageira, afirmando existir uma sujeição da renda dos camponeses uma vez que os agricultores camponeses não possuem autonomia com relação ao modo de produzir o produto, como também na hora de fixar o preço final da safra. Porém, não é levado em consideração que o preço do quilo do fumo pago ao produtor contratado está intrinsecamente relacionado a oferta e demanda do produto por parte do mercado, o que expressa adequadamente o valor marginal pago muitas vezes aos fumicultores, visto que a empresa também deve colocar a sua margem de lucro conforme a demanda do produto.

Outra questão voltada ao paradigma camponês é em relação à industrialização da agricultura, e apontada por Fernandes (2013) como um processo que resulta no desenvolvimento desigual e contraditório no campo que deixa as unidades camponesas de produção se tornar mais vulneráveis ao capital. Porém os dados da Tabela 23 mostram que 68% dos entrevistados usam ou já utilizaram alguma linha de crédito agrícola para o investimento em maquinários agrícolas, afirmando que conseguem tem uma produtividade maior e que conseguem pagar as prestações desses maquinários tranquilamente.

Sabendo que Ploeg (2009) afirma que o camponês é caracterizado por lutar por sua autonomia, uma vez que conforme apontado por Thomaz Júnior (2008) a lógica do capital impõe que o agricultor esteja preso a gestão de uma empresa e não

mais de sua família não se completa para essa pesquisa, uma vez que a explicação para a empresa estabelecer os seus moldes de produção se baseia na demanda do produto pelo mercado, instituindo assim para os seus contratados, os tipos de fumos com maiores demandas, o que justifica a empresa impor o tipo de variedade de fumo que quer comprar, como também os tratos culturais necessários para se chegar ao produto desejado.

Contraditório ao que foi exposto por Paulino e Almeida (2010) quando mencionam que o campesinato deve ser considerado como uma contradição e não como uma articulação de modelos de produção capitalista, os resultados da pesquisa mostraram que a articulação com os modelos de produção capitalistas proporcionaram a permanência de agricultores familiares no espaço rural, uma vez que, os aparatos tecnológicos da modernização que é bastante disseminada entre agricultores familiares induziram o aumento da rentabilidade, diminuindo assim as taxas de pobreza. Além disso, nota-se que os fumicultores sendo pequenos capitalistas não buscam somente a reprodução do modo de vida, mas sim agem no mercado investindo em setores mais rentáveis adequados para a sua condição de produtor, com pretensão de torna-se um agricultor ainda mais competitivo.

Mais uma vez defende-se que a inserção dos agricultores familiares aos mercados capitalistas não deve ser entendido a partir de um dualismo estando de um lado o agronegócio e de outro o camponês, como já ressaltado por Schneider (2006) que tanto um quanto outro grupo está interessado em um mesmo processo, que é o da produção e o do consumo. Nesse sentido, é importante se trabalhar com a heterogeneidade da agricultura familiar para assim se pensar como esses agricultores podem se inserir nas formas capitalistas de produção.

Portanto, a presente pesquisa embasada nos dados de campo mostra que a cultura de fumo até então é a principal orientação financeira dos agricultores familiares entrevistados, seguidas de outras estratégias de reprodução, como o cultivo da soja, produção de leite, feijão, milho. Demonstrando dessa forma que os mesmos buscam maximizar seus lucros e diversificar sua produção para diminuir a vulnerabilidade econômica da propriedade. Contudo, pode afirmar através do paradigma da agricultura familiar que os fumicultores considerados como pequenos capitalistas se reproduzem no mercado sob pressão das inovações tecnológicas e

da concorrência e buscam ser competitivos, não havendo incompatibilidade ou conflitos dos agricultores familiares para com o capital.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992. 275 p.

_____. **Agricultura familiar e uso do solo**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 73-78, 1997.

_____. É necessário cobrar resultados se assentamentos: pesquisador defende lógica empreendedora para os assentamentos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 dez. 2003. Nacional, p. 7 Entrevista.

AHRENS, D, C; LLANILO, R, F; MILLEO, R, D, S. **Possibilidades de diversificação do cultivo de fumo convencional por sistema de produção de base agroecológica no Centro-Sul do Paraná, Brasil**. IAPAR – Instituto Agrônomo do Paraná. Disponível em: <http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1177>. Acesso em 17/04/2015.

ALLIANCE ONE EXPORTADORA DE TABACOS. **Corporate Profile**. Disponível em: <<http://www.aointl.com/au/>>. Acesso em 27/08/2015.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília, 2005, 18 p. Disponível em: <http://mstemdados.org/sites/default/files/Reflex%C3%B5es%20sobre%20o%20conceito%20de%20agricultura%20familiar%20-%20lara%20Altafin%20-%202007_0.pdf>. Acesso em 20/02/2015.

ANJOS. F. S. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. EGUFPEL, Pelotas, RS, 2003.

ANTONELI, V.; THOMAZ, E.L. Relação entre o cultivo de fumo (nicotina tabacum) e a produção de sedimento na Bacia do Arroio Boa Vista, Guamiranga – PR. **Associação de geografia teórica – Ageteo**. V. 35, nº 2 mai/ago 2010.

AGRICULTURA Fact-sheets: OMC – Organização comum de mercado. **Reforma do sector do tabaco**, 1997. Disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/publi/fact/tobacco/index_pt.htm>. Acesso em 05/06/2014.

ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO 2014. **Editora Gazeta Santa Cruz**, Santa Cruz do Sul. 2014.

AFUBRA - ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL. **Cadeia produtiva do tabaco**. 2015. Disponível em: <<<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/71>>>. Acesso em 10/12/2014.

_____. **Fumiculturabrasileira– safra 2013/2014**. Disponível em:
<<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/84>>. Acesso em
25/01/2015.

_____. **Fumicultura sul brasileira – evolução**. 2014. Disponível em:
<<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/83>>. Acesso em
03/05/2015.

_____. **Cigarros e impostos**. 2013. Disponível em:
<<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/85>>. Acesso em
05/07/2015.

_____. **Tabaco brasileiro – Faturamento do Setor 2014**. Disponível em:
<<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/86>>. Acesso em
08/03/2015.

_____. **Tabela de preços do fumo**. 2013. Disponível em:
<<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/94>>. Acesso em
23/06/2015.

_____. **Exportações Brasileiras**. 2013. Disponível em:
<<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/87>>. Acesso em
04/06/2015.

_____. **Histórico sistema mutualista**. Disponível em:
<<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/168>> Acesso em
03/06/2015.

_____. **Benefícios**. 2013. Disponível em:
<<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/184>> Acesso em
03/06/2015.

_____. **Fumicultura Mundial**. 2012. Disponível em:
<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/89> Acesso em
02/07/2015.

BOEIRA, S. L. **Atrás da cortina de fumaça – Tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica**. Itajaí: Ed. Univali, 2002.

BUAINAIN, A.M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J.M.D.; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola, Brasília, DF, v.22, n.2, p. 105-121, 2013.**

BETTENCOURT, Gilson Alceu; PERACI, Adoniram Sanches, A Agricultura Familiar e os programas de garantia de preços no Brasil: **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. In: SILVA, José Graziano da, DEL GROSSI, Mauro Eduardo, Fome Zero: A experiência brasileira; - Brasília: MDA, 2010.

BRASIL, Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, dia 25/07/2006.

BRAGA, L.C. **A territorialização da produção leiteira e fumageira na linha Itaíba, Marmeleiro-Pr.** Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2010.

BRUM, Argemiro. **Desenvolvimento econômico brasileiro.** Rio de Janeiro: Vozes. 1998. 19ed. 571p.

CAZELLA Ademir Antonio; MATTEI Lauro, SCHNEIDER Sergio. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** 2004. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/12/06O365.pdf>> Acesso em 27 de outubro de 2015.

CTA- Continental Tobaccos Alliance S/A. **Institucional.** 2015.

CORRÊA, R. L. Corporações, Práticas Espaciais e Gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 54 (3): 115-151. Jul./set. 1992.

DERAL/SEAB. Fumo. **Análise da conjuntura agropecuária.** Out. 2012.

DERAL/SEAB. Fumo. **Análise da conjuntura agropecuária.** Nov. 2013.

DINIZ FILHHO, L. L. Agricultura e mercado no Brasil: Revendo as visões da geografia sobre os condicionantes da produção agrícola do capitalismo. **RA'E GA**, Curitiba, p. 24-158, 2011.

DUARTE, R. **Pesquisa qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo.** Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Março de 2002.

ELESBÃO, Ivo. O espaço rural brasileiro em transformação. **Revista Finisterra.** São Paulo, pp. 47-65, 2007.

EMATER. Promoção da Agricultura Familiar Sustentável na região Centro Sul do Paraná. Chamada Pública SAF/ATER n/ 2014 Lote 34.

FAJARDO, S. **Territorialidades corporativas no rural paranaense.** Guarapuava: Unicentro, 2008.

FELÍCIO, M. J. **Os camponeses, os agricultores familiares: Paradigmas em Questão.** Geografia V. 15, n.1, Jan./Jun. 2006 - Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências.

FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: O Brasil redescoberto.** Brasília: UTF/BRA, 036, 1994.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Statistica databases 2011. Disponível em: <http://www.fao.org/statistics/en/>. Acesso em 14/03/2015.

FERNANDES, B. M. **MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: formação e territorialização** em São Paulo: São Paulo: Hucitec, 1996. 285p.

_____. **A formação do MST no Brasil**. São Paulo, Editora Vozes, 2000.

_____. **Questão Agrária, pesquisa em MST**. São Paulo, SP: Cortez, 2001. 120p.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: BUAINAIN, A. M. (Ed.) **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas, SP: UNICAMP, 2008.

_____. Entrando nos territórios do território. *In*: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008. P. 273-301.

_____. Sobre a tipologia dos territórios. *In*: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009. P. 197-216.

_____. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. 2011. 214f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP.

_____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013^a. V. 1. 344 f. Tese (Livre-Docência em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. Disponível em: < <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/> > Acesso em 20 de dezembro de 2015.

_____. **Delimitação conceitual do campesinato**. s.d.

FROZZA, Ari et alii. **O PRONAF e a integração fumicultor e agroindústria fumageira**. Curitiba: DESER. 1998.

FONSECA, J. de Oliveira. **A territorialidade da cultura do Fumo em Cruz das Almas – BA: tradições e mudanças**. 165 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento territorial e desenvolvimento social) - Superintendência de Pesquisa e Pós Graduação, Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2011.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. SP. 19^o Edição, 1984.

GANZIROLI, C.E.; CARDIM, S.E.C.S. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, DF: INCRA/FAO, MDA, 2000. Disponível em: <
<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iTs4E7R59.pdf>> Acesso em: 01 de dezembro de 2015.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A.M.; SABBATO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 50, n. 2, p. 351-370, abr./jun. 2012

GERHARDT, E.T; SILVEIRA, D.T. Métodos de Pesquisa. **EAD Série educação à distância**. Editora UFRGS, 2009.

GERMER, Claus. **A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola**. Curitiba. UFPR, 1996.

GONÇALVES, J.S.; SOUZA, S.A.M. Agricultura familiar: limites do conceito e evolução do crédito. Artigo:políticas públicas. **Instituto de Economia Agrícola**. 2005. Disponível em:
 <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=2521>>Acesso em: 10/10/2014.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. **O território em tempos de Globalização**. Etc., espaço, tempo e crítica, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago. 2007.

_____. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. 5º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAURESKO, C; GOMES, M, F, V, B; NOBUKUNI, P. **Acervo Digital da Cultura Ucraniana: Um projeto de Cidadania, Educação e Cultura**. Encontro Nacional de Geógrafos, 2012.

HEINTZE, W. **Estágio curricular obrigatório supervisionado na Alliance One Exportadora de Tabacos Ltda**. Universidade Federal do Rio Grande do sul, Porto Alegre, 2011.

HESPANHOL, R. A. M. de. **A produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente**. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós - Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível no site:
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultFAO.asp?z=p%26o=2%26i=P> Acessado em novembro de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção agrícola municipal – Lavoura permanente**, 2013. Disponível: em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=412060&idtema=136&search=parana|prudentopolis|producao-agricola-municipal-lavoura-permanente-2013>>.

_____. **Produção agrícola municipal – Lavoura temporária**, 2013. Disponível em:
<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=412060&idtema=137&search=parana|prudentopolis|producao-agricola-municipal-lavoura-temporaria-2013>>. Acesso em: 23/04/2015.

_____. **Produção agrícola municipal – Pecuária**, 2013. Disponível em:
<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=412060&idtema=135&search=parana|prudentopolis|pecuaria-2013>>. Acesso em: 23/04/2015.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. (IAP). **Módulos fiscais dos município do paraná**. Disponível em:
<<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1328>>. Acesso em: 11/03/2015. Acesso em: 23/04/2015.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. (IPARDES). **Caderno estatístico do município de Prudentópolis**. 2015.

INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Promoção da agricultura familiar sustentável na região Centro Sul do Paraná** – Chamada pública SAF/ATER nº/ 2012, lote 34. Curitiba, 2012.

INSTITUTO SOUZA CRUZ. Novos rurais. 2015. Disponível em
<http://www.institutosouzacruz.org.br/groupms/sites/INS_8BFK5Y.nsf/vwPagesWebLive/DO8U4Q3N?opendocument>. Acesso em: 05/08/2015.

JANK, M. S. Revendo as políticas agrícolas e agrárias: O estado de São Paulo, São Paulo, 4 out. 2006. Espaço Aberto, p. A2. Disponível em:
<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/52882/1/noticia.htm>. Acesso em 02 jun. 2014.

JAPAN TABACCO IND. **About tobacco**. Disponível em:
<<http://www.jti.com/about-tobacco/>>. Acesso em: 05/08/2015.

KAUTSKI, K. **A questão agrária**. Tradução de Otto E. W. MAAS. Coleção Pensamento Social-Democrata. Brasília, DF: Linha Gráfica Editora, 1998. 588p.

KIST, B. B. Anuário brasileiro do fumo. **Editora Gazeta Santa**. Cruz do Sul, 2004.

KRAICZEK, T; ANTONELI, A. O avanço do cultivo do Tabaco no município de Prudentópolis-Pr: estudo de caso da década de 2000. Revisata Percurso – NEMO. Maringá V.4, n.2, p. 59-77, 2012.

LAMARCHE, Hugues (coord) **A agricultura familiar: comparação internacional**. Vol. I: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp Campinas, 1993.

LAMARCHE, Hugues (coord). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Vol. II: do mito à realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo do mercado interno para a grande indústria. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1982.

MAIA, A, G.; SAKAMOTO, C.S. A nova configuração do mercado de trabalho agrícola brasileiro. In: Bauani A, M; ALVES, E; SILVEIRA, J, M; NAVARRO. (Orgs). **O mundo rural no Brasil do Século 21: a forma de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1186 p.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Lugar do modo de vida tradicional da modernidade. In: OLIVEIRA U.; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Org). **O campo no século XXI**. São Paulo: Casa Amarela, 2004. P. 145-158.

MARIANI, M.A.P.; ARRUDA, D. O. **Território, Territorialidade e Desenvolvimento local**: um estudo de caso dos empreendimentos econômicos solidários de Corumbá/MS. Campo grande. Jun. 2010. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/301.pdf> Acesso em jan. de 2016.

MORAES, A. C. R. (Org.) **Ratzel**. São Paulo: Editora Ática, pp. 32-107, 1990. 200p.

NARDI, J. B. **O fumo no Brasil Colônia 2004**. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz do Sul, 2004.

NAVARRO, Zander. “Tempo da reforma agrária acabou” Entrevista com Zander Navarro. Folha de São Paulo. 2007, Acesso em: 15/12/2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup-colunista.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2202200708.htm>.

_____. Por que não houve (e nunca haverá) reforma agrária no Brasil? In: Bauani A, M; ALVES, E; SILVEIRA, J, M; NAVARRO. (Orgs). **O mundo rural no Brasil do Século 21: a forma de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1186 p.

NEDER, H, D. Trabalho e pobreza rural. In: Bauani A, M; ALVES, E; SILVEIRA, J, M; NAVARRO. (Orgs). **O mundo rural no Brasil do Século 21: a forma de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1186 p.

OBSERVATÓRIO DA POLITICA NACIONAL DE CONTROLE DO TABACO: **Fumicultura e saúde**. Disponível em: http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/s_tatus_politica/fumicultura_e_saude+.> Acesso em: 07/08/2015.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2. Ed. São Paulo, SP: Ática, 1987.88p.

_____; STEDILE, J.P. **A natureza do Agronegócio do Brasil**. Brasil: Via Campesina, 2005.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. Ed. São Paulo, SP: Contexto, 2001. 164p.

_____. Observação e entrevista em pesquisa qualitativa, **Revista FACEVV**, Vila Velha, número 4, 2010. P. 22-27.

PAULINO, E. T. **Terra e vida**: a geografia dos camponeses no norte do Paraná. 2003. 430f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP.

_____. **Por uma geografia dos camponeses**. 2ª ed. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 2012. 438p.

_____; ALMEIDA, R. A. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2010. 112p. (Geografia em movimento).

POPE, C; MAYS, N., **Reaching the parts other methods cannot reach: an introduction to qualitative methods in health service research**, In British Medical Journal, n 311, 1995, 42-45.

PLOEG, J.D.V. **Sete teses Sobre a Agricultura Camponesa**. In: Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro. PETERSON, P. (Org.) Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p.17-32.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter, **De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americano**, Ver. GEOgraphia, Vol. 8 , Nº 16, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter, CUIN, Danilo Pereira, **Geografia dos Conflitos por Terra no Brasil (2013) Expropriação, violência e r-existência Conflito no Campo** – Brasil2013, Lazzarin [Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2013.

ROOS, D. **Contradições na construção dos territórios camponeses no centro-sul paranaense**: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências. 2015. 390 f. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP.

ROSÉLIA P. **Indústria e território no Brasil Contemporâneo**. Editora Garamond Ltda. 2007.

SANTOS, M. A. Territorialidade e a Sustentabilidade ou a Ecologia do Espaço Político. In: **Sociedade & Natureza**, Uberlândia: UFU, ano 9, n. 17, p. 41-56.1997a.

_____. **Metamorfoses de espaço habitado**. São Paulo: Hucitec. 1997b.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec. 1996.

_____. **Metamorfoses de espaço habitado**. São Paulo: Hucitec. 1997.

_____. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XIII, Nº 2. p. 15-26, 1999a.

_____. O dinheiro e o território. **Revista da Pós-Graduação em Geografia, UFF**. Rio de Janeiro, nº1, Ano 1, p. 7-13. Junho de 1999b.

_____. O retorno do território. In: **Observatorio Social de América Latina**.). Buenos Aires año 6 n. 16 jun. 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 06/06/2015.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**.6. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo, Expressão Popular. 2007 a.

_____. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n 43, p 55-76, jan.,/jun.2007b.

_____. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. 2. Ed. Porto Alegre, RS, 2003.

_____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M, A.; SPOSITO, E,S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011. 128 p.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**: Porto Alegre: Edurgs, 1999.

_____. Introdução. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **Diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. P. 7-12.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Embrapa Informações Tecnológicas. Brasília, DF – 2008.

SEAB/DERAL- Análise da Conjuntura Agropecuária- Fumo Safra 2014. Disponível em: < http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/fumo_2014_15.pdf>. Acesso em 23/10/2015.

SEFFRIN, Guido. O FUMO NO BRASIL E NO MUNDO. **Afubra 40 anos**. Santa Rosa, RS. Gráfica REX, 1995.

SCHOENHALS, M. et. Al. **Análise dos impactos da fumicultura sobre o meio ambiente, à saúde dos fumicultores e iniciativas de gestão ambiental na indústria do tabaco**. Engenharia Ambiental, Espírito Santo do Pinhal, v. 6, n. 2, p. 016-037, 2009. Disponível em: < <https://www.google.com.br/search?q=SCHOENHALS%2C+M.+et.+Al.+Análise+dos+impactos+da+fumicultura+sobre+o+meio+ambiente%2C+à>. Acesso em 17/07/2015.

SENETRA, A. **Dilemas sócioterritoriais da agricultura familiar em Prudentópolis-PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

SHANIN, T. Lições camponesas. *In*: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.) **Campe sinato e territórios em disputa**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008. P. 23-48.

SILVA, S.B.de. M.; SILVA, B.C.N. **Estudos sobre a globalização, território e Bahia**. 2 ed. Salvador, BA: UFBA, 2006a.

SILVA, L.X. **Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação**. 2002. 279 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002b.

SILVEIRA, R. L. Da. Rede agroindustrial do fumo e dinâmica de organização espacial e de usos do território na região Sul do Brasil. **Relatório do Projeto de pesquisa - CNPq Edital 03/2008**. UNISC, Santa Cruz do Sul, Janeiro de 2011.

SILVEIRA, R, L, F; NAVARRO, Z. Quais os riscos mais relevantes nas atividades agropecuárias. *In*: Bauani A, M; ALVES, E; SILVEIRA, J, M; NAVARRO. (Orgs). **O mundo rural no Brasil do Século 21: a forma de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1186 p.

SIMONSEN, R. C. **História Econômica do Brasil (1500/1820)**. São Paulo: Nacional. 1967. 5ed. 475p.

SINDICATO INTERESTADUAL DA INDÚSTRIA DO TABACO.
(SINDITABACO). Disponível em <<http://sinditabaco.com.br/#>>. Acesso em: 01/04/2015.

SOUZA, M.J.L.de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E. de; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R.L (Orgs.). **Geografia: Conceitos e temas**. 5, ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. “Território” da divergência (e da concepção): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E. S (Org). **Territorio e territorialidade: teorias processos e conflitos**. São Paulo: UNESP, 2009.

_____. **O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO I. E. De CORRÊA, R., L., &, p., C. (Org.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2005.

SPOSITO, E. S. **Redes e cidades**. São Paulo, UNESP, 2008

SOUZA CRUZ. **Relatório da administração**. Período de 3 meses findo em 31 de março de 2015.

SOUZA CRUZ. **Nossa história**. 2011. Disponível em: <http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_7UVF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V9K2W?opendocument>. Acesso em 04/02/2015.

_____. **British American Tobacco**. 2011. Disponível em: <http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_7UVF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V9K2W?opendocument>. Acesso em: 02/04/2015.

_____. **Distribuição**. 2015. Disponível em: <http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_7UVF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V9J5Z?opendocument>. Acesso em: 02/04/2015.

_____. **Mercado de cigarros**. 2015. Disponível em: <<http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_7UVF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V9KNX?opendocument>>. Acesso em: 03/04/2015.

_____. **Instituto Souza Cruz**. 2015. Disponível em: <http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_7UVF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V9Q36?opendocument>. Acesso em: 20/06/2015.

SPIES, R. **O processo de Especialização Produtiva da Microrregião Fumicultura de Santa Cruz do Sul- RS**. Santa Cruz do Sul: UNISC. 2000.

TERNOSKI, S. **Estratégias de melhoria da renda da agricultura familiar: Análise a partir da base social da Cresol/Prudentópolis**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2013.

THOMAZ, J.A. Trabalho e território em disputa. *In*: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008. P. 327-356.

UNIVERSAL CORPORATION – **Foundation**. Disponível em:
<<http://www.universalcorp.com/Foundation/Default.aspx>
>.

VALVERDE, R.R.H.F. Transformações no conceito de Território. GEOUSP – Espaço e tempo, São Paulo, N 15, pp. 119 – 126, 2004. Disponível em: <
<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp15/Artigo8.pdf>
>. Acesso em 30 de outubro de 2015.

VALENTE, A. L. E. F. **Algumas reflexões sobre a polêmica Agronegócio versus Agricultura Familiar**. Brasília. Texto para Discussão 29. Brasília: Embrapa Informações tecnológicas 2008. 78p.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p.383-386, set./out. 2007. Disponível em:
<http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf
> Acesso em 20/12/2015.

VEIGA, J.E. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. São Paulo, Hucitec, 1991.

_____. **Cidades imaginárias**. Campinas: Autores associados, 2002.

_____. Muita fantasia sobre um único assunto. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 28. Jan. 2004. Dinheiro. B2.

VOGT, O. P. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS (1849-1993)**. Santa Cruz do Sul: Edunisc. 1997.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. *In*: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2ª. Ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

ZAROSKI, N. G. **A utilização do tempo pelos imigrantes ucranianos de Prudentópolis 1940-1960**. 50f. T.C.C (Graduação em História) Curitiba: UFPR, 2001.

ANEXOS

1º Trabalho de Campo: Conhecimento da área de estudo, e visita a 10 propriedades que produzem fumo há mais de 10 anos.

Data do campo: mês de Julho e Agosto de 2014

- 1) Qual foi o ano em que iniciou as atividades na produção de fumo?
- 2) Qual é o motivo que trabalha na produção do fumo?
- 3) A mão de obra na atividade fumageira é muito desgastante?
- 4) Sua propriedade é diversificada? Quais as culturas que produz na propriedade além do fumo?
- 5) Qual é a maior renda da propriedade?
- 6) Como é feita a classificação das folhas de fumo destinadas a venda?

2º Trabalho de campo. Aplicação de questionário: Aplicado ao orientador técnico da Souza Cruz, o qual representa a Souza Cruz no município de Prudentópolis.

Orientador técnico: Tarcísio Kraiczek.

Data da entrevista: 13/07/2015

1. Quantos orientadores técnicos a empresa possui no município de Prudentópolis?
2. Há quantos anos você trabalha na assistência técnica para os fumicultores associados da Souza Cruz no município de Prudentópolis?
3. Quantos associados a empresa Souza Cruz teve na safra de 2014?
4. Quais são as empresas fumageiras concorrentes da Souza Cruz no município? Qual a relação entre essas empresas?
5. A empresa Souza Cruz tem alguma unidade de recebimento do fumo no município de Prudentópolis, para a produção ficar armazenada antes de ser enviado para uma usina de Processamento de fumo?

6. Para qual das três usinas de processamento, o fumo produzido no município é enviado?
7. A empresa tem uma cota mínima e máxima de pés de fumo por produtor?
8. Qual é a média de pés de fumo uma pessoa consegue produzir por safra?
9. No seu ponto de vista como orientador técnico, como se dá a relação entre a empresa Souza Cruz e os fumicultores do município?
10. Qual a relação da empresa para com os projetos de diversificação da propriedade?

3º Trabalho de Campo

Entrevista de campo para obtenção de dados socioeconômicos dos produtores de fumo da empresa Souza Cruz do município de Prudentópolis - PR.

Data do campo: Novembro e Dezembro de 2015.

1- Caracterização da família:

Membros	Idade	Gênero	Escolaridade (escola pública ou privada)	Fumicultor	É fumante?	Motivos do êxodo
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						

- 2- Há quantos anos trabalha na atividade fumageira?
- 3- Qual o motivo pela opção de produzir fumo?
- 4- Pretende permanecer na atividade fumageira? Quais motivos? Por qual atividade substituiria a produção de fumo?

- 5- Possui estufa elétrica de secagem do fumo?
- 6- Quais bens capitais você conseguiu adquirir com a renda oriunda da produção de fumo?
- 7- Possui na propriedade
() Trator () Carro () moto () telefone () internet.
- 8- Posse da terra e quantidade de alqueires:
() Própria _____ () Arrendada e Parceiro _____
() Arrendada _____ () Própria e Arrendada _____
() Própria e Parceiro _____
- 9- Se for própria como adquiriu essas terras?
- 10- São plantados por ano quantos pés de fumo? Quantidade de área utilizada?
- 11- Faz contratação de mão de obra para a produção de fumo?
() Sim () Não
- 12- Se existe a contratação de mão de obra, em que período da safra acontece?
() Todo o período da safra () Tratos culturais () Plantio ()
Classificação () Colheita
- 13- Você lê o contrato da sua produção com a empresa Souza Cruz? Justifique.
- 14- Além da produção de fumo quais outras atividades agropecuárias são realizadas na propriedade para garantir a renda da família?

Para comercialização	Para consumo na propriedade

- 15- De qual atividade realizada na propriedade vem a maior renda?
- 16- Como é a sua relação com a empresa, descreva o seu ponto de vista?
- 17- Vende toda a produção para a empresa associada?
- 18- No seu ponto de vista quais são as vantagens e desvantagens de produzir fumo?
- 19-Em relação à saúde e produção de fumo, houve casos na família de:
- A) Intoxicação por agrotóxicos
 - B) Intoxicação por nicotina (doença da folha verde)
 - C) Problemas ortopédicos
 - D) Transtornos mentais (depressão, ansiedade, esquizofrenia, etc)
 - E) Outros: _____
- 20-Há incentivos governamentais para o desenvolvimento de outras atividades e o consequente abandono do ramo fumageiro? Se sim, quais e por que não houve migração para outra atividade?
- 21-A partir do momento em que você começou a produzir o fumo, acha que suas condições financeiras melhoraram?
- 22- Participa do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)
- 23- Na família tem algum membro que recebe algum tipo de repasses de programas sociais? Se sim, quais?
- 24- Você tem conhecimento de algum projeto de diversificação de propriedades que está sendo realizado por órgãos públicos no município?